

BRASIL RICO BRASILEIROS POBRES

fernando Nogueira da Costa



COSTA, Fernando Nogueira da

*Brasil Rico com Brasileiros Pobres:
Abordagem Sistêmica Econômico-Financeira.*
Campinas, SP: Blog Cidadania & Cultura, 2024. 188p.

1. Finanças. 2. Geoeconomia. 3. Geopolítica.
4. Desenvolvimento.
I. Título.

330
C837a

Sumário

<i>Prefácio</i>	5
<i>Capítulo 1. Como o Brasil está ficando rico</i>	16
Preâmbulo Histórico	16
Cobertura da Remessa de Lucros e Juros pelo Superávit Comercial	23
Financiamento de Famílias e Exterior para Governo e Empresas	29
Salto na Acumulação da Riqueza Financeira	34
Riqueza Financeira à Brasileira	38
Distribuição da Riqueza Financeira por Segmentos e Regiões	43
Investidores Institucionais: Fontes de Financiamento Fundamentais	47
<i>Capítulo 2. Riqueza Material</i>	53
Mundo Material: História do Passado, Presente e Futuro	53
Goeconomia versus Geopolítica	57
Pegada Ecológica	61
Brasil à Venda para Globalizar	67
<i>Capítulo 3. Como o mundo ficou rico</i>	73
Como o mundo ficou rico: as origens históricas do crescimento econômico	73
Fatores de Desenvolvimento	77
Como a Grã-Bretanha ficou rica	82
Como os Estados Unidos ficaram ricos	86
Como o Japão e os Tigres Asiáticos ficaram ricos	91
Como a China ficou rica	95
<i>Capítulo 4. Debate sobre Reforma de Mercado</i>	101
Como a China Escapou da Terapia de Choque	101
Debate da Reforma de Mercado	105
Modos de Criação de Mercado e Regulação de Preços	109
Processo de Criação do Mercado em Economia Planejada	114
Pragmatismo dos Reformistas Chineses	118
<i>Capítulo 5. Personificação das Coisas</i>	123
Moeda Injuriada	123
Eu, O Dinheiro	127
Eu, Banco	132
Eu, Remediado	137
Eu, Economia	141
Eu, O Mercado	145
Eu, O Estado	149

Eu, Sociedade Civil	153
Eu, Cidadão	157
Eu, Professor	162
<i>Considerações Finais</i>	168
<i>Anexo Estatístico</i>	176
<i>Fontes de Referência</i>	180
<i>Obras do Autor com links para download.....</i>	181
<i>Sobre o Autor</i>	188

Prefácio

O desenvolvimento econômico é um processo complexo influenciado por uma variedade de fatores inter-relacionados. Dentre os principais fatores interativos dos quais ele emerge, em um país, os economistas citam convencionalmente os seguintes:

1. *Capital Humano*: o nível de educação, treinamento e habilidades da força de trabalho é crucial, para impulsionar o desenvolvimento econômico, porque melhora a produtividade e a inovação tecnológica.
2. *Infraestrutura*: uma infraestrutura necessária inclui estradas, portos, redes de energia, telecomunicações e outras instalações, porque facilita o comércio, o transporte e a eficiência operacional, promovendo o crescimento econômico.
3. *Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)*: países com maiores investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento são mais propensos a inovar, criar tecnologias e aumentar a produtividade, impulsionando o desenvolvimento econômico em longo prazo.
4. *Ambiente de Negócios*: para o desenvolvimento econômico, é necessário promover um ambiente empresarial favorável, como regulamentações claras, proteção aos direitos de propriedade, baixa corrupção e facilidade para abrir e conduzir negócios.
5. *Estabilidade Macroeconômica*: ter políticas monetárias e fiscais estáveis, controle da inflação e um balanço de pagamentos equilibrado contribuem para um ambiente econômico mais previsível.
6. *Abertura ao Comércio Internacional*: participar ativamente do comércio internacional permite o acesso a mercados mais amplos, promove a especialização em vantagens competitivas e contribui para o crescimento econômico.
7. *Desenvolvimento Tecnológico*: a adoção e o avanço de tecnologias desempenham um papel crucial porque países inovadores costumam experimentar crescimento mais rápido.

8. *Recursos Naturais*: o aproveitamento sustentável dos recursos naturais pode contribuir para o desenvolvimento econômico, embora a dependência excessiva de recursos possa criar vulnerabilidades.
9. *Instituições Sólidas*: ter instituições governamentais transparentes e responsáveis por melhor uso de recursos, inclusive um sistema judiciário com aplicação consistente das leis, é fundamental para o desenvolvimento econômico.
10. *Redução da Desigualdade*: políticas sociais, tais como assistência social, políticas afirmativas compensatórias, política fiscal com tributação progressiva, ajudam a *reduzir a pobreza*, embora não superem a desigualdade econômica, melhorando a estabilidade social e promovendo um crescimento econômico mais inclusivo.

Esses fatores variam de país para país. Uma abordagem multifacetada, com a consideração de diversos elementos favoráveis ao desenvolvimento econômico, é difícil por ele constituir um *processo complexo e dinâmico*.

Por exemplo, percebi nessa listagem, feita pelo ChatGPT a partir do mapeamento de todas as informações disponíveis no mundo digital, não ter considerado *as finanças e/ou o financiamento como fatores-chave de desenvolvimento?*

Quando eu questionei essa ausência na resposta da Inteligência Artificial, ela reconsiderou: “Sim, *financiamento é, de fato, um fator crucial de desenvolvimento econômico*. O acesso a recursos financeiros desempenha um papel fundamental no crescimento econômico e na capacidade de implementar investimentos em vários setores”.

Algumas maneiras óbvias pelas quais o desenvolvimento requer financiamento incluem as seguintes:

1. *Investimento em Infraestrutura*: o financiamento é essencial para a construção e melhoria de infraestrutura, como estradas, pontes, portos e redes de energia, pois são obras públicas exigentes de muito capital.

2. *Capital para Empresas*: para aumento de competitividade, empresas não-financeiras precisam de capital para expandir operações, investir em pesquisa e desenvolvimento, adquirir tecnologia e aumentar a capacidade produtiva, em *processo de alavancagem financeira*, com aumento do lucro operacional acima das despesas financeiras assumidas no endividamento.
3. *Educação e Capital Humano*: investimentos em educação exigem financiamento para construção de escolas, treinamento de professores e desenvolvimento de currículos, tudo isso resultante em acumulação de *capital humano*, isto é, capacidade pessoal de ganho.
4. *Setor Agrícola*: o financiamento é crucial para os agricultores, proporcionando capital para comprar sementes, fertilizantes, maquinário e outros insumos essenciais, melhorando a produtividade e a segurança alimentar.
5. *Micro e Pequenas Empresas*: o acesso a financiamento é especialmente vital para elas, porque, embora carentes de capital, desempenham um papel significativo na geração de empregos e no crescimento econômico.
6. *Pesquisa e Desenvolvimento*: esses projetos exigem financiamento para impulsionar inovações, novas tecnologias e avanços científicos, contribuindo para o progresso econômico em longo prazo.
7. *Políticas Sociais*: financiamento público é necessário para programas sociais, como saúde, assistência social e habitação, com impacto direto na qualidade de vida e no capital humano.

Enfim, a IA reconheceu o financiamento desempenhar *um papel transversal* em diversas áreas influentes no desenvolvimento econômico. No entanto, embora tenha reconhecido ele contribuir positivamente para o crescimento sustentável ela nada diz sobre as *fontes de financiamento*, isto é, a acumulação de estoque de riqueza financeira como possível *funding*.

Questionada a respeito, a IA somente afirma existirem diversas fontes de financiamento disponíveis no Brasil e no mundo, abrangendo diferentes setores e necessidades. *É simples assim...*

No Brasil, cita instituições financeiras, mas não diz nada sobre a disponibilidade de qual tipo de *funding* (composição passiva) em cada qual, ou seja, *como surge o dinheiro para o endividamento e/ou o investimento*.

1. *Bancos e Outras Instituições Financeiras*: empréstimos e linhas de crédito oferecidos por bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e outras instituições financeiras.
2. *Bolsa de Valores*: captação de recursos por meio de emissão de ações em bolsas de valores, como a B3 no Brasil.
3. *Crédito Rural*: financiamento específico para o setor agrícola, disponibilizado pelo Banco do Brasil e por programas crédito direcionado em lugar de recolhimento compulsório ao Banco Central do Brasil.
4. *Investidores Anjo*: indivíduos de alto patrimônio são capazes de investirem em empresas emergentes em troca de participação acionária.
5. *Fundos de Capital de Risco (Venture Capital)*: investem em *startups* e empresas em crescimento em troca de participação acionária.
6. *Financiamento Coletivo (Crowdfunding)*: plataformas *online* permitem os indivíduos contribuírem financeiramente para projetos, ideias ou empresas.
7. Fomento Mercantil (*Factoring*): venda de recebíveis a uma empresa de fomento mercantil em troca de dinheiro imediato.

Sobre o *funding* no mundo, a generalidade da IA é semelhante.

1. *Empréstimos Bancários Internacionais*: financiamento oferecido por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).
2. *Bonds e Debêntures*: emissão de títulos de dívida para captação de recursos no mercado financeiro.
3. *Private Equity*: investimento de capital em empresas privadas por investidores institucionais.

4. *Hedge Funds*: Fundos de Investimentos Financeiros buscam retornos elevados utilizando diversas estratégias de investimento.
5. *Empréstimos Sindicalizados*: empréstimos concedidos por um grupo de credores, geralmente, para projetos de grande porte.
6. *Financiamento Multilateral*: recursos provenientes de organizações multilaterais, como o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD).
7. *Investimento Socialmente Responsável (ISR)*: financiamento direcionado para empresas com adoção de práticas socialmente responsáveis e sustentáveis.
8. *Linhas de Crédito Sustentáveis*: financiamento destinado a projetos e iniciativas com foco em sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

Essas são apenas algumas das inúmeras fontes de financiamento disponíveis. Logicamente, a escolha depende do tipo de projeto, da natureza da empresa e das condições do mercado. As empresas costumam utilizar uma combinação de diversas fontes para atender às suas necessidades financeiras.

Dada essa generalidade superficial, encontrada a partir da literatura internacional, como darei o exemplo mais adiante com resenha de um livro escolhido entre os Melhores do Ano, farei um esforço de aprofundar o conhecimento e quantificar a respeito da origem do financiamento no estudo do caso da *riqueza financeira* brasileira. Farei isso no primeiro capítulo.

No segundo, indo além dessa, eu resenharei um livro sobre a *riqueza material*.

Os principais produtores de recursos naturais muito relevantes são os seguintes:

1. *Cobre*: Chile é um dos maiores produtores de cobre, seguido por países como China e Peru.

2. *Ferro*: China é o principal produtor global de minério de ferro, seguido por países como Austrália e Brasil.
3. *Petróleo*: os principais produtores de petróleo são Estados Unidos, Arábia Saudita, Rússia e as maiores reservas são da Venezuela, da Arábia Saudita e do Canadá.
4. *Gás Natural*: Rússia, Estados Unidos e Catar.
5. *Lítio*: os maiores produtores de lítio, com crescente demanda para produção de baterias de íon de lítio usadas na indústria de veículos elétricos, são Austrália, Chile e China.

Essas classificações variam ao longo do tempo, dependendo de mudanças na produção e nas condições de mercado. Por isso, vale avaliar as oportunidades para o Brasil na produção desses recursos. Com o Pré-Sal, tecnologia pioneira da Petrobras, tornou-se um importante produtor de petróleo em nível mundial, ocupando a nona posição entre os maiores produtores mundiais.

Para comparar, examine as razões de o Chile, por exemplo, embora seja um *líder na produção de cobre e lítio*, não ser considerado uma potência econômica em termos globais. Existem vários fatores atuantes contra isso:

1. *Dependência de Commodities*: a economia chilena é altamente dependente da exportação de *commodities*, como cobre e lítio. Isso torna o país vulnerável às flutuações nos preços dessas matérias-primas no mercado internacional.
2. *Estrutura Econômica Desigual*: apesar da importância do setor de mineração, a riqueza gerada não é uniformemente distribuída na sociedade chilena, com desigualdade no acesso a oportunidades econômicas.
3. *Condições Geográficas e Demográficas*: o Chile tem uma população relativamente pequena em comparação com sua vasta extensão territorial e, dada a geografia do país, tem dificuldades logísticas e de infraestrutura.
4. *Instabilidade Política e Social*: o Chile enfrentou períodos de instabilidade política e social, com ditaduras militares ao longo

de sua história, impactando o ambiente de negócios e o investimento estrangeiro.

5. *Diversificação Limitada*: a dependência contínua de setores específicos limita a resiliência da economia chilena a choques externos.

Esses fatores não são exclusivos do Chile, pois alguns afetam o próprio Brasil, com seu balanço comercial muito dependente da exportação de *commodities* para a China. Porém, o país busca estratégias industriais para diversificar sua economia e mitigar os riscos associados à dependência de setores específicos.

A depender da cotação do dólar em moeda nacional e do desempenho no crescimento do PIB nominal, o Brasil costuma se situar no ranking das dez economias com maior renda em dólares. O Brasil passou o Reino Unido para tornar-se a sexta maior economia do mundo em 2010.

Depois de uma perda de posição no ranking de maiores PIBs mundiais, deixando o seu de estar entre os 10 maiores, ficando em 12^a. posição no governo da aliança neofascismo-neoliberalismo, em 2023 recuperou sua imagem no mundo. As 20 maiores economias do mundo em 2023, segundo projeção do FMI, foram:

1. Estados Unidos - US\$ 26,95 trilhões
2. China - US\$ 17,7 trilhões
3. Alemanha - US\$ 4,43 trilhões
4. Japão - US\$ 4,23 trilhões
5. Índia - US\$ 3,73 trilhões
6. Reino Unido - US\$ 3,33 trilhões
7. França - US\$ 3,05 trilhões
8. Itália - US\$ 2,19 trilhões
9. **Brasil** - US\$ 2,13 trilhões
10. Canadá - US\$ 2,12 trilhões

11. Rússia - US\$1,86 trilhão
12. México - US\$1,81 trilhão
13. Coreia do Sul - US\$1,71 trilhão
14. Austrália - US\$1,69 trilhão
15. Espanha - US\$1,58 trilhão
16. Indonésia - US\$1,42 trilhão
17. Turquia - US\$1,15 trilhão
18. Holanda - US\$1,09 trilhão
19. Arábia Saudita - US\$1,07 trilhão
20. Suíça - US\$ 905 bilhões

Pode, então, ser considerado um *Brasil rico com brasileiros pobres*. É lamentável, em comentário do tipo “pobres brasileiros”, ou é motivo para dobrar os esforços de todos em busca de maior enriquecimento pessoal e socioeconômico?

Minha *hipótese central* é os investidores, em todo o mundo, mas especialmente em economia de mercado de capitais, para se enriquecerem, buscarem se associar com grandes empresas globais através da compra de suas ações. As motivações estão relacionadas às oportunidades de investimento e aos benefícios associados à propriedade delas.

Os investidores compram ações com a expectativa de seus valores de mercado aumentarem, ao longo do tempo, por ser uma opinião compartilhada com a maioria predominante na bolsa de valores, permitindo-lhes obter *ganhos de capital*. Isso é especialmente verdadeiro para grandes empresas com um histórico sólido de crescimento e estabilidade financeira.

Essas empresas, especialmente as estabelecidas e lucrativas, costumam distribuir parte de seus lucros aos acionistas na forma de dividendos. Os investidores em busca de fluxo de renda regular são atraídos por ações “pagadoras de dividendos” periodicamente.

Ao comprar ações, então, os investidores se tornam proprietários de uma fração do capital da empresa e, como tal, têm direito a uma parte dos lucros da empresa. Esses lucros são reinvestidos ou deixados em reservas, depois de um certo percentual ser distribuído aos acionistas.

O estatuto da empresa é soberano para definir o percentual. Não há obrigatoriedade de fixá-lo em 25% do lucro líquido ajustado. O estatuto sendo omissivo, a empresa deverá pagar 50% do lucro líquido, após ser ajustado pela constituição da reserva legal, pela parte destinada às reservas de contingências e pela contabilização dos lucros a realizar. O *lucro líquido contábil* é diferente do *lucro líquido ajustado*.

Investir em ações de grandes empresas globais costuma ser uma estratégia de diversificação para os investidores bilionários estrangeiros, permitindo-lhes mitigar riscos associados a investimentos concentrados em setores ou regiões específicas. Essas grandes empresas globais são reconhecidas por suas marcas sólidas e desempenho consistente. Têm reputações com históricos de sucesso.

Algumas dessas grandes empresas globais são líderes em inovação e têm perspectivas de crescimento futuro promissoras. Investidores buscam oportunidades em empresas na vanguarda de seus setores e países incentivam-nas, inclusive em termos fiscais, a produzir neles, empregando os trabalhadores locais com tecnologia de ponta e explorando o mercado interno e internacional.

Os acionistas, mesmo aqueles com uma pequena participação acionária, têm direitos a voto em assembleias de acionistas. Ao participarem das decisões importantes da empresa têm acesso às informações de seus planos de investimentos.

Ações de grandes empresas geralmente são mais líquidas, ou seja, podem ser compradas ou vendidas facilmente no mercado. Isso oferece aos investidores a flexibilidade de entrar ou sair de posições quando desejarem.

Investir em grandes empresas globais proporciona aos investidores acesso a mercados internacionais, permitindo-lhes diversificar geograficamente o risco de suas carteiras. Beneficiam-se

do crescimento global pela ultrapassagem de fronteiras econômicas nacionais, apesar do protecionismo geopolítico.

Embora o desempenho passado de uma empresa não garanta resultados futuros certos, a predominância de seguir uma tendência, em “mercado de rumores e boatos”, determina o estoque de riqueza pessoal e de investidores institucionais (FIFs, EFPC, EAPC, SS).

Diante disso, farei aqui *o estudo do caso brasileiro em termos de riqueza material e riqueza financeira*. Os analistas de conjuntura costumam só acompanhar as oscilações dos fluxos de renda e poucos se atentam para a acumulação de estoque de riqueza financeira pessoal e institucional como pré-requisito do desenvolvimento. *Muitos a enxergam como prejudicial!*

O Capítulo 3 será constituído por meus artigos-resenhas do livro “*How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth*” (Polity Press), publicado em 2022, pelos coautores Mark Koyama e Jared Rubin. Com eles, examinarei as origens históricas do crescimento econômico sustentado, ou seja, os fatores de desenvolvimento, encontrados nos diversos estudos de casos: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura) e a China.

No Capítulo 4, apresentarei o debate sobre reforma de mercado, conforme o livro de Isabella Weber, cujo original foi publicado em 2021. Ocorreu quando a China escapou da terapia de choque neoliberal, adotando outros modos de criação de negócios livres de compra e venda com regulação de certos preços-chave até sua liberalização gradual. Esse *processo de criação do mercado*, em *economia planejada ou de comando*, revelou o pragmatismo gradualista dos reformistas chineses.

No quinto e último capítulo, experimentarei a *personificação de coisas*. É uma figura de linguagem na qual atribuo características humanas, como emoções, ações e qualidades, a objetos inanimados ou instituições aparecidas ao longo dos capítulos anteriores.

Essa técnica literária é comumente usada para tornar a escrita mais atraente, expressiva e figurativa, permitindo os leitores se identificarem mais facilmente com os objetos ou conceitos descritos.

Ela é eficaz para criar imagens vívidas, na mente dos leitores, tornando a escrita mais interessante e memorável.

Analisarei as questões citadas com uma *abordagem sistêmica-financeira*. O leitor obterá uma *visão holística*, ou seja, observará (e analisará) a economia brasileira e a mundial de forma panorâmica, *como um todo* – e não de maneira desmembrada como é comum na visão dos “especialistas”.

Fernando Nogueira da Costa

Março de 2024

Capítulo 1. Como o Brasil está ficando rico

Preâmbulo Histórico

O termo “preâmbulo” é um substantivo masculino cuja etimologia latina significa “o que caminha à frente”. São sinônimos da palavra: prefácio, introdução, prefação, prelúdio, início, prólogo e ementa. São antônimos de preâmbulo: epílogo, conclusão, fecho e encerramento.

Durante o período colonial do Brasil (1500-1822), os meios de pagamento tiveram de ser improvisados, refletindo as práticas econômicas impostas pela Metrópole portuguesa. Nas fases iniciais da colonização, o *escambo* era uma prática comum. Nesse sistema, bens e mercadorias eram trocados, diretamente, sem o uso de moeda.

Quando o comércio exterior se desenvolveu, moedas metálicas cunhadas em Portugal e outros países europeus foram utilizadas como meios de pagamento pelos colonos. Moedas de ouro, prata e cobre circulavam precariamente na colônia brasileira.

O dinheiro existia há milênios, inclusive na metrópole portuguesa circulavam o Florim, o Ducado, o Real e o Grosso, estas duas moedas de prata e as outras duas moedas de ouro. No século XV, já tinham surgido os bancos das Cidades-Estados italianas.

Em algumas regiões brasileiras, principalmente durante o século XVII, foram utilizadas “moedas de troca”. Eram espécies de fichas ou objetos representativos de um valor monetário e capazes de ser trocadas por mercadorias.

Os pagamentos de tributos e dízimos chegaram a ser feitos em produtos específicos, como alimentos, animais, ou outros bens, como forma de pagamento. Diversas áreas regionais do Brasil colonial praticavam economia agrária, onde as transações ocorriam por meio de sistemas de trocas, inclusive pagamentos de dízimos, em produtos agrícolas.

O sistema registrado por escrito, em letras de câmbio e ordens de pagamento, foi também uma prática comum. Facilitava as

transações comerciais entre diferentes partes da colônia e entre a colônia e Portugal.

Essa série de “inovações financeiras” (*avant la lettre*) contribuía para a variedade de métodos de pagamento utilizados na colônia, devido à escassez de moedas europeias e à distância em relação à metrópole portuguesa. Não houve o desenvolvimento de sistema monetário e muito menos financeiro, refletindo as condições políticas e econômicas da subordinação colonial.

Em grande parte do período colonial, o sistema econômico baseava-se no Mercantilismo, com o controle real centralizado por Portugal. A falta de soberania limitava a autonomia econômica da colônia e restringia sua atividade financeira. No entanto, algumas formas incipientes emergiram durante o período de 1500 a 1822.

Durante a invasão holandesa (1630-1654), a Companhia das Índias Ocidentais cunhou *moedas obsidionais* (circulantes em locais sob cerco) em Recife, sitiada por tropas luso-brasileiras. Essas primeiras moedas de ouro e de prata, cunhadas em solo brasileiro, eram denominadas *guilders* ou *florins holandeses*.

Uma Casa de Fundição foi autorizada pela Coroa portuguesa na Bahia, em 1697, como uma espécie de Casa da Moeda para fundir o ouro extraído nas minas brasileiras. Servia como base para a emissão de moedas, dada a carência na colônia. No entanto, não oferecia empréstimos nem captava depósitos como um banco.

Algumas transações financeiras e empréstimos ocorriam dentro das redes mercantis. Comerciantes, plantadores e outras figuras influentes na sociedade estabeleciam relações de crédito informal ao conceder prazos para pagamentos em seus negócios.

Em negociações, é instintivo ocorrer empréstimos informais entre indivíduos ou comerciantes ao conceder prazos para pagamentos. Mas, no Brasil colonial, ainda não havia uma estrutura formal de instituições financeiras, como bancos comerciais.

As atividades financeiras eram limitadas, em grande parte devido ao controle autoritário exercido por Portugal sobre a colônia. As Casas Grandes dos senhores de engenho e os conventos

guardavam dinheiro com base na confiança... não raramente quebrada.

Ao longo do século XIX, o número de instituições financeiras era muito limitado. O primeiro banco foi o Banco do Brasil, fundado em 1808 por Dom João VI. A corte portuguesa tinha se transferido da metrópole para sua colônia em fuga diante Napoleão.

Fundado como banco estatal, o primeiro Banco do Brasil quebrou, em 1833, após virar "morto-vivo" com a "raspagem de seu cofre" para custear o retorno da corte a Portugal. Este nome ressurgiu por duas ou três vezes ao longo do século XIX.

O primeiro banco privado do país foi o Banco do Ceará, criado em 1836 e liquidado três anos após. A ele se seguiram outros estabelecimentos como:

1. o Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1838;
2. o Banco Comercial da Bahia, em 1845;
3. o Banco Comercial do Maranhão, em 1846;
4. o Banco do Pará, em 1847;
5. o Banco Comercial de Pernambuco, em 1851.

Surgiu também o que viria ser o maior dos novos bancos: o banco fundado, em 1851, por Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), Barão e depois Visconde de Mauá. O nome do seu banco, em período de prosperidade de seu controlador, logo mudou para Banco do Brasil – o mesmo nome do banco "liquidado" em 1833.

Em 1853, o ministro Visconde de Itaboraí impôs a fusão dos dois maiores bancos cariocas, o Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil, do futuro Visconde de Mauá, para criar o núcleo do novo Banco do Brasil, oficialmente o segundo. Então, o Banco Mauá, McGregor & Companhia foi fundado em 1854 pelo Barão de Mauá, associado com capital inglês.

A Caixa Econômica Federal foi criada, em 1861, como uma instituição com propósito de guardar "poupanças" de escravos para adquirir alforrias. Eventualmente, concedia algum crédito popular.

Durante o século XIX, não havia ainda um sistema bancário no Brasil. Alguns poucos bancos tinham atividades regionalizadas, operando apenas em certas partes do país.

Durante o período do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil (séculos XVI a XIX), as transações envolvendo a compra de escravizados eram realizadas por meio de uma variedade de formas de pagamento, incluindo moedas e outros bens comerciáveis. Eram, frequentemente, parte de um comércio triangular, envolvendo Europa, África e América, com diferentes moedas em pagamentos em cada etapa.

Traficantes de escravos europeus usavam moedas como libras esterlinas, francos, ducados e outras moedas existentes na Europa nas transações comerciais. Eram moedas metálicas, utilizadas nas negociações e trocas entre comerciantes africanos e europeus.

O ouro e a prata eram amplamente aceitos como formas de pagamento. Traficantes trocavam barras de ouro e prata por escravizados ou as utilizavam para complementar as transações monetárias.

Além de moedas, utilizavam outros bens comerciáveis, como tecidos, armas, rum, tabaco e utensílios, para comprar escravizados na África. Os traficantes europeus ofereciam bens europeus em troca de ouro, marfim, especiarias e escravizados.

Em alguns poucos casos, sistemas de crédito e dívida eram estabelecidos. Neles, os traficantes de escravos compravam dos africanos com promessa de pagamento adiante.

Essas transações variavam dependendo das partes envolvidas, das regiões específicas e das práticas comerciais da época. O comércio de escravizados foi uma atividade profundamente exploradora e desumana, contribuindo para a trágica história do tráfico negreiro transatlântico, proibido no Brasil somente pela Lei Eusébio de Queiroz de 1850.

O país foi o último independente a extinguir a escravidão: apenas em 1888. Depois, não havia *crédito como capital de giro*, concedido por bancos, para pagar assalariados.

No século XIX, o Brasil chegou a adotar um modelo de *banco emissor* à americana, no qual bancos privados “livres” emitiam suas próprias notas como fossem moeda. Faltava controle centralizado sobre a oferta monetária – e uma única moeda nacional.

Essa prática, de maneira precária (e instável), começou no período imperial brasileiro foi até uma crise bancária na virada do século. Sob o debate entre *metalistas* e *papelistas*, houve a adoção pela Caixa de Conversão do *padrão-ouro* de 1905 até a I Guerra Mundial.

Durante esse período, surgiu uma multiplicidade de moedas circulantes no país. Os mais proeminentes emissores foram: o Banco do Brasil de modo intermitente; o Banco da Bahia, fundado em 1851, um dos principais bancos privados emissores da região Nordeste do Brasil; o Banco do Maranhão, estabelecido em 1837, responsável pela emissão de moeda na região norte do Brasil. Até o banco fundado pelo Barão de Mauá, em 1854, também emitiu brevemente suas notas bancárias.

Logo, os bancos enfrentavam *crises de desconfiança*. Só foram criadas uma Câmara de Compensação de Cheques e uma Carteira de Redescontos no Banco do Brasil em 1921-22. A ausência anterior de uma instituição centralizada, para lidar com políticas monetárias e a supervisão do sistema ainda em constituição, contribuía para “corridas bancárias”.

A criação de um Banco Central no Brasil envolveu uma série de fatores históricos, econômicos e políticos – e ocorreu, praticamente, ½ século após a criação do *Federal Reserve* nos Estados Unidos, em 1913, já bastante atrasado em relação à do Banco da Inglaterra. Este, criado em 1694 como um banco privado com objetivo de financiar o fim da Guerra (1688-1696) do Rei Guilherme Orange-Nassau, oriundo da Holanda, agia como um Banco Central do Reino Unido. Foi controlado pela família Rothschild até ser estatizado, em 1946, com independência operacional diante o governo inglês.

Antes de 1964, o Brasil não tinha uma instituição específica designada como Banco Central. Passou por diferentes períodos econômicos e políticos, ao longo dos anos do Império, da República Velha e da Nova República, com instabilidades e mudanças frequentes na estrutura governamental. Esses períodos turbulentos,

com duas Guerras Mundiais, Revolução de 1930, ditadura do Estado Novo (1937-1945), novas tentativas de golpes militares, dificultaram a implementação de reformas financeiras necessárias, como a criação de um Banco Central, até o regime militar ditatorial.

A criação de uma instituição como o Banco Central requeria certo consenso político e econômico. Até a imposição à força, após o golpe militar de 1964, o Brasil teve diferentes administrações e abordagens políticas, dificultando a formação desse consenso.

Aconteceu após a promulgação da Lei nº 4.595 em 31 de dezembro de 1964. Essa lei estabeleceu as bases para a criação do Banco Central, conferindo-lhe responsabilidades como emissão de moeda, controle da liquidez e formulação de políticas monetárias.

Antes da reforma bancária de 1964, o sistema bancário brasileiro, com rede de agências crescente após a II Guerra Mundial, era caracterizado por uma diversidade de instituições e práticas. Os bancos privados concediam crédito mais para transações comerciais, fornecendo financiamento para empresas adquirirem mercadorias, matéria-prima ou equipamentos – e menos para investimentos em longo prazo.

Dado o papel crucial da agricultura na economia brasileira, o Banco do Brasil, a partir de 1905, oferecia crédito para os agricultores financiarem a compra de sementes, insumos agrícolas e maquinário. Esse crédito visava impulsionar a produção agrícola.

O BNDES, desde 1952, concedia empréstimos para o setor industrial, ajudando as empresas a expandirem suas operações, investirem em novas instalações e adquirirem equipamentos. Outros bancos descontavam títulos comerciais, como Letras de Câmbio e Notas Promissórias, oferecendo dinheiro imediato aos detentores desses títulos, com base em uma taxa de desconto. Apelavam depois para a Carteira de Redescontos no Banco do Brasil.

Alguns bancos ofereciam financiamento para a compra, construção ou reforma de propriedades imobiliárias. Isso incluía empréstimos para aquisição de residências, terrenos e desenvolvimento imobiliário. Mas, sem correção monetária, era um crédito bastante precário antes da criação do BNH (Banco Nacional de

Habitação), das Sociedades de Crédito Imobiliário e da unificação da Caixa Econômica Federal em 1969.

Poucos bancos forneciam crédito pessoal para indivíduos, cobrindo despesas diversas, como educação, saúde e consumo. Tampouco a massa popular – e até mesmo a classe média antes da massificação do Ensino Superior – era depositante ou apelava para a gestão do dinheiro, a concessão de empréstimos ou o sistema de pagamentos bancários.

A correção monetária foi criada em 1964 para permitir o governo se financiar com títulos de dívida pública (ORTN: Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) sem emissão de moeda, mas acabou se transformando em uma *inflação inercial* – a reposição periódica das rendas pelo pico real prévio – na economia brasileira. O mercado financeiro também passou a utilizar a correção monetária para remunerar aplicações e, assim como o governo, atrair investidores.

Após o Plano Real, trinta anos depois, o governo pretendia acabar com a indexação generalizada na economia, alongando os prazos das aplicações financeiras. Com o *regime de meta de inflação*, adotado no início de 1999, a *indexação*, popularizada nas aplicações financeiras com liquidez diária como reservas de valor, foi substituída por uma *taxa de juro real*, disparatada diante das vigentes no resto do mundo.

A economia brasileira passou a combinar *baixo fluxo de renda e elevado estoque de riqueza financeira*. Diminui pouco a pobreza, aumenta muito a desigualdade.

Depois dessa Introdução com um *flashback*, para situar o leitor estrangeiro na problemática anterior do sistema financeiro nacional, vamos dar um salto no tempo para a avaliação de sua situação atual. Minha hipótese é a economia brasileira, 60 anos após a Reforma Bancária de 1964, ter obtido *autonomia financeira* para a implementação de um projeto de desenvolvimento com crescimento sustentado em longo prazo.

Para teste dessa hipótese, apresentarei três tópicos em uma *abordagem sistêmica financeira*:

1. como se arranhou a cobertura da remessa de lucros e juros do capital estrangeiro, instalado no Brasil, para a produção industrial e outros serviços de comunicação, com frequentes superávits no balanço comercial;
2. como as famílias e as relações com o exterior financiam as empresas não-financeiras e o governo;
3. como o recente salto na acumulação de riqueza financeira propicia esse *funding* necessário.

Cobertura da Remessa de Lucros e Juros pelo Superávit Comercial

Em séries temporais anuais, é possível analisar *tendências* ou *inércias*, *ciclos* e eventuais *choques* de preços relativos. Por exemplo, desde 2004, portanto, há duas décadas, a inflação média se tornou inercial em torno de 5,73% aa.

Houve dois choques inflacionários, um teve o pico em janeiro de 2016 (10,71%), outro o máximo em abril de 2022 (12,13%). *Justifica-se o combate à inércia ou às eventuais quebras de oferta com choques de juros?*



Os juros internos disparatados em relação aos juros externos ajudaram na estabilidade da taxa de câmbio nominal, depois de atingir o pico de R\$ 5,80 / US\$ em maio de 2020, após o início do distanciamento social, devido ao “pandemônio da pandemia”. Gira, atualmente, em torno de cinco reais por dólar.

Quando a taxa de câmbio flutuante se estabiliza, na história econômica brasileira, facilita a estabilidade da taxa de inflação – correlacione os gráficos pelos choques cambiais em 2015-16 e 2020-21. Não se sofre com elevada “inflação importada”.



A economia brasileira obteve o maior superávit comercial de sua história em 2023 com US\$ 80,5 bilhões. Quase dobrou o do ano anterior, confirmando uma tendência crescente desde quando houve a emergência da China como o maior parceiro comercial.

Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2023, foram soja (15,7%), óleos brutos de petróleo (12,5%) e minério de ferro (9%). Desse modo, os setores agropecuário e da indústria extrativa puxaram o crescimento das exportações.

Balanço de Pagamentos		
	US\$ milhões	
Discriminação	2022	2023*
I. Transações correntes	-48 253	-28 616
Balanço comercial (bens)	44 153	80 518
Exportações ^{1/}	340 328	344 409
Importações ^{2/}	296 175	263 891
Serviços	-39 618	-37 597
Renda primária	-56 530	-72 417
Renda secundária	3 742	880
II. Conta capital	245	328
III. Conta financeira^{3/}	-46 760	-30 944
Memo:		
Transações correntes / PIB (%)	- 2,5	- 1,3
Investimento direto no país / PIB (%)	3,8	2,8
Fluxo Comercial (exportação + importação) / PIB	33%	28%

Fonte: Banco Central do Brasil - NI Estatísticas do Setor Externo (elab. de Fernando Nogueira da Costa)

Em termos de valor, a China foi destino de 30,7% do exportado pelo Brasil em 2023. Os EUA vieram em segundo, com 10,9%, e a Argentina, com 4,9%. Em quarto lugar ficou a Holanda, ponto de entrada de produtos para a União Europeia, bloco com absorção de 13,6% dos embarques. O México, em quinto, ficou com 2,5%.

Os chineses compraram 73% de toda soja exportada pelo Brasil em 2023, além de 64% do minério de ferro e de 47% do petróleo bruto, segundo dados da SECEX. Os três produtos representaram 75% do valor da exportação brasileira total à China no ano.

Os preços médios das exportações totais brasileiras caíram 6,3% em 2023, mas a receita de exportação subiu 1,7% em relação a 2022 porque a quantidade embarcada cresceu 8,7%, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC). Em 2023, houve pico histórico do *índice de quantum exportado*. O recorde anterior havia sido em 2022, quando o volume exportado subiu 5,4% contra o ano anterior.

O superávit comercial resultou também de uma queda grande no déficit comercial da indústria de transformação: de US\$ 57,2 bilhões em 2022 para US\$ 37,7 bilhões em 2023. Ocorreu sobretudo pela queda no valor importado em bens industriais.

No ano de 2023, as exportações brasileiras registraram *o maior valor da série histórica*, US\$ 344,4 bilhões, aumento de 1,2% em relação a 2022. As importações somaram US\$ 263,9 bilhões, recuo

de 10,9% em relação ao ano anterior. O fluxo comercial (acima de US\$ 600 bilhões em cada um dos dois últimos anos) diante do PIB foi de 33% a 28%.

É um equívoco determinar o *grau de abertura de mercado de um país* pelo quociente das exportações mais as importações divididas pelo PIB. A lista é encabeçada por Hong Kong (377%), Luxemburgo (362%), Singapura (325%).

Coloca o Brasil em 165º. lugar desta relação na faixa citada (28%-33%) como fosse uma *economia "fechada"*. Está entre os Estados Unidos (28%), China (37%) e Japão (37%)!

Não se deve os comparar com aquelas "Cidade-Nação" com curta cadeia produtiva e baixo PIB como denominador diante de um numerador muito elevado. Da mesma forma, pequenas populações de países com exportações elevadas, seja de recursos naturais, seja de alta tecnologia, têm indicadores *per capita* elevados.

O Brasil tem a 22ª. maior exportação no mundo, ficando abaixo dos países da União Europeia, América do Norte, os grandes exportadores asiáticos e petro-estados. Por proximidade, todos pertencem às Cadeias Globais de Valor (CGV), ao contrário do Brasil.

Apesar dos recordes de exportação e superávit comercial em 2023, o Brasil ainda é um fornecedor pequeno para os dez maiores importadores do mundo, com exceção da China. Entre os demais, fica da 14ª colocação para baixo. Em 2023, só ganhou posições em três dos dez maiores mercados: China, Japão e Reino Unido.

Na China subiu do 9º para o 7º lugar. Em quatro dos dez grandes destinos – Estados Unidos, Coreia do Sul, Índia e Itália –, os produtos brasileiros perderam mercado.

No ano de 2023, o *déficit no balanço de transações correntes* somou US\$ 28,6 bilhões (1,32% do PIB), ante US\$ 48,3 bilhões (2,47% do PIB) em 2022. A redução de US\$ 19,6 bilhões no déficit deveu-se à ampliação de US\$ 36,4 bilhões no superávit do *balanço comercial* e à redução de US\$ 2,0 bilhões no déficit de *serviços*, compensados parcialmente pelos aumentos nos déficits de *renda primária*, US\$ 15,9 bilhões, e *renda secundária*, US\$ 2,9 bilhões.

No ano de 2023, o *déficit em serviços* somou US\$ 37,6 bilhões, recuo de 5,1% comparativamente ao déficit em 2022, US\$ 39,6 bilhões. Destacaram-se as despesas líquidas de transportes, aluguel de equipamentos e viagens.

No ano de 2023, o *déficit em renda primária* totalizou US\$ 72,4 bilhões, 28,1% acima do déficit de US\$ 56,5 bilhões ocorrido em 2022. As despesas líquidas de *lucros e dividendos* de investimento direto e em carteira somaram US\$ 45,0 bilhões em 2023, 21,5% acima dos US\$ 37,1 bilhões observados em 2022. Nessa comparação, as despesas brutas decresceram US\$ 1,6 bilhão, enquanto as receitas recuaram US\$ 9,6 bilhões.

Interessante é destacar o superávit comercial (US\$ 80,5 bilhões) ter coberto esse déficit, fenômeno não ocorrido no ano anterior (US\$ 44,1 bilhões contra US\$ 56,5 bilhões).

Serviços no Balanço de Transações Correntes				
Discriminação	2022		2023*	
	US\$ milhões	em %	US\$ milhões	em %
Total	-39 618	100%	-37 597	100%
Receitas	40 291		45 195	
Despesas	79 909		82 792	
Transportes	-19 434	49%	-12 916	34%
Viagens	-7 233	18%	-7 624	20%
Seguros	- 977	2%	-1 862	5%
Serviços financeiros	338	-1%	381	-1%
Serviços de propriedade intelectual	-6 555	17%	-5 391	14%
Telecomunicação, computação e informações	-4 249	11%	-5 872	16%
Aluguel de equipamentos	-8 270	21%	-9 302	25%
Outros serviços de negócio ^{1/}	6 468	-16%	7 596	-20%
Serviços culturais, pessoais e recreativos ^{2/}	367	-1%	-2 064	5%
Serviços governamentais	-1 178	3%	-1 336	4%
Demais serviços ^{3/}	1 104	-3%	791	-2%

Fonte: Banco Central do Brasil - NI Estatísticas do Setor Externo (elab. de Fernando Nogueira da Costa)

Renda Primária no Balanço de Transações Correntes				
Discriminação	2022		2023*	
	US\$ milhões	em %	US\$ milhões	em %
Total	-56 530		-72 417	
Receitas	40 013		33 134	
Despesas	96 543		105 551	
Renda de investimentos	-56 631	100%	-72 708	100%
Renda de investimento direto	-34 792	61%	-49 842	69%
Lucros e dividendos	-24 001	42%	-36 101	50%
Lucros e dividendos remetidos	-29 942	53%	-32 705	45%
Lucros reinvestidos	5 940	-10%	-3 396	5%
Juros de operações intercompanhia	-10 791	19%	-13 742	19%
Renda de investimento em carteira	-20 650	36%	-16 132	22%
Lucros e dividendos	-13 050	23%	-8 922	12%
Juros de títulos negociados no mercado externo	-3 423	6%	-2 668	4%
Juros de títulos negociados no mercado doméstico – despesa	-4 177	7%	-4 541	6%
Renda de outros investimentos (juros)	-7 374	13%	-14 095	19%
Renda de reservas – receitas	6 184	-11%	7 362	-10%
Memo:				
Juros	-19 580		-27 685	
Lucros e dividendos	-37 051		-45 023	
Soma	- 56 631		- 72 708	

Fonte: Banco Central do Brasil - Notas para Imprensa Estatísticas do Setor Externo (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

As despesas líquidas de juros somaram US\$ 27,7 bilhões em 2023, aumento de 41,4% em relação aos US\$ 19,6 bilhões em 2022. Em 2023 houve crescimentos de 33,7% nas receitas de juros, para US\$ 10,0 bilhões, e de 39,3% nas despesas brutas de juros, para US\$ 37,7 bilhões.

No ano de 2023, o Investimento Direto no País (IDP) totalizou US\$ 62,0 bilhões (2,85% do PIB), ante US\$ 74,6 bilhões (3,82% do PIB) em 2022. O ingresso líquido em participação no capital, exceto lucros reinvestidos, reduziu US\$ 5,0 bilhões (US\$31,6 bilhões em 2023 ante US\$36,6 bilhões em 2022), enquanto os lucros reinvestidos cresceram US\$ 662 milhões (US\$ 21,2 bilhões em 2023 ante US\$ 20,6 bilhões em 2022). O ingresso líquido em *operação intercompanhia* recuou US\$ 8,4 bilhões (US\$ 9,1 bilhões em 2023, ante US\$ 17,5 bilhões em 2022).

Para uma *abordagem sistêmica ou holista*, no sentido de entender a essência da economia brasileira, pelo *Censo de Capital Estrangeiro*, efetuado pelo Banco Central do Brasil, com 2.461 declarantes (participação no capital de 18.285 empresas), o estoque de IDP em 2022 atingiu US\$ 1,056 trilhão. O estoque IDP (participação no capital) / PIB foi a 42,4% contra 6,1% em 1995, ou seja, *a abertura externa como componente-chave da globalização neoliberal levou à grande desnacionalização da economia*.

Na renda primária, a despesa total de lucros de investimento direto e alteração na composição do lucro total afeta o déficit do

balanço de transações correntes. As despesas de lucros remetidos são, em sua maioria, pagamentos efetuados sem contrato de câmbio, por meio de contas de depósito no exterior. Quando as despesas de lucros reinvestidos reduzem, impactam o IDP.

Em contrapartida, no ano de 2023, os fluxos de Investimento Direto no Exterior (IDE) totalizaram aplicações líquidas de US\$ 28,3 bilhões, ante US\$ 33,4 bilhões em 2022.

Em 2023, os *ingressos líquidos de capitais* somaram US\$ 8,6 bilhões (saídas líquidas de US\$ 1,1 bilhão em ações e fundos de investimentos e ingressos líquidos de US\$ 9,8 bilhões em títulos de dívida) ante ingressos líquidos de US\$ 7,7 bilhões em 2022. A disparidade entre os juros internos e juros externos atraem esse capital.

As *reservas internacionais* somaram US\$ 355,0 bilhões, em dezembro de 2023, iniciando uma recuperação, depois de o Guedes ter “torrado” US\$ 50 bilhões. Em 2022, com US\$ 324,7 bilhões o Brasil tinha a 10^a. maior reserva em todo o mundo. Graças ao seu crescimento, desde o governo Lula I, afastou a periódicas crises cambiais do passado.

Financiamento de Famílias e Exterior para Governo e Empresas

O pico na série temporal do Crédito Ampliado, considerando empréstimos (39%), títulos de dívida (44%) e dívida externa (17%), aconteceu no ano inicial do distanciamento social com política de crédito fácil, devido à pandemia: 157% do PIB. No ano 2023, caiu para 143% do PIB, demonstrando uma *desalavancagem financeira* (corte no endividamento).

De 2017 a 2023, empréstimos do sistema financeiro nacional mantiveram-se em torno da média de 37% do total, títulos de dívida aumentaram de 41% para 44% e houve queda da participação relativa de endividamento externo de 20% para 17%. O mercado de capitais contribuiu relativamente mais: títulos de dívida pública foram 33% do total, títulos de dívida privada 6% (contra 4% em 2017) e securitizados 5% (diante de 2% em 2017) do total.

Crédito Ampliado ao Setor Não Financeiro - Participação no Total e % do PIB								
Período	Total		Governo		Empresas		Famílias	
	Total em R\$ bilhões	% PIB	% no Total	% PIB	% no Total	% PIB	% no Total	% PIB
dez-2013	6.027	113,0	37%	42,4	40%	45,0	23%	25,7
dez-2014	6.780	117,3	37%	43,0	40%	47,5	23%	26,9
dez-2015	7.931	132,2	38%	50,5	41%	53,8	21%	28,0
dez-2016	8.006	127,6	42%	53,4	36%	46,6	22%	27,8
dez-2017	8.575	130,2	44%	57,8	34%	44,5	21%	27,9
dez-2018	9.351	133,5	44%	59,1	34%	46,0	21%	28,4
dez-2019	10.231	138,4	44%	61,5	34%	47,0	22%	30,0
dez-2020	11.954	157,0	45%	70,6	35%	54,3	21%	32,2
dez-2021	13.614	151,0	44%	66,1	35%	52,5	22%	32,5
dez-2022	14.956	148,3	42%	62,1	35%	52,3	23%	34,0
dez-2023*	15.593	143,4	40%	57,4	36%	51,3	24%	34,8

Fonte: Banco Central do Brasil - Notas para Imprensa - Estatísticas Monetárias e de Crédito (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Estes números demonstram uma *autonomia relativa do sistema financeiro nacional* diante do internacional. O problema brasileiro é a *falta de autonomia tecnológica*.

Quanto aos tomadores do Crédito Ampliado, a tabela acima demonstra ter havido, de 2013 a 2020, o governo (de 37% a 45%) ter dado um *crowding-out* (deslocamento) nas empresas não-financeiras (de 40% a 35%) e famílias (de 23% a 21%). Nos anos posteriores, diminuiu gradativamente.

Interessante destacar, na próxima tabela, a *diversidade de fontes de financiamento* típicas desses "setores institucionais": 82% para o governo vêm de títulos de dívida pública, 93% para famílias de empréstimos (cartões de crédito, crédito imobiliário, financiamento de veículos etc.) e as empresas não-financeiras têm maior diversidade de instrumentos financeiros com 39% de empréstimos, 30% de títulos de dívida privada (por exemplo, debêntures) e 31% de dívida externa.

Crédito Ampliado ao Setor Não Financeiro - Participações no Total por Fontes									
Período	Total - Participações Relativas				Governo	Empresas			Famílias
	Empréstimos - Total	Títulos de dívida - Total ^{7/}	Dívida externa - Total	Total	Títulos públicos ^{4/}	Empréstimos - Total	Títulos de dívida - Total ^{7/}	Dívida externa - Total	Empréstimos - SFN ^{1/}
dez-2013	47%	34%	19%	100%	76%	59%	13%	28%	91%
dez-2014	46%	32%	22%	100%	72%	56%	13%	31%	91%
dez-2015	42%	32%	25%	100%	72%	50%	11%	39%	91%
dez-2016	41%	37%	22%	100%	77%	50%	12%	37%	90%
dez-2017	38%	42%	20%	100%	80%	46%	16%	38%	90%
dez-2018	37%	42%	21%	100%	80%	43%	17%	40%	91%
dez-2019	36%	44%	20%	100%	81%	40%	22%	39%	91%
dez-2020	36%	43%	21%	100%	81%	41%	18%	41%	91%
dez-2021	36%	43%	21%	100%	81%	40%	22%	38%	93%
dez-2022	38%	44%	18%	100%	83%	40%	26%	34%	93%
dez-2023*	39%	44%	17%	100%	82%	39%	30%	31%	93%

Fonte: Banco Central do Brasil - Notas para Imprensa - Estatísticas Monetárias e de Crédito (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Ao consolidar a evolução dos ativos financeiros líquidos por setor, a diferença entre os ativos e os passivos financeiros revelou os *setores institucionais liquidamente emprestadores* (com sinal positivo +) da economia brasileira de dezembro de 2018 a junho de 2022 de acordo com a Matriz do Patrimônio Financeiro elaborada pelo Banco Central do Brasil. Eram as famílias (+76% do total concedido) e o resto do mundo (+ 24%).

Em contrapartida, os *setores liquidamente tomadores de empréstimos* (com sinal negativo -) eram as empresas não financeiras (-62%) e o governo (-38%). Eram *estruturalmente devedores* sem grandes alterações nas participações relativas no total tomado nesses 3,5 anos.

O sistema financeiro apresentava suas *sociedades financeiras* com posição consolidada quase equilibrada (diferença entre ativos e passivos com resíduo próximo de zero), devido à sua *função de intermediação de recursos*. Afinal, todos os setores institucionais interagem através dos subsistemas de financiamento, gestão de dinheiro e pagamentos.

Os Meios de Pagamentos Ampliados são indicadores antecedentes de pressões de demanda sobre o setor real com as demais alternativas distintas por grau de liquidez diante dos meios de pagamento restritos. As facilidades de realocação de portfólio permitem o M1 (papel-moeda em poder do público e depósitos à vista) estarem no nível necessário para transações em resposta passiva a elevações no nível de preços.

Na série temporal de 2011 a 2023, houve uma *desmonetização* do M1 (de 9% a 5% do total M4) e uma queda da participação relativa dos *depósitos de poupança* (de 12% para 8%) em favor do aumento dos *depósitos a prazo* – em forma de U, com a retomada em conjunto com a elevação da taxa de juro Selic desde março de 2021 a outubro de 2023.

Notável também, nos dois últimos anos da série histórica, foi a elevação dos títulos privados emitidos sob forma de Letras de Crédito (Agrícola no LCA e Imobiliário no LCI), fora CRA, CRI etc. com rendimentos isentos de impostos para investidores Pessoas Físicas: foram de 3% a 7%. Demonstraram abuso e desvio de finalidade, agora podados pelo governo social-desenvolvimentista.

Os carregamentos de títulos de dívida pública pelos Fundos de Investimentos e/ou diretamente por participantes do mercado representam cerca da metade do M4 total. O M4 era R\$ 3,4 trilhões em 2011 e passou para cerca de R\$ 12 trilhões em 2023, ou de 78% do PIB para 110% do PIB, demonstrando a grande acumulação de riqueza financeira por parte dos investidores, ao propiciar *funding* (fontes de financiamento) tanto para as empresas não-financeiras quanto para o governo – e uma parte menor para as famílias endividadas.

Meios de Pagamento Ampliados - Participações Relativas no M4												
Período	M1 - Papel moeda em poder do público ^{1/}	M1 - Depósitos à vista ^{2/}	M1 - Total	M2 - Depósitos de poupança	M2 - Títulos privados emitidos pelo SFN - Depósitos a prazo	M2 - Títulos privados emitidos pelo SFN - Letras financeiras	M2 - Títulos privados emitidos pelo SFN - Letras de crédito ^{4/}	M2 - Títulos privados emitidos pelo SFN - Total	M2 - Total	M3 - Total	M4 - Total	
dez-2011	4%	5%	9%	12%	22%	3%	2%	27%	48%	91%	100%	
dez-2012	4%	5%	9%	13%	18%	4%	3%	25%	46%	94%	100%	
dez-2013	4%	4%	8%	14%	15%	4%	5%	24%	47%	93%	100%	
dez-2014	4%	4%	8%	14%	12%	5%	6%	24%	46%	93%	100%	
dez-2015	3%	3%	7%	12%	11%	6%	7%	25%	44%	91%	100%	
dez-2016	3%	3%	6%	11%	12%	5%	7%	24%	42%	92%	100%	
dez-2017	3%	3%	6%	12%	13%	5%	5%	24%	41%	93%	100%	
dez-2018	3%	3%	6%	12%	15%	4%	5%	24%	42%	94%	100%	
dez-2019	3%	3%	6%	12%	15%	5%	4%	25%	43%	94%	100%	
dez-2020	4%	4%	8%	12%	21%	3%	3%	27%	47%	95%	100%	
dez-2021	3%	4%	7%	11%	20%	3%	3%	28%	45%	92%	100%	
dez-2022	3%	3%	6%	9%	22%	4%	5%	32%	48%	90%	100%	
dez-2023*	2%	3%	5%	8%	23%	4%	7%	35%	49%	90%	100%	

Fonte: Banco Central do Brasil - Notas para Imprensa - Estatísticas Monetárias e de Crédito (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Quem paga por isso? Pelos empréstimos, pagam os tomadores pelo *spread de crédito* colocado sobre o custo de captação, cobrindo perdas pela inadimplência, cunha fiscal, despesas administrativas e lucro. Pelo endividamento público, pagam em última instância os contribuintes – e seus encargos financeiros dependem fundamentalmente da política de juros do Banco Central do Brasil.

A tabela abaixo demonstra o pico da série temporal com a DBGG ter ocorrido no ano inicial da assistência social (2020), devido à pandemia, quando atingiu 88,6% do PIB. Depois, houve a inversão do U com a inoperância do governo neoliberal/neofascista, inclusive fazendo gastos eleitoreiros, mas adiando os compromissos para encargos do sucessor governo social-desenvolvimentista, devido ao seu fracasso eleitoral e golpista.

Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – Fatores Condicionantes Principais: Juros e PIB				
Dez	DBGG - % PIB	DBGG – var. pp	Juros pagos DBGG - % PIB	Efeito crescimento PIB X DBGG*
2009	60,9	3,5	5,9	-3,7
2010	53,4	-7,6	5,7	-8,6
2011	54,3	0,9	6,1	-4,7
2012	58,8	4,7	5,7	-3,1
2013	56,7	-2,1	5,6	-5,5
2014	63,4	6,6	6,1	-3,2
2015	66,2	2,9	7,5	-2,3
2016	69,9	3,6	8,2	-2,8
2017	74,1	4,2	6,7	-3,1
2018	76,7	2,6	5,9	-3,5
2019	74,4	-2,3	5,5	-3,9
2020	88,6	14,2	4,6	-0,8
2021	78,3	-10,3	5,5	-13,5
2022	72,9	-5,4	7,3	-8,2
2023	74,3	1,4	7,5	-5,2

Fonte: NI Tab. Est. Fiscais - Banco Central do Brasil (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Os juros pagos na DBGG foram os principais fatores condicionantes de seu crescimento nos anos 2015-2016 do golpe semiparlamentar e no período após a retomada da alta em março de 2021. Embora o crescimento nominal do PIB por conta da inflação tenha contraposto à essa alta em 2021 e 2022, não manteve o ritmo em 2023, porque a taxa de inflação caiu de 10,06% em 2021 até 4,62% em 2023.

Evolução da dívida líquida – Fatores condicionantes						
Fluxos acumulados no ano						
Discriminação	2021		2022		2023	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Dívida líquida total – saldo	4 966 921	55,1	5 658 017	56,1	6 612 830	60,8
Dívida líquida – variação acumulada no ano	296 917	-6,3	691 095	1,0	954 813	4,7
Fatores condicionantes:^{1/}	296 917	3,3	691 095	6,9	954 813	8,8
NFSP	383 664	4,3	460 433	4,6	967 417	8,9
Primário	-64 727	-0,7	-125 994	-1,2	249 124	2,3
Juros nominais	448 391	5,0	586 427	5,8	718 294	6,6
Efeito crescimento PIB – dívida^{4/}		-9,6		-5,8		-4,1
PIB últimos 12 meses em valores correntes*	9 012 142		10 079 677		10 867 757	

Fonte: Banco Central do Brasil - NI Estatística Fiscal (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Quanto à evolução da Dívida Líquida (descontada da DBGG a soma dos créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central, ou seja, as reservas cambiais), na tabela acima, fica também claro os principais fatores condicionantes da NFSP (Necessidade de

Financiamento do Setor Público) ter sido o *déficit primário* de 2,3% do PIB em 2023, mas principalmente o *custo com juros nominais* em 6,6% do PIB. O *efeito crescimento do PIB nominal* não ofereceu contraposição tão forte, como nos anos anteriores, devido à menor inflação.

Em uma *visão holista* do sistema financeiro nacional e internacional, ambos interagem, porém com menor dependência do primeiro diante do segundo. Em *processo dinâmico* (variável ao longo do tempo), a política de juros propicia acumulação financeira para os investidores pessoas físicas e estrangeiros, eles enriquecem à custa do endividamento das empresas não-financeiras e do governo.

As empresas obtêm *rentabilidade patrimonial com alavancagem financeira*, isto é, lucros operacionais acima das despesas financeiras. Os contribuintes pagam impostos em boa parte para cobrir os juros dos títulos de dívida pública, muitos recebidos por eles mesmos. *E a vida brasileira segue... com baixo crescimento da renda.*

Salto na Acumulação da Riqueza Financeira

A riqueza financeira possuída por Pessoas Físicas (PF), em 2023, praticamente, atingiu R\$ 6,5 trilhões com a variação anual de 29%, a maior da série histórica acompanhada por mim desde 2015. A variação anual de R\$ 1,4 trilhão foi, disparadamente, acima de todos os outros anos.

Em março de 2021, houve a retomada da elevação da Selic: estava no mês anterior em 0,14% a.m. e atingiu, em maio de 2022, o nível acima de 1% a.m., mantendo-o até outubro de 2023, ou seja, por 18 meses, ocorrendo ainda em novembro (0,92%) e dezembro (0,89%), taxas de juro mensais bastante elevadas.

Volume Financeiro por Segmentos de Clientes - Dados em R\$ milhões

Período	Varejo Tradicional	Varejo Alta Renda	Private	Total geral
dez-14	775.345,2	502.062,8	645.064,51	1.922.472,5
dez-15	825.638,0	586.212,5	712.480,02	2.124.330,5
dez-16	853.085,1	693.963,6	831.593,53	2.378.642,2
dez-17	915.950,2	778.255,0	968.802,24	2.663.007,4
dez-18	958.703,3	872.590,0	1.080.825,57	2.912.118,8
dez-19	968.288,3	987.867,9	1.306.861,44	3.263.017,6
dez-20	1.447.313,3	1.128.843,0	1.625.164,53	4.201.320,9
dez-21	1.517.024,3	1.226.759,9	1.780.421,30	4.524.205,5
dez-22	1.719.160,4	1.424.892,8	1.910.524,97	5.054.578,1
dez-23	2.157.220,8	2.220.890,2	2.117.062,47	6.495.173,4

Fonte: ANBIMA (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Todos os segmentos de clientes se beneficiaram dos investimentos em renda fixa, possibilitando um fenômeno inédito de *divisão tripartite igualitária* entre eles em torno de 1/3 cada qual. Cada grande banco tem seu “nicho” preferencial em um desses segmentos, por exemplo, Itaú e BB no Varejo de Alta Renda, Bradesco e Caixa no “Varejão” Tradicional.

Concentração da Riqueza Financeira dos Segmentos

Período	Varejo tradicional	Varejo alta renda	Private	Total geral
dez-15	38,9%	27,6%	33,5%	100,0%
dez-16	35,9%	29,2%	35,0%	100,0%
dez-17	34,4%	29,2%	36,4%	100,0%
dez-18	32,9%	30,0%	37,1%	100,0%
dez-19	29,7%	30,3%	40,1%	100,0%
dez-20	31,5%	28,5%	40,1%	100,0%
dez-21	33,9%	27,9%	38,2%	100,0%
dez-22	34,0%	28,2%	37,8%	100,0%
dez-23	33,2%	34,2%	32,6%	100,0%

Fonte: ANBIMA (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

“O diabo está nos detalhes”: se no agregado está igualitária a distribuição, em termos de *riqueza média per capita* é extremamente desigual entre os números de clientes muito diversos em cada segmento.

Número de Contas por Segmentos de Clientes

Período	Varejo tradicional	Varejo alta renda	Private	Total geral
dez-14	64.156.582	4.665.989	N/D	68.822.571
dez-15	66.635.373	5.072.645	109.894	71.817.912
dez-16	63.835.913	5.665.531	112.036	69.613.480
dez-17	67.548.530	6.051.687	118.435	73.718.652
dez-18	70.595.976	6.448.323	115.098	77.159.397
dez-19	75.278.902	7.235.779	120.424	82.635.105
dez-20	121.954.687	11.694.408	130.526	133.779.621
dez-21	115.363.782	12.624.835	141.756	128.130.373
dez-22	129.534.370	14.144.286	153.192	143.831.848
dez-23	143.159.397	15.927.878	158.827	159.246.102

Fonte: ANBIMA (elab. Fernando Nogueira da Costa) Obs.: inclusive poupança e seus depositantes

Desse modo, os 143 milhões mais pobres possuíam a reserva financeira de pouco mais de R\$ 13 mil, os 16 milhões de “remediados” da classe média alta ultrapassaram R\$ 100 mil e os ricos acumularam R\$ 12,5 milhões. Caso não considere os muitos (e baixos) depósitos de poupança, eleva a riqueza média per capita nos demais produtos financeiros: títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos.

Nesse caso, no Varejo Tradicional, 67 milhões investidores têm per capita R\$ 15 mil e, no Varejo de Alta Renda, 13 milhões investidores possuem em média individual R\$ 140 mil. Os 159 mil clientes *Private Banking* sem depósitos de poupança tiveram uma variação nominal no ano passado de R\$ 858 mil e chegaram à média de R\$ 13,3 milhões, além do dobro do possuído em 2015, ano do golpismo. Grosso modo, a proporção é: 1X10X100.

Riqueza Financeira (FF+ TVM) Per Capita Segmentos (R\$)

Período	Varejo tradicional	Varejo alta renda	Private	Média
dez-15	R\$46.410	R\$163.794	R\$6.483.339	221.743
dez-16	R\$49.214	R\$174.446	R\$7.422.556	233.621
dez-17	R\$47.146	R\$182.078	R\$8.210.069	238.692
dez-18	R\$41.929	R\$190.565	R\$8.904.258	238.503
dez-19	R\$33.888	R\$187.978	R\$10.852.168	236.118
dez-20	R\$32.015	R\$155.938	R\$12.102.299	143.436
dez-21	R\$17.190	R\$114.142	R\$13.768.732	35.064
dez-22	R\$13.272	R\$100.740	R\$12.471.441	35.142
dez-23	R\$15.069	R\$139.434	R\$13.329.361	80.621

Fonte: ANBIMA (elaboração Fernando Nogueira da Costa) Obs: s/poup.

Outro novo fenômeno social recente, quanto à riqueza financeira, foi *um certo "abandono" dos depósitos de poupança em favor dos investimentos em depósitos a prazo* em busca do aproveitamento da elevada taxa de juro mensal. No Varejo Tradicional, eram 11 milhões de clientes em FIF+TVM no ano 2020, no ano seguinte passaram para 50,6 milhões, em 2022, 53,2 milhões, e em 2023, 67,3 milhões.

O custo de oportunidade levou à queda dos valores dos depósitos de poupança para menos de R\$ 800 bilhões, no Varejo Tradicional, e R\$ 125 bilhões no Varejo de Alta Renda. Pela perda de competitividade da poupança, o total caiu de R\$ 938 bilhões em 2021 até R\$ 919 bilhões em 2023.

O problema é 65% dela ser obrigatoriamente direcionada como *fonte de financiamento habitacional*. Instituições financeiras passaram a lastrear o crédito imobiliário com as isentas LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), quando não lançavam FII (Fundos de Investimentos Imobiliários). *Aumentou seu custo*.

Riqueza Financeira dos Segmentos em Relação ao PIB				
Período	Varejo tradicional	Varejo alta renda	Private	Total geral
dez-15	13,8%	9,8%	11,9%	35,4%
dez-16	13,6%	11,1%	13,3%	37,9%
dez-17	13,9%	11,8%	14,7%	40,5%
dez-18	13,9%	12,7%	15,7%	42,3%
dez-19	13,4%	13,7%	18,1%	45,1%
dez-20	15,7%	14,2%	20,0%	49,9%
dez-21	17,6%	14,5%	19,9%	51,9%
dez-22	17,3%	14,4%	19,3%	51,0%
dez-23	19,8%	20,4%	19,5%	59,8%

Fonte: ANBIMA (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Por fim, vale observar na tabela acima a diferença de evolução entre fluxo de renda, no caso o PIB nominal, e estoque de riqueza financeira de Pessoas Físicas. Todos os segmentos enriqueceram mais em estoque diante do fluxo de renda.

O Varejo Tradicional só acumulou mais a partir da pandemia, talvez por conta de políticas de assistência social ou também por "educação financeira" na prática de busca de informação a respeito

de investimentos. Em relação ao PIB, a fortuna dos ricos do *Private Banking* se manteve relativamente estagnada desde 2020.

Um salto surpreendente foi na acumulação das contas do Varejo de Alta Renda, obtendo um relativo ao PIB até superior ao dos demais segmentos. Nesse segmento, foram quase mais um milhão de contas de 2020 para 2021 (de 11,7 milhões para 12,6 milhões), um milhão e meio de 2021 para 2022 (indo para 14,1 milhões) e quase mais dois milhões no ano passado, alcançado praticamente 16 milhões de contas.

Uma calculadora financeira permite fazer um cálculo simples para ilustrar essa *acumulação financeira*. Suponhamos, em maio de 2022, quando a Selic chegou ao patamar em torno de 1% a.m., um investidor possuísse R\$ 5 milhões aplicados em CDB 100% CDI. Manteve-os nessa renda fixa com juros compostos e 18 meses depois, em outubro de 2023, tinha acumulado R\$ 5,980 milhões. Com as citadas taxas em novembro e dezembro ele atingiu R\$ 6 milhões, ou seja, 1/5 a mais, milionário inclusive em dólares. Seus *rendimentos mensais em juros*, provavelmente, superaram sua *renda do trabalho*.

Riqueza Financeira à Brasileira

Matheus Outeiro e Matheus Leal do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) fizeram um *estudo da mobilidade no topo da pirâmide de riqueza* a partir de uma análise das listas da *Forbes*. Essa Nota Técnica teve como objetivo analisar a mobilidade das 95 famílias mais ricas do Brasil entre dois anos: 2013 e 2022.

Ela se propôs a identificar diferenças entre a mobilidade no topo da pirâmide no Brasil, em outros países em desenvolvimento como a China e a Índia, e nos Estados Unidos. O Brasil destaca-se como o único país no qual a concentração da riqueza nas primeiras famílias da lista se reduziu.

Entre 2013 e 2022, a riqueza detida pelas *top-5* famílias brasileiras da lista caiu de cerca de 35% para pouco mais de 25%. Este resultado também é válido ao considerar as *top-25* famílias e os índices de concentração apresentados.

Nos demais países, houve aumento da concentração da riqueza no topo da lista. Na Índia, em particular, houve um expressivo aumento da concentração da riqueza nas *top-5* famílias. Este episódio decorre, principalmente, da maior concentração de riqueza na família mais rica do país. Em 2013, detinha pouco mais de 10% da riqueza da lista, mas em 2022 aumentou para quase 20%. As duas famílias indianas mais ricas juntas concentraram 30% da renda, contra 16,7% em 2013.

A China, graças ao seu dinamismo econômico-produtivo no período, apresentou a maior mobilidade nas *top-95* famílias mais ricas, com 62 novas dinastias ocupando a lista entre 2013 e 2022. Este número foi consideravelmente maior ao dos outros países analisados.

O Brasil, segundo país de acordo com o grau de mobilidade no *top-95*, teve 46 novas dinastias entrantes nesse período. Índia e Estados Unidos apresentaram um grau de mobilidade consideravelmente menor, com apenas 33 e 35 novas famílias, respectivamente, ocupando a lista de 95 entre 2013 e 2022.

China e Índia alteraram pouco a concentração nas 25 famílias mais ricas para o período analisado: menos de 1 ponto percentual. Enquanto no Brasil se desconcentrou riqueza neste topo, de 68% para 64%, as 25 famílias mais ricas dos EUA absorvem uma parcela ainda maior, alcançando 71% da riqueza do *top-95* em 2022 contra 63% em 2013.

Por quais razões houve a emergência desse fenômeno no Brasil?

Para levantar hipóteses explicativas a respeito, tarefa não feita pelo estudo do IMDS, inicialmente, é prudente *analisar a fonte dos dados*. A lista construída é mais concisa em comparação à lista original fornecida pela *Forbes* pela redução de um número comparativo (95) e a vinculação das pessoas herdeiras à sua dinastia familiar.

Globalmente, a *Forbes* contou 2.640 fortunas de dez dígitos, em 2023, abaixo das 2.668 do ano anterior. Ao todo, os bilionários do planeta possuíam US\$ 12,2 trilhões, uma queda de US\$ 500 bilhões em relação a março de 2022.

Quase metade da lista tornou-se “mais pobre” (sic) diante um ano antes, incluindo Elon Musk, ao cair do primeiro para o segundo lugar depois da sua cara aquisição do Twitter afundar as ações da Tesla. Bernard Arnault, presidente da gigante de bens de luxo LVMH, assumiu o seu lugar como a pessoa mais rica do mundo: a primeira vez de um cidadão francês na liderança do ranking.

Os Estados Unidos ainda ostentavam o maior número de bilionários, com 735 membros da lista possuindo, coletivamente, US\$ 4,5 trilhões. A China (incluindo Hong Kong e Macau) permaneceu em segundo lugar, com 562 bilionários possuidores de US\$ 2 trilhões, seguida pela Índia, com 169 bilionários somando US\$ 675 bilhões.

Para obter patrimônio líquido atualizado diariamente de todos os 2.640 bilionários, a *Forbes* selecionou a amostra com *preços de ações e taxas de câmbio* de 10 de março de 2023. “Valoriza uma *variedade de ativos*, incluindo empresas privadas, imóveis, arte e muito mais. Não se pretende conhecer o balanço privado [DIRPF] de cada bilionário”. Desse modo, a metodologia da *Forbes* quanto ao conteúdo da riqueza é uma “caixa-preta”, mas suas variações acompanham, provavelmente, as oscilações da New York Stock Exchange (NYSE), a bolsa de valores de Nova Iorque.

No caso brasileiro, a metodologia da *Forbes* americana unificou a fortuna de Vicky Safra e seus filhos, colocando essa família no primeiro lugar, com uma fortuna estimada em US\$ 16,7 bilhões (R\$ 84,8 bilhões). O segundo lugar ficou para Jorge Paulo Lemann, com riqueza de US\$ 15,8 bilhões (R\$ 80,3 bilhões). Somando os parceiros na empresa 3G, proprietários da maior cervejaria do mundo, quatro aparecem até o sexto posto, juntamente com a família Safra e o cofundador do Facebook, agora em capital de risco.

Seguem-se nomes conhecidos das Finanças (André Esteves, dinastias Moreira Salles, Villela, Bozano, Porto Seguro, Daycoval, C6 etc.), farmacêuticas, medicamentos (EMS), cosméticos (como Natura e Avon), JBS, Globo, véio reacionário da Havan, Grendene, supermercados (GPA e Mateus), fertilizantes, petroquímicos, celulose (Suzano e outros), agronegócio (como Amaggi), Votorantim, Multiplan etc.

Algo comum entre eles é terem *operações em dólares*, capazes de fazer arbitragem cambial, na economia globalizada. Dos 62

integrantes do ranking divulgado em abril de 2022, apenas 51 continuaram tendo mais de US\$ 1 bilhão em patrimônio um ano depois. No total, a fortuna dos bilionários brasileiros atingiu US\$ 160,4 bilhões (R\$ 814,8 bilhões).

Diferentemente do dito pelo estudo do IMDS, as fortunas dos bilionários serem explicadas “pela dinamicidade do ambiente de negócios de cada país ou pelo grau de liberdade dos indivíduos para negociar e empreender”, parece-me suas variações serem devido às *predominâncias de opiniões/rumores na bolsa de valores*. E não na brasileira.

Segundo a Matriz do Patrimônio Financeiro, elaborada pelo Banco Central do Brasil, em dezembro de 2022, o estoque do Patrimônio Financeiro Bruto (PFB) da economia brasileira, incluindo ativos e passivos com não residentes, alcançou R\$ 72,6 trilhões, *equivalente a sete vezes o PIB*. O saldo consolidado, excluindo posições intrasetoriais (em média, cerca de 18% do PFB), atingiu R\$ 59,3 trilhões (*seis vezes o PIB*).

Interessante registrar: segundo a OXFAM, a riqueza global total em 2022 foi de US\$ 454,38 trilhões. Segundo o Banco Mundial, o PIB do planeta, isto é, a soma da renda gerada em 183 países, naquele ano, alcançou US\$ 83,38 trilhões de dólares. A riqueza equivale a quase seis vezes o PIB planetário: *é chave, para entender a economia mundial, descobrir onde ela se aloca*.

Pela ótica da economia nacional, os ativos financeiros brutos totalizaram R\$ 63,6 trilhões, dos quais 92% aplicados no país e 8% no exterior. Os passivos financeiros brutos da economia nacional alcançaram R\$ 67,6 trilhões, 87% captados no país e 13% junto a não residentes. A diferença entre eles, com os passivos maiores diante dos ativos ao longo da série, representava o *endividamento líquido* junto aos não residentes.

No fim de 2022, este passivo financeiro líquido junto ao resto do mundo alcançou R\$ 4 trilhões (40% do PIB), aumento de 19% no ano. Esse crescimento refletiu *a apuração, a valor de mercado, das participações de não residentes nas empresas de investimento direto não listadas em bolsa*, substituindo as estimativas pelo valor contábil.

Em relação aos instrumentos financeiros no total do PFB, destaque para *ações e outras participações*: 29% deste estoque na posição de dezembro de 2022. Em seguida estavam títulos de dívida (20%), empréstimos (17%), cotas em fundos (16%) e depósitos (8%). Os 10% restantes se compunham de previdência e seguros, outros a receber ou pagar, créditos comerciais, disponibilidades e derivativos.

Esse ponto deve ser destacado: um estoque de riqueza imputado por valor de mercado aos *grandes proprietários estrangeiros*. Na Bovespa, de 2019 a 2023, a participação dos investidores estrangeiros se elevou de 45% em 2019 para quase 55% em 2022 e 2023. A de investidores individuais caiu de 21,4% em 2020 para 13,8% em 2023. Investidores institucionais se mantiveram em torno de 27%, instituições financeiras 4%, outros 1%.

O volume total negociado em ações à vista na B3 caiu de R\$ 8 trilhões em 2021 para R\$ 7,2 trilhões em 2022 e R\$ 6 trilhões em 2023. Era cerca de dez vezes o valor dos investimentos em ações dos clientes *Private Banking* (PB), segundo a ANBIMA, embora tenham se elevado 16% de R\$ 560 bilhões em 2022 para R\$ 648 bilhões em 2023.

Essas Pessoas Físicas ricas mantiveram a participação relativa de ações no portfólio de 30%, considerando os diversos fundos de ações e a renda variável diretamente em ações. Arcaram com *custo de oportunidade* diante da renda fixa.

Todo o Varejo possuía R\$ 77 bilhões em fundos de ações e R\$ 231 bilhões em ações, ou seja, R\$ 309 bilhões eram menos da metade do *Private*. Representava só 7% do seu portfólio.

Enfim, a partir dos dados oficiais, deduzimos o *grande fator de enriquecimento das Pessoas Físicas* (e não dos brasileiros bilionários em dólares) ter sido a *política de juros reais*, para a renda fixa, como substituta da correção monetária. Foi implementada pelo Banco Central do Brasil, desde a implantação do regime de meta de inflação.

A média anual da taxa Selic de 2001 a 2023 foi 12% aa contra a média da inflação de 6,3%, resultante em *juro real médio anual* de 5,4%. Houve os ciclos de 2001-2008 (16,8% contra 7%), 2009-2013

(9,6% contra 5,9%), 2014-2017 (12,2% contra 6,6%), 2018-2021 (4,9% contra 5,7%) e 2022-2023 (12,7% contra 5,1%). Depois do ciclo inicial de juro real médio anual de 9,2%, o último foi o maior (7,2%), acima do “ciclo golpista” de 5,2%.

Por isso, e por conta da maior (e mais fácil) “bancarização”, propiciada por bancos digitais e *fintechs*, com farta distribuição gratuita de cartões de crédito, o número de contas do Varejo se elevou de 144 milhões em 2022 para 159 milhões em 2023. No início desse último ciclo altista da Selic, em março de 2021, eram cerca de 130 milhões. O “povo” brasileiro está aprendendo a guardar dinheiro, aplicado em *renda fixa*, com a sobra – planejada ou não, isto é, por “sorte” – da *renda do trabalho*.

Distribuição da Riqueza Financeira por Segmentos e Regiões

A ANBIMA publicou o *Boletim da Distribuição*, no qual soma todos os segmentos de clientes com investimentos financeiros, esclarecendo um ponto crucial dos dados publicados separados anteriormente. Em 2023, o volume financeiro distribuído para os segmentos *Private Banking* e Varejo somou R\$ 6,5 trilhões contra R\$ 5 trilhões de 2022, correspondente a um crescimento de 29,8% no período.

Essa variação de R\$ 1,5 trilhão foi surpreendente até mesmo pela lógica dos elevados juros compostos no Brasil ou pelo desempenho da bolsa de valores no ano anterior. O esclarecimento da ANBIMA foi o montante ter incorporado a Previdência Aberta no Varejo.

Passou a ser contabilizado, em dezembro de 2023, e adicionou R\$ 790 bilhões de reais ao total do ano. Antes, a Previdência Aberta considerada era apenas a do segmento dos ricos, crescente de R\$ 37,4 bilhões (6,5% do portfólio) em 2013 até alcançar R\$ 212,4 bilhões (10%) em 2023.

Em relação aos recursos alocados, os segmentos quando agregados registraram participação muito próxima entre si. O Varejo Alta Renda representou 34,2% do volume total distribuído, enquanto as parcelas do segmento Varejo Tradicional e do Private foram de, respectivamente, 33,2% e 32,6%.

Esses segmentos correspondem respectivamente às 143 milhões de contas da classe média baixa, às 16 milhões da classe média alta e aos 159 mil dos muito ricos. O número total de contas teve aumento de 13,5% em 2023, equivalente a uma variação positiva de 18,9 milhões de contas (não contabilizadas por CPF). O Varejo Tradicional detém 89,9% do total, enquanto o Alta Renda registrou participação de 10% e o *Private* 0,1%.

No ano, a maior elevação no patrimônio financeiro foi a do Varejo Alta Renda (55,8%) seguido do Varejo Tradicional e do *Private* com 25,7% e 13,8% nesta ordem. Como se explica essa disparidade?

O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) é uma das possibilidades de Previdência Privada. Sua principal característica é o desconto na declaração completa do Imposto de Renda (DIRPF) até o limite de 12% da renda bruta. No entanto, no momento do saque, a tributação do PGBL incide sobre todo o montante, o qual inclui valor inicial, aportes mensais e rendimentos.

No PGBL, o usuário ao depositar, recorrentemente, 12% da sua renda bruta, em didática “conta de padeiro”, a cada 8 anos teria como saldo acumulado o seu salário bruto. Em 40 anos, teria cinco salários anuais mais todos os juros compostos incidentes sobre os montantes a cada ano, caso tenha escolhido uma carteira de renda fixa. O ideal é com 65 anos ter, em sua carteira de ativos financeiros, nove salários anuais acumulados.

Amostra pessoal não é significativa, mas é uma evidência empírica. Eu tenho feito essa aplicação desde quando se abriu essa possibilidade, inclusive porque *não incide o come-cotas*, isto é, a cobrança antecipada do Imposto de Renda sobre aplicações em fundos de investimento duas vezes ao ano: sempre no último dia útil de maio e novembro.

Resultado: cerca de 1/3 de minhas reservas financeiras estão em PBGL. Somando toda minha Previdência Aberta, ou seja, mais VGBL, representa 80% do meu portfólio.

O Vida Gerador de Benefícios Livres, ou simplesmente VGBL, é classificado como *seguro pessoal*. Não é visto como um plano de Previdência Complementar, como o PGBL.

Este PGBL pode ser abatido na base de cálculo do Imposto de Renda, mas no ato do resgate, o IR incide sobre todo o montante a ser resgatado. Já o VGBL não pode ser deduzido na base de cálculo do Imposto de Renda, mas no ato do resgate, o IR incide apenas sobre os rendimentos do montante e não sobre o todo.

Sua vantagem está no *planejamento sucessório patrimonial*, porque sobre este seguro não incide ITCMD nem encargos advocatícios inventariantes. É uma liquidez liberada logo, para o/a viúvo(a), com a apresentação do atestado de óbito ao gerente do banco.

Apesar desse marco do valor total dos investimentos das Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) ter ultrapassado um trilhão de reais, a disseminação da Previdência Privada no país pode ser considerada baixa quando comparada à de economias avançadas. Em junho de 2023, o patrimônio do Regime de Previdência Complementar atingiu R\$ 2,59 trilhões, equivalente a 25% do PIB do Brasil. Cerca de 47% do patrimônio apurado é oriundo das EFPC e 53% é proveniente das EAPC/Seguradoras.

Há países destacados nessa relação com o PIB, como as da Dinamarca (229%), Holanda (213%) e Islândia (207%). Seguem-se EUA (174%), Austrália (147%), Reino Unido (120%), Suécia (117%). Na América Latina, Brasil fica abaixo do Chile (60%) e da Colômbia (31%).

As alocações nas carteiras de Previdência Complementar corresponderam ao maior aporte por instrumento com 15,4% (R\$ 1,003 trilhão), seguida pela poupança. Esta, mesmo apresentando queda nos últimos quatro anos, ainda representa 14,3% do total. Em seguida vieram os CDB/RDBs com 13,5% e os investimentos em ações com 11%. Os títulos isentos em seu conjunto (CRI, CRA, LCI, LCA e LIG) representaram 15,6% do total.

Maiores participações dos instrumentos

Varejo Tradicional		Varejo Alta Renda		Private	
Instrumentos	% s/total	Instrumentos	% s/total	Instrumentos	% s/total
Poupança	36,8	Previdencia	26,8	Ações	22,7
CDB/RDBs	19,7	CDB/RDBs	16,2	Multimercados	21,8
Previdência	9,1	Fundos de Renda Fixa	13,5	Previdencia	10,0
Total	65,6	Total	56,5	Total	54,5

No Varejo Tradicional, a poupança ainda é aplicação predominante, com 36,8% do volume alocado no ano, porém essa parcela é 10 pontos percentuais inferior à de 2022, quando a representatividade dessa aplicação era de 47%. Aplicações em Previdência atingiram R\$ 195,7 bilhões ou 9% da carteira total em 2023.

Em comparação, o Varejo Alta Renda, a maior participação foi da Previdência com 26,8%, o equivalente a R\$ 595 bilhões. Em seguida vieram os investimentos em CDBs e nos fundos de renda fixa com 16,2% e 13,5%, respectivamente.

Essa diferença de aplicações no PGBL, além da Educação Financeira, deve-se ao uso da declaração completa do Imposto de Renda. Com ela, o assalariado de alta renda pode conseguir restituição de parte do descontado (27,5%), talvez até suficiente para o novo aporte anual no PGBL, ou seja, faz *uma rotação de imposto para sua previdência*.

No *Private Banking*, a alocação da carteira de ativos financeiros se repetiu em relação ao ano anterior. Os maiores volumes investidos foram em ações (R\$ 481 bilhões), representando 23% do total (mais 7% em fundos de ações), seguido das aplicações em multimercados, com 22%, e em Previdência, com 10%. A “farra” dos ativos isentos (CRI, CRA, LCA, LCI e LIG), agora podada, corresponderam a 20% do total (R\$ 428 bilhões).

Outra informação interessante, para conhecimento da *concentração da riqueza no Brasil*, oferecida no *Boletim da Distribuição* da ANBIMA, diz respeito ao volume financeiro por região geográfica. No total de todos os segmentos, São Paulo detinha de 2014 a 2017 a participação de 45% e elevou para 47% de 2018 a 2023.

Digno de nota é, enquanto isso, nesses períodos a do Rio de Janeiro caiu de 15% para 12%, mas as das demais regiões praticamente permaneceu a mesma: Minas Gerais em 8%, Espírito Santo 1%, Sul subiu um ponto percentual para 17%, Centro-Oeste 5%, Nordeste 9% e Norte 2%. Então, a perda de 3 pontos percentuais pelo Rio foi em contrapartida de ganho de 2 pontos percentuais por São Paulo e um pelo Sul.

Comparando com as participações no PIB – São Paulo 30%, Rio de Janeiro, 10,5%, Minas Gerais 9,5%, Espírito Santo 2,15, Sul 17,4%, Centro-Oeste 10,4% (DF com 3,2%), Nordeste 13,9%, Norte 6% –, percebe-se a *concentração da riqueza financeira ser bem superior à da renda*, costumeiramente estudada.

Discriminando por segmentos sociais da clientela, no Varejo Tradicional, o estado de São Paulo tem 1/3 do valor total, Rio de Janeiro caiu de 12% para 9%, Minas Gerais manteve-se em 11%, Espírito Santo 2%, Sul 22%, Centro-Oeste 7%, Nordeste 13%, Norte 3%. Novamente, o “empobrecimento” do Rio teve como contrapartida do “enriquecimento” de São Paulo (2 pontos percentuais) e do Sul (um ponto percentual).

No Varejo de Alta Renda, o estado de São Paulo cresceu de 49% para 51% do valor total, ao contabilizar a Previdência Aberta, Rio de Janeiro caiu de 16% para 14%, Minas Gerais manteve-se em 7%, Espírito Santo 1%, Sul de 13% para 12%, Centro-Oeste 5%, Nordeste 8%, Norte 1%. Nesse caso, a perda do Rio teve como contrapartida o ganho de São Paulo.

Finalmente, 57% da riqueza financeira dos ricos do *Private Banking* está concentrada no estado de São Paulo. Rio de Janeiro em 2013-14 (época da Copa do Mundo) chegou a ter 17%, mas em 2023 sua decadência foi para 12%. Na última década, Minas Gerais permaneceu em 5%, bem como Espírito Santo em 1%. O Sul se apropriou mais, passando de 13% para 16%. Centro-Oeste se manteve em 3%, Nordeste em 6%, Norte em 1%.

A conclusão geral é o *centro financeiro* estar em São Paulo. Mais ricos moram no estado.

Investidores Institucionais: Fontes de Financiamento Fundamentais

Os *investidores institucionais* são fundos de investimento, administrados por bancos, fundos de pensão e seguradoras. Como recebem investimentos financeiros de todos os segmentos de clientes, não são só provedores de liquidez dos mercados financeiros como também fontes de financiamento para terceiros como empresas

não-financeiras e governos. Geram “*funding*” (estrutura de passivos) sob diversos instrumentos.

Por exemplo, a base de investidores da DPMFi (Dívida Pública Mobiliária Interna) está distribuída em 7 grupos representativos: Instituições Financeiras (29,7%), Fundos de Investimento (23,5%), Previdência (23%), Não-residentes (9,5%), Governo (3,8%), Seguradoras (4%) e outros, inclusive Tesouro Direto (6,5%). Os classificados como *investidores institucionais* carregavam mais da metade (50,5%) em dezembro de 2023.

Um *Relatório Gerencial de Previdência Complementar* (RGPC) do Ministério de Previdência Social faz o acompanhamento estatístico da evolução das entidades abertas e seguradoras no ramo vida (EAPC) e fechadas (EFPC). Estas últimas são conhecidas como “fundos de pensão”, patrocinados por empresas públicas e privadas para seus empregados. Vale a pena aprofundar nosso conhecimento a respeito de ambas.

A população total do Regime de Previdência Complementar (RPC) é de aproximadamente 16,8 milhões de pessoas (contas – e não CPF). Entre 2013 e dezembro de 2022, cresceu pouco mais de 26%. Esse crescimento deve-se, principalmente, às EAPC: atingiram 9,9 milhões de contratos individuais e 3,1 milhões de contratos coletivos. As EFPC tinham 3,8 milhões participantes.

Inexplicavelmente, a ANBIMA em seu Relatório sobre Fundos de Investimentos, no segmento Previdência, só registra 573.524 contas em média estável de 2007 a 2023. Apesar disso, mostra uma elevação de R\$ 42,8 bilhões em dezembro de 2002 para R\$ 1,356 trilhão em dezembro de 2023, considerando o patrimônio líquido constante.

Nas EAPC, 99% dos investidores são participantes ativos, mas há baixo Índice de Maturidade de 0,6% nesse segmento, escolhido mais como *planejamento sucessório patrimonial*. Por isso, cerca de 72% deles encontra-se no VGBL por ser *seguro de vida* não tributável para os herdeiros do(a) falecido(a).

Por sua vez, as EFPC são consideradas mais maduras. Nesse segmento, o Índice de Maturidade é de 23%: 882 mil em 3,832 milhões. É impulsionado pelo grande número de assistidos (377 mil

aposentados e 123 mil pensionistas) das *entidades de patrocínio público*, cerca de 39% do total (794 mil) de participantes ativos deste segmento.

O ranking das 10 maiores representam 58% do patrimônio das EFPC. A disparidade fica patente já nas seis primeiras: Previ/BB (R\$ 274,2 bilhões); Petros (R\$ 126 bilhões), Funcef (R\$ 110 bilhões), Itau-Unibanco (R\$ 32 bilhões), Valia (R\$ 30,2 bilhões).

Em comparação, o ranking das 5 maiores EAPC em junho de 2023 era na ordem: Brasilprev/Banco do Brasil (R\$ 371,8 bilhões); Bradesco (R\$ 317,2 bilhões); Itaú (R\$ 249,7 bilhões); Caixa (R\$ 149 bilhões); Zurich-Santander (R\$ 84,4 bilhões). Depois, com valor bem abaixo vinham Icatu, XP, Safra, BTG-Pactual, Sul América. Das 44 entidades, essas 10 eram responsáveis por 97% do total do patrimônio do setor.

Em junho de 2023, o *patrimônio* do Regime de Previdência Complementar atingiu R\$ 2,59 trilhões, equivalente a 25% do PIB do Brasil. Cerca de 47% do patrimônio apurado era oriundo das EFPC e 53% era proveniente das EAPC/Seguradoras.

O patrimônio do *segmento aberto* de Previdência Privada apresentou maior evolução, nos últimos 10 anos, em relação ao patrimônio do *segmento fechado*. Era inferior a este até o ano de 2017. A partir de 2018, a distribuição percentual do patrimônio se manteve relativamente equilibrada entre os dois segmentos atuantes no RPC.

Nas EAPC, 79% do patrimônio está concentrado em produtos do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), 16% em produtos do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e 5% em produtos da Previdência Tradicional.

O *déficit técnico* acumulado nas EFPC, no segundo trimestre de 2023, foi de R\$ 43,3 bilhões. Desse total, 87% advêm de antigos planos de Benefício Definido, trocados para Contribuição Definida para novos entrantes. Alguns planos fecharam os primeiros seis meses do ano *abaixo da meta atuarial* e contribuíram para esse resultado negativo.

A melhora na rentabilidade anual do Ibovespa (principal índice da bolsa de valores brasileira) influenciou positivamente a carteira de renda variável das EFPC. Cerca de 16% dos ativos dos planos de previdência estão investidos em *renda variável*.

A curva de juros também resultou em uma rentabilidade elevada para *a carteira de títulos de dívida pública*. Atualmente, cerca de R\$ 710 bilhões estão investidos em títulos públicos pelas fundações e representam a maior classe de ativos dos planos.

Do total de *contribuições*, cerca de 81% são provenientes das EAPC e 19% das EFPC. O fluxo de contribuições das EAPC está concentrado (cerca de 90%), majoritariamente, em VGBL. Os planos PGBL e Previdência Tradicional são responsáveis por cerca de 8% e 2%, respectivamente.

Em relação as EFPC, as contribuições dos planos Benefício Definido representam, aproximadamente, 33% do total de contribuições, dos planos Contribuição Variável 43% e dos planos Contribuição Definida 24%.

Do montante de resgates totais, cerca de 95% ocorrem nas EAPC e 5% nas EFPC. Nas EAPC, os produtos tipo VGBL são responsáveis por 89% dos resgates, seguido dos produtos PGBL e Tradicional, respondendo por 9% e 2%, respectivamente.

Na prática de mercado, o *segmento aberto* costuma cobrar apenas taxa de administração e no *segmento fechado* o mais comum é cobrar apenas taxa de carregamento. A rentabilidade acumulada das EAPC desde 2014 foi da ordem de 116,9%. O das EFPC alcançou o retorno de 156,2% no mesmo período. A diferença de rentabilidade pode ser explicada pelas taxas de administração menores do segmento fechado, bem como pela carteira de investimento mais diversificada.

Em junho de 2023, os *ativos dos investimentos* da Previdência Complementar atingiram o montante de R\$ 2,5 trilhões. Desse montante, cerca de 65% eram aplicados em Títulos Públicos, 22% Demais Renda Fixa, 8,4% em Renda Variável e cerca de 1,2% em Imóveis. Os demais segmentos de aplicação representam aproximadamente 3,4%.

Os investimentos das EAPC representavam 54% do montante investido pelo segmento, dos quais 67,6% estavam aplicados em Títulos Públicos Federais (TPF), 26,5% em demais Renda Fixa, 5,1% em Renda Variável e 0,8% são outros investimentos.

Quanto às EFPC, havia maior diversificação dos investimentos em relação aos das EAPC, inclusive nas patrocinadas por estatais por razões de interesse público com *investimentos em obras prioritárias para a infraestrutura brasileira*. Mesmo assim, cerca de 62% de suas reservas estavam aplicadas em TPF, 12% em Renda Variável, 16% em demais Renda Fixa, aproximadamente 3% em Imóveis e 7% em outros investimentos.

Segundo dados consolidados do 2º trimestre de 2023, 1.936 entes subnacionais (90% dos possuidores Regime Próprio de Previdência Social - RPPS) já aprovaram suas leis de instituição do RPC. Desse total, 680 tiveram o convênio de adesão aprovado pela Previc e, portanto, possuem o RPC vigente. A cobertura previdenciária é de cerca de 175 mil servidores.

Os ativos de pensão totalizaram cerca de US\$ 60,6 trilhões em todo o mundo, sendo US\$ 58,9 trilhões nos países membros da OCDE e US\$ 1,7 trilhão nas demais jurisdições. Logicamente, devido à relação entre os estoques acumulados com juros compostos e variações de cotações e os fluxos anuais de renda, os ativos previdenciários aumentaram mais rapidamente diante do PIB dos países, nas duas últimas décadas, destacando a importância da evolução da “poupança para aposentadoria” em todo o mundo.

Como dito no tópico anterior, há países destacados nessa relação com o PIB, como as da Dinamarca (229%), Holanda (213%) e Islândia (207%). Seguem-se EUA (174%), Austrália (147%), Reino Unido (120%), Suécia (117%). Na América Latina, Brasil com 25% do PIB fica abaixo do Chile (60%) e da Colômbia (31%).

Uma possível explicação para a menor acumulação no Brasil, além do tempo menor de instituição das EAPC, apenas desde 1998, está no fato de *o mercado de ações no país ser raquítico*. As ações das empresas transnacionais atuantes em seu território são listadas fora do país.

Na Bovespa, em 2023, a participação dos *investidores estrangeiros* era quase 55%. A de *investidores individuais* caiu de 21,4% em 2020 para 13,8% em 2023. *Investidores institucionais* se mantiveram em torno de 27%, *instituições financeiras* 4%, outros 1%. CPFs de investidores em ações à vista na B3 eram 3,7 milhões com valor de custódia em R\$ 391 bilhões e saldo mediano de R\$ 2.200. Só.

Capítulo 2. Riqueza Material

Mundo Material: História do Passado, Presente e Futuro

O livro *Material World: A Substantial Story Of Our Past And Future* [Mundo Material: Uma História Substancial do Nosso Passado e Futuro] foi escrito por Ed Conway (WH Allen/Penguin Random House, 2023; 512 p.).

O autor mora em Londres, é economista e jornalista. Ele é editor de Economia e Dados da *Sky News* e colunista regular do *The Times* e *Sunday Times*. Escreveu dois livros aclamados pela crítica e *best-sellers*: “*50 Economics Ideas You Really Need to Know*” e “*The Summit: The Biggest Battle of the Second World War – Fought Behind Closed Doors*”.

Seis matérias-primas — *areia* (usada para concreto), *sal* (para fertilizantes), *ferro* (e aço), *cobre* (para fios elétricos), *petróleo* e *lítio* — são o foco da pesquisa global de Conway sobre as substâncias críticas por serem sustentáculos de todo o mundo. O livro, indicado para o prêmio *Financial Times/Schroders Business Book of the Year*, é uma celebração da engenhosidade humana e possibilita entender a geoeconomia com outra visão.

A realidade da exploração de recursos do século XXI é reduzir grandes quantidades de rocha a grânulos e processar quimicamente o restante. No caso de extração de ouro, além da destruição do meio-ambiente, um risco é o cianeto, chumbo e o mercúrio utilizados no método escaparem para o ecossistema circundante.

Mas o mais impressionante, para Conway, ao observar cada etapa desse processo destrutivo de montanha ou área enorme, inclusive em reservas indígenas, foi pensar até onde vai a ambição humana, para garantir um pedacinho de metal brilhante pouco usado hoje como padrão monetário ou obturação de dente. Apenas é apreciado em joias – e suposta reserva de valor.

Após essa experiência deprimente, ele se colocou perguntas. Se essa destruição do meio ambiente é necessária, para extrair um metal sem o qual poderíamos viver, então, quanto mais é a

consequência de extrair os materiais realmente necessitados? Quais são os materiais dos quais realmente dependemos? Quais são os ingredientes físicos sem os quais a civilização realmente pararia e de onde eles vêm?

A Economia, a disciplina na qual Conway esteve imerso durante a maior parte da sua vida profissional, parecia ter poucas respostas definitivas para este tipo de questões. *O valor de algo é o que alguém está disposto a pagar por isso*, diz a explicação convencional neoclássica. Se algo estiver em falta, as pessoas reduzirão, encontrarão um substituto adequado (se tal coisa existir) e seguirão em frente. *Fim da história*.

No entanto, essa história não parece estar de acordo com a realidade, porque estas coisas claramente importam. Apesar de tudo dito a respeito de vivermos em um mundo cada vez mais *desmaterializado*, onde reside cada vez mais valor em *itens intangíveis* – aplicações financeiras, redes sociais e serviços online – *o mundo físico continua a sustentar todo o resto*.

Hoje, aproxima-se de $\frac{3}{4}$ do valor adicionado no mundo ocidental o atribuído ao setor dos serviços e uma fracção cada vez menor é atribuída à energia, mineração, manufatura e agropecuária. Mas praticamente tudo, desde as redes sociais aos serviços financeiros, depende totalmente da sua infraestrutura física e da energia para a alimentar. Sem concreto, cobre e fibra ótica não haveria *data centers*, nem eletricidade, nem internet.

Este livro começou como a tentativa de Ed Conway responder a essas perguntas. É uma meditação não tanto sobre o valor de mercado das substâncias, mas sobre a nossa dependência sobre eles.

Considere algo tão simples como um grão de areia. Não existe nenhum elemento na crosta terrestre, exceto o oxigênio, mais comum diante do principal ingrediente da areia – o silício. Existem areias marinhas no fundo do mar, areias desérticas, areias deixadas por antigos oceanos tropicais de tal pureza a ponto de serem comercializadas em todo o mundo, inclusive em contrabandos.

Misture areia e pequenas pedras com cimento, adicione um pouco de água e terá *concreto*, o material fundamental das cidades

modernas. Adicione-o ao cascalho e ao betume e terá o *asfalto*, do qual é feita a maioria das estradas senão feitas de concreto.

Sem o silício não seríamos capazes de fabricar os *chips* de computador. Derreta a areia a uma temperatura suficientemente alta com os aditivos certos e você fará *vidro*. O vidro é um dos grandes mistérios da ciência dos materiais: propicia fibra de vidro com múltiplas utilizações e, refinado em fios puros, torna-se a *fibra ótica* a partir da qual a Internet é tecida. Isto sem falar no *Pyrex*: estável, transparente e robusto, capaz de suportar uma ampla gama de temperaturas, inclusive no lar.

As crises na cadeia global de produção, comercialização e abastecimento, provocadas pela pandemia do Covid19, deixou a todos surpresos com o fato de haver escassez de semicondutores, de os carros precisarem de tantos deles e de a escassez de carros novos empurrar os preços dos carros usados para níveis recordes. Sem CO2 a indústria alimentar era incapaz não apenas de tornar as bebidas gasosas, mas também de conservar e armazenar alimentos!

Pouco entendemos sobre como os produtos de uso diário são realmente feitos. Dada toda essa complexidade, nenhum ser humano poderia realizar, ou mesmo dirigir, estes numerosos processos de produção e comercialização de múltiplos materiais essenciais.

O Mundo Material sustenta nossa vida cotidiana. O segredo mais bem guardado da economia moderna é marcas mundialmente famosas – Apple, Tesla, Google etc. – dependerem, inteiramente, das empresas desconhecidas do Mundo Material para fabricar os seus produtos e ajudar as suas ideias inteligentes a materializarem-se em uma realidade tangível.

Para operar no Mundo Material, é preciso cavar e extrair coisas e transformá-las em produtos físicos, em um negócio difícil, perigoso e sujo. Talvez o mais perigoso de todos os mitos predominantes no *mundo etéreo* seja a ideia de nós, humanos, estarmos nos afastando dos materiais físicos.

Embora durante a maior parte da história humana a produção econômica tenha acompanhado de perto a exploração dos recursos naturais e o uso de energia, nas últimas duas décadas, estas duas linhas divergiram: o PIB continuou a aumentar, enquanto o valor

utilizado de tais recursos estabilizou. Daí, dizem economistas ortodoxos, é uma prova incontestável de estarmos a obter “mais com menos”, isto é, com maior produtividade.

Na verdade, o Primeiro Mundo está simplesmente terceirizando toda essa coisa suja para um lugar diferente, onde os economistas dele não precisam pensar sobre isso. Em suma, para o Mundo Material do Terceiro Mundo...

Este faz esforços extraordinários para extrair cobre e petróleo, ferro e cobalto, manganês e lítio do solo. Cava em busca de areia, de rocha, de sal, de pedra.

Vários objetivos ambientais exigem, em curto e médio prazo, consideravelmente mais materiais para construir os carros elétricos, as turbinas eólicas e os painéis solares necessários para substituir os combustíveis fósseis. O resultado é, nas próximas décadas, provavelmente extrairemos mais metais da superfície da Terra diante do feito antes.

Há falta de dados. A compreensão de quanta coisa é retirada do solo é surpreendentemente primitiva. Necessita-se de análises do *fluxo de materiais*, medindo as substâncias extraídas da terra, consumidas e depois recicladas ou descartadas. Algumas até rastreiam o “material” extraído, mas não o volume de terra e rocha deslocado para o obter.

Quando se anunciou uma nova era para os recursos necessários, com o advento do comércio e das cadeias de abastecimento verdadeiramente globais, parecia a corrida aos materiais ter terminado. Como resultado, muitos países, inclusive os Estados Unidos, começaram a esgotar as suas reservas destes minerais cruciais, acumuladas ao longo do meio século anterior.

Eliminadas as barreiras comerciais em favor da abertura externa, a indústria de transformação tornou-se uma empresa verdadeiramente global, composta por cadeias de abastecimento *just-in-time* espalhadas por todo o planeta. Mas hoje os governos de todo o mundo percebem, rapidamente, como é estratégico o controle destes materiais e seus processos de produção e comercialização para o futuro antevisto.

Houve o exemplo recente de *carência dos semicondutores* ou *chips de silício*. Para baterias de automóveis eletrificados, exige-se uma coleção de metais, incluindo cobalto, níquel, zinco e, o mais importante de tudo, lítio.

Este livro sobre o Mundo Material é contado através de seis materiais: *areia, sal, ferro, cobre, petróleo e lítio*. Classificar esses materiais como protagonistas parece, de início, um pouco ousado.

Na realidade, a maioria das histórias do progresso humano vem da própria perspectiva pessoal. Quando cada qual pensa, seja na bateria de seu celular, seja no concreto das fundações da sua casa, passa a entender.

Permanecemos na Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro, para não falar da Idade do Cobre, do Sal, do Petróleo e do Lítio. São as substâncias para as quais, na sua maioria, não existe um substituto ideal. Moldaram a história e começam a moldar o futuro.

Geoeconomia versus Geopolítica

O autor do livro *Material World: A Substantial Story Of Our Past And Future* (2023), Ed Conway, é um jornalista-economista prolixo em suas 512 páginas. Usa palavras em demasia ao escrever e não sintetiza seu pensamento. Fica cansativo, para o leitor, por estender-se demais e arrastar-se com narrativas pessoais de suas visitas misturadas com fatos objetivos.

Separar o joio do trigo exige bastante esforço do leitor. Afinal, “separar sementes (ideias) férteis de ervas daninhas (estórias desnecessárias)” é o desafio de buscar *o essencial*.

No decorrer deste livro, Conway avança e retrocede no tempo de maneira desordenada. Acelera as quatro grandes transições energéticas da Era Moderna – carvão, energia elétrica, petróleo, gás – para abordar mais a quinta: lítio ou “petróleo branco”.

Acompanha a viagem dos átomos de silício e lítio ao redor do mundo até se tornarem semicondutores e baterias. Desce pelos canos de uma refinaria de petróleo, entra nas fornalhas, onde a areia é fundida em vidro, e segue ao longo dos fios de cobre, vitais para comunicação no mundo moderno.

Mas afirma, no entanto, ter sido “um mero passeio rápido” pelo Mundo Material. Abriu uma janela para estas redes ocultas de substância e inteligência “para o mundo girar”.

Longe dos humanos serem independentes do mundo físico em torno, nunca estiveram tão dependentes dele, quer seja a energia contida em uma molécula de gás natural, o betume sem o qual o mundo construído desmoronaria ou a fibra ótica através da qual transita a maior parte de nossos dados. Nessa “viagem”, o leitor conhece inúmeros materiais indispensáveis como o *betume*: mistura, escura e viscosa, de hidrocarbonetos pesados com outros compostos oxigenados, nitrogenados e sulfurados, usada como impermeabilizante, no asfalto de ruas e estradas, na fabricação de borrachas, tintas etc.

Em cada uma de suas seis partes (e 18 capítulos), destaca seis materiais muito especiais – *areia, sal, ferro, cobre, petróleo/gás, lítio* – não é apenas pela utilidade – desde a condutividade elétrica do cobre à densidade energética do petróleo – mas também pela capacidade de transformar produtos complexos em comuns como o smartphone e o computador pessoal.

Os *chips de silício* dentro deles são de uma complexidade surpreendente, embora sejam tão pequenos como os transistores. O sucesso é o fato de tão poucas pessoas prestarem muita atenção nos seus componentes materiais – e seus produtores monopolistas.

Estes itens não são apenas comuns, mas, na maioria das vezes, tornaram-se baratos ao longo do tempo . Por exemplo, o vidro e o aço eram antes um luxo, mas agora são baratos e onipresentes, assim como voos de aeronaves, automóveis, analgésicos, frete em contêineres ou polietileno. *Quanto mais usamos, mais baratos se tornaram.*

Segundo a *Lei de Moore*, a densidade dos semicondutores aumentou exponencialmente durante o último meio século, mas esse progresso fez o preço de armazenamento de memória em um computador ser derrubado – e ele ser massificado. Ocorre o mesmo com o preço dos módulos fotovoltaicos dos painéis solares, o silício dos semicondutores, as turbinas eólicas *offshore* e *onshore*, as baterias de íons de lítio etc.

Os *íons* são espécies químicas possuidores de carga elétrica agora usados em carros elétricos. São formados por átomos neutros ao receberem ou perderem seus elétrons.

Quanto mais aprendemos sobre como transformar materiais em produtos, melhor nos tornamos nisso e, na maior parte, mais baratos os produtos se tornam. A *curva de aprendizado* é quanto mais experiência tivermos em fazer coisas, melhor seremos em fazê-las e menores serão os custos, tanto para produtores como para consumidores.

Este *círculo virtuoso* é sugerido, em Economia, desde Adam Smith: ao se especializarem em certas tarefas distintas e complementares, os humanos realizam mais trabalho, ou seja, aumentam a produtividade. A noção de “divisão do trabalho” de Smith se tornou uma realidade em grande escala. Contudo, não apenas a divisão do trabalho fez baixar os preços, mas também a lenta acumulação de experiência propicia menor esforço.

A *Lei de Wright* é uma regra prática: sempre quando a produção de um artigo duplica, o seu custo cai cerca de 15%. Os frutos do Mundo Material se tornaram cada vez mais baratos, passaram a representar uma fração cada vez menor das despesas nacionais – e passaram a ser ignorados nas contas convencionais da atividade econômica...

Conway mostra como nossas vidas estão precariamente empoleiradas em grãos de sal e areia:

- *sem sal* não temos cloro e sem cloro não temos água potável purificada e uma panóplia de medicamentos para salvar vidas;
- não haveria microchips ou painéis solares, não sendo possível transformar o silício metalúrgico em polissilício superpuro sem o cloreto de hidrogênio a partir da eletrólise do sal;
- não teríamos vidro (os fluxos de carbonato de sódio usados para derreter a areia são obtidos principalmente a partir do sal) e sem o vidro a civilização entraria em colapso;
- não haveria frascos para transportar drogas, nem lentes para ver ou treinar os lasers para gravar os chips de silício.

As histórias dos seis materiais citados estão interligadas. Somente quando o aço está enredado no concreto ambos se transformam no material de construção definitivo. As baterias dependem tanto do cobre quanto do lítio dentro delas. As lâmpadas são inúteis sem vidro. Não é possível ter um transformador sem um núcleo de aço silício ou fios de cobre enrolados em torno dele – e sem transformadores, a mais desvalorizada de todas as inovações, as nossas redes elétricas entrariam em colapso!

A leitura deste livro com temática inusitada – e escolhido entre os melhores de 2023 na área de Negócios pelo *Financial Times* – permite-nos uma reflexão sobre *a relação entre a geoeconomia e a geopolítica*. Qual é a relação entre elas no cenário mundial?

Elas estão interligadas, pois ambas envolvem as relações entre poder, recursos econômicos e influência global. A *geoeconomia* analisa como fatores econômicos, tais como comércio, investimentos e recursos naturais, moldam as relações entre os Estados. A *geopolítica* considera a influência do poder político e militar na arena internacional.

A *geoeconomia* pode impulsionar a *globalização*, enfatizando a interconexão econômica, enquanto a *geopolítica* pode, ao contrário, levar a políticas mais voltadas para o *protecionismo*, visando interesses nacionais e segurança. No entanto, as abordagens variam, entre os países e ao longo do tempo, e muitos Estados adotam *estratégias mistas*, onde combinam elementos de globalização e protecionismo para atender a seus interesses específicos.

A *divisão internacional do trabalho atual* é caracterizada por várias tendências:

1. *Especialização*: países tendem a se especializar na produção de bens e serviços nos quais têm vantagens comparativas.
2. *Globalização*: as cadeias de suprimentos globais permitem diferentes estágios da produção ocorrerem em diferentes países, maximizando lucro ao reduzir custos.
3. *Tecnologia*: avanços tecnológicos, como a automação e as comunicações instantâneas, facilitam a coordenação entre diferentes partes do mundo.

4. *Desigualdades*: alguns países se beneficiam mais diante de outros, devido a fatores históricos, políticos e econômicos, perpetuando desigualdades.
5. *Serviços e conhecimento*: alguns países especializados em tecnologia, finanças e outros serviços intangíveis ganham na *economia do conhecimento*.
6. *Integração regional*: blocos econômicos regionais facilitam o comércio e a cooperação entre países vizinhos em Cadeias Globais de Valor (CGV).

A disponibilidade de materiais estratégicos desempenha um papel significativo na colocação dos países na divisão internacional do trabalho. Países com acesso ou controle sobre recursos naturais cruciais têm vantagens competitivas em certos setores da economia global. Influencia a especialização econômica de um país e determina seu papel na cadeia de suprimentos global.

Por exemplo, nações ricas em recursos minerais se especializam na produção dessas *commodities*, enquanto aquelas com tecnologia avançada lideram em setores de alta tecnologia. Recursos estratégicos moldam as relações geopolíticas e as estratégias econômicas dos países, influenciando sua posição na divisão internacional do trabalho.

Os principais produtores dos citados *materiais estratégicos* são na ordem. *Cobre*: Chile, China e Peru; *Minério de Ferro*: China, Austrália e Brasil; *Petróleo*: Estados Unidos, Arábia Saudita, Rússia; *Gás Natural*: Rússia, Estados Unidos e Catar; *Lítio*: Austrália, Chile e China. Embora o Chile seja um líder na produção de cobre e lítio, existem outros fatores para o fato de o país não ser considerado uma potência econômica em termos globais: dependência de *commodities*; estrutura econômica desigual; condições geográficas e demográficas; instabilidade política e social; diversificação limitada. *A disponibilidade de materiais é necessária, mas não é suficiente...*

Pegada Ecológica

Ed Conway (2023) destaca um lado mais sombrio no progresso material. Parte da explicação de como os humanos se tornam cada

vez melhores em criar e fazer coisas se resumia ao *aprendizado* e à *experiência*.

Simultaneamente, subiam uma *escada energética*. Da madeira ao carvão e deste ao petróleo e daí ao gás, a densidade energética destes combustíveis aumentou a cada passo. Propiciavam mais energia queimando comparativamente menos combustível.

Ao longo do caminho, os humanos passam de depender do sol para todo o sustento, complementado por alguns fertilizantes extraídos de materiais estratégicos, para depender de combustíveis fósseis. Praticamente todos os alimentos são nutridos com fertilizantes feitos de gás natural.

Permitiram a população global crescer para além dos seus limites malthusianos. No entanto, houve um aumento aritmético na quantidade de combustíveis fósseis queimados.

Há um paradoxo: sem os combustíveis fósseis, cerca de metade da população não estaria viva. No entanto, agora, as *emissões de carbono* provenientes desses combustíveis fósseis causam problemas ameaçadores a todos nós.

O propósito dos humanos lúcidos é reduzir as emissões de carbono a zero em termos líquidos, isto é, depois de contabilizar o CO₂ retirado da atmosfera, seja capturando-o, seja plantando árvores.

A “data mágica”, escolhida para esta transição, é meados deste século – 2050 – pouco exequível, exceto pelo fato de ser um belo número redondo. Mas fazer o mundo chegar a zero emissões líquidas até lá coloca toda a população mundial em uma posição decente para manter o *aquecimento global* abaixo dos 2°C e talvez até perto de 1,5°C.

Porém, nenhuma transição energética deste tipo foi alcançada tão rapidamente. Cada uma das transições anteriores – a passagem do carvão para o petróleo e do petróleo para o gás – houve um grande incentivo para a mudança: os fabricantes poderiam beneficiar de combustíveis mais baratos e com maior densidade energética.

Desta vez, acontece o oposto. Com exceção da energia nuclear, a migração é para *fontes de energia menos densas*. Pior, o desafio é

fazê-lo mesmo quando as nações mais populosas do mundo (China, Índia, Indonésia, Paquistão, Nigéria, Brasil, exceto os Estados Unidos) se industrializam e, portanto, aumentam o seu consumo de energia.

Muitas pessoas ecologistas quando pensam na *transição energética* tendem principalmente a pensar em termos de eletricidade. Ficam otimistas com a energia renovável, como a solar e a eólica, mas ela é *necessária, mas não suficiente*.

Pior, inerentemente, ela é *intermitente*. Os humanos têm de construir o armazenamento de energia possível de ajudar a manter as redes em funcionamento quando o sol não está brilhando ou o vento não está soprando.

As baterias, embora sejam excelentes, não têm densidade energética suficiente para resolver esse enigma. O *backup* mais provável, juntamente com uma série de novos reservatórios hidroelétricos, é um combustível totalmente novo: *o hidrogênio*.

Um carro completamente silencioso, movido a eletricidade, capaz de percorrer quase 600 quilômetros sem precisar reabastecer, e soltando vapor d'água pelo escapamento, é o Toyota Mirai. Este veículo foi emprestado para os testes de um projeto-piloto na USP (Universidade de São Paulo) para produzir *o primeiro hidrogênio verde a base de etanol do mundo*.

Mirai significa "futuro" em japonês, mas, apesar de sugestivo, a escolha do carro se relaciona com o fato de ele ser um dos únicos modelos equipados com células de combustível (*fuel cell*, em inglês). *Transforma hidrogênio em eletricidade*.

No mundo, pensa-se em vez de utilizar carvão ou gás para produzir os fertilizantes, no futuro, alimentar a população com amoníaco, produzido a partir de *hidrogênio verde*, oriundo da energia eólica. No entanto, como mostra Conway, em 2023, usar a eletrólise para criar hidrogênio ainda era extremamente ineficiente.

A produção de fertilizantes representa apenas uma pequena parte industrial. A fabricação de aço verde consumirá ainda mais hidrogênio.

A eletricidade é a parte fácil. Afinal, o que é *uma turbina eólica offshore*? Conway resume: uma estrutura feita de vidro, ferro, cobre e óleo, com uma pitada de sal...

Não há maneira de produzir em massa turbinas eólicas ou, nesse caso, os substratos de silício dos painéis solares, sem o uso de combustíveis fósseis. As pás da turbina eólica, em particular, são feitas de resinas extraídas principalmente do petróleo bruto e do gás natural. Outro exemplo: não é possível fabricar baterias de íons de lítio de alto desempenho sem usar grafite obtido do petróleo bruto.

Uma distinção importante entre esta utilização de combustíveis fósseis e a forma utilizada nos três séculos anteriores é agora estar juntos com eles, não queimando-os. Com a exceção do *carvão coqueificável*, para produzir silício metalúrgico, o desafio atual é *transformar esses combustíveis fósseis em produtos*, em vez de ser apenas um fluxo de energia, incorporando o carbono incorporado nas coisas utilizadas, em vez de o libertar na atmosfera. *Construir, e não queimar, é o nome do jogo nas próximas décadas.*

É possível adiante e imaginar uma Era na qual a humanidade substituirá a maior parte dos seus combustíveis fósseis por alternativas renováveis. Provavelmente, ainda precisará de petróleo para alguns produtos, como o grafite nas baterias.

Se tudo correr bem, também terá esquemas acessíveis para capturar todas as emissões ainda não eliminadas. Se as decisões políticas tiverem algum bom senso, haverá muitas *novas centrais nucleares*, porque o urânio está muito mais acima na escala da densidade energética em comparação a quase todo o resto, e *transporte rodoviário eletrificado*.

Haverá instalado *cabos elétricos submarinos* para criar uma rede internacional. Desse modo, os países com muito sol e vento ajudarão a fornecer energia aos restantes.

Serão acessíveis *combustíveis verdes* para os navios e talvez até para os jatos. Desde logo, sonha-se, ou melhor, planeja-se *fertilizantes verdes* para os nossos campos.

Nessa idealização, o mundo será um lugar mais saudável e produtivo, com menos mortes causadas pela poluição, porque se

extrairá muito menos combustíveis fósseis em lugar do feito hoje. A *pegada ecológica* terá diminuído genuinamente em todo o mundo.

Embora a energia renovável seja consideravelmente menos densa diante dos combustíveis fósseis, ela é praticamente infinita. É preciso mais painéis e turbinas para captar energia do sol e do vento, mas se os humanos captarem energia suficiente, os custos de eletricidade poderão cair drasticamente.

Se as emissões de carbono estagnam e diminuem, o mundo também poderá tornar-se menos limitado pela energia e ainda mais rico e produtivo. É uma visão atraente.

Ela envolverá um grande esforço e muito tempo e dinheiro para chegar lá. Não existe um único interruptor possível de se acionar para *transformar todo o Mundo Material em energia renovável*. Serão necessárias quantidades extraordinárias de matérias-primas.

Talvez o aspecto mais perturbador desta visão do futuro seja muitos de nós, talvez a maioria de nós nunca conseguirá experimentá-la. Isso, segundo Ed Conway, leva a três riscos à frente.

O primeiro é as pessoas se desesperarem e desistirem. Serão rendimentos comparativamente mais fracos diante dos atuais para salvar o planeta.

O segundo risco é este esforço para construir o destino para o zero líquido é bloqueado pela resistência política e pela apatia pública. Por exemplo, não se alcançará o zero líquido se houver um déficit duradouro de lítio ou cobre. Significa precisar de mais pessoas com mais engenho para pensar em formas de obter esses minerais.

O terceiro risco é as bases geopolíticas sobre as quais o Mundo Material é construído se desintegrarem. O mundo tal como o conhecido hoje, inclusive todos os círculos virtuosos para os preços terem caído ano após ano, depende das interligações globais.

Quando as cadeias de abastecimento funcionam e os materiais podem fluir livremente de uma parte do mundo para outra, dificilmente parece importar de onde vêm as coisas, onde são feitas ou como são feitas. Quando essas cadeias de abastecimento entram em colapso, diante as guerras ou as batalhas comerciais, todas as apostas são canceladas.

Pior, dado o grau de complexidade no fabrico de produtos hoje ser muito maior diante de qualquer geração anterior, o impacto potencial de países de todo o mundo escolherem a autarquia – tentando sobreviver sem importações – destruirá este sonho!

Uma coisa é sofrer um curto-circuito no seu *encanamento financeiro*, outra totalmente diferente é sofrer um curto-circuito no seu *sistema de energia*. No entanto, a energia é apenas uma parte disso, pois a crise suscita questões sobre toda a estrutura da economia global, caso já não se possa confiar nas cadeias de abastecimento.

Por exemplo, alcançar a “soberania dos semicondutores” exige um levantamento de toda a cadeia de abastecimento de chips de silício. Talvez, no devido tempo, esses mapas possam, juntamente com análises de fluxo de materiais, mapeados pelo uso de substâncias, fornecer um contraponto às estatísticas do PIB, revelando *o poder da dependência e da cooperação*.

Quando se examina esses mapas rudimentares do Mundo Material, observa-se uma teia de conexões e dependências tão complexas a ponto de parecer quase impossível desemaranhar. Este mundo surpreendente de interconexões via todo o alto mar permitiu se considerar como garantidos os alicerces da civilização – tudo, desde os materiais até à energia.

Da mesma forma como se aumenta a exploração do cobre no Chile e do ferro na Austrália, aumentam-se os fluxos de comércio. Um único navio porta-containers de hoje pode transportar mais carga se comparado a toda a marinha mercante inglesa existente no século XVI.

Em síntese, segundo Conway (2023), “o Mundo Material continua a ser um lugar maravilhoso. Hoje, temos *nanotecnologia* em cada um dos nossos bolsos precisamente por causa da colaboração e da competição entre cientistas e fabricantes em todo o mundo”.

Devido a estas redes de poder intelectual e de ciência material do tamanho de um planeta, são necessários apenas alguns meses para inventar e fabricar medicamentos para enfrentar pandemias, mas ainda não se conseguiu evitar a Doença de Alzheimer. *O Mundo*

Material é a base das nossas vidas hoje, poupando a maioria de nós do trabalho árduo e penoso dos nossos antepassados.

Estes saltos surpreendentes (e na maior parte não apreciados) ocorreram porque foram utilizados enormes quantidades de energia, metais e produtos químicos para industrializar a agricultura e a mineração.

Todos nós ficamos desconectados das indústrias primárias das quais todos dependemos para a nossa sobrevivência. Talvez esta seja simplesmente a contrapartida do capitalismo moderno. É necessário o reconectar com os fundamentos do Mundo Material.

Brasil à Venda para Globalizar

Vale a pena comprar direitos de exploração da riqueza material brasileira? Pelo interesse estrangeiro a resposta é sim!

O governo federal planeja mapear o território brasileiro em busca de novas áreas ricas em *minerais estratégicos*.

O Brasil já tem reservas conhecidas de lítio, cobre, níquel, terras raras, grafite e cobalto. São usados na produção de baterias de carros elétricos, painéis solares e geradores de energia eólica.

Mas a ampliação de pesquisas geológicas é considerada peça-chave para o avanço do país na produção dos *minerais estratégicos* – também chamados de *minerais críticos*. Apesar de relevante na indústria da mineração, o Brasil ainda está bem atrás de países da Ásia, da África e da América Latina em termos de produção de alguns dos minerais mais importantes para a energia limpa.

O Ministério das Minas e Energia recomendará ao Serviço Geológico do Brasil (SGB) de modo a priorizar a realização de atividades de mapeamento geológico. Elas produzirão informações voltadas aos minerais estratégicos para a transição energética.

Desse modo, o SGB deverá elaborar um plano de mapeamento geológico de áreas com maior potencial para a descoberta de minerais estratégicos para a transição energética. Conterá os critérios de seleção das áreas, cronogramas, recursos a serem utilizados e orçamento.

Perguntado se as pesquisas para minerais estratégicos deveriam ser realizadas também em terras indígenas e áreas de proteção ambiental, o ministério disse: a ampliação do conhecimento geológico “é fundamental para promover o aproveitamento racional e sustentável dos recursos minerais”. Tem “caráter estratégico para o país.”

Há a experiência norte-americana à disposição para a reflexão. O filme de Martin Scorsese, “Assassinos da Lua das Flores” [*Killers of the Flower Moon*], narra a dramática história real dos Osage. Essa tribo indígena teve vários membros assassinados, após a descoberta de petróleo em suas terras em Oklahoma, nos Estados Unidos, na década de 1920.

No Brasil, extração de minérios é proibida nessas áreas. A discussão sobre uma eventual legalização da mineração, especialmente em terras indígenas, alimenta um acirrado debate há décadas.

O ministério diz: “a pesquisa mineral pode ser realizada de modo a causar baixo impacto ao meio ambiente, respeitadas as vedações legais de áreas ambientalmente ou socialmente sensíveis”.

Além de ampliar informações geológicas, o ministério quer promover mudanças em uma política voltada ao setor, lançada durante o governo populista de extrema-direita. Em 2021, o decreto 10.675 criou a chamada *Política Pró-Minerais Estratégicos*. O decreto diz respeito ao apoio do governo federal no processo de licenciamento ambiental a empreendimentos de minerais estratégicos. Segundo o ministério, existem 19 projetos nessa carteira.

O MME entende os desafios para o setor irem além do decretado. Dessa forma, a política precisa ser revisada e incorporada nas novas medidas a serem lançadas pelo órgão.

A ideia parece ser enfatizar cuidados com os impactos ambientais e sociais. Os brasileiros precisam tornar mais ágeis os processos minerários e o licenciamento ambiental dos empreendimentos relacionados aos minerais estratégicos. Isto sem descuidar da segurança jurídica, da segurança ambiental, dos trabalhadores e das comunidades circunvizinhas.

Há alguns anos, *a demanda global por minerais críticos tem estado em alta* – apesar do sobe e desce de preços dessas *commodities* de tempos em tempos. A demanda é puxada pelas tecnologias de energia limpa.

Entre 2017 e 2022, o setor de energia foi o principal responsável por triplicar a demanda de *lítio* no mundo, pelo aumento de 70% da demanda de *cobalto* e pela alta de 40% da demanda de *níquel*.

Até 2030, a demanda por *minerais críticos*, de modo geral, deverá ir além do dobro. Até 2050, deverá aumentar mais de três vezes e meia a partir do patamar de 2030. Os números são citados pela Agência Internacional de Energia (AIE).

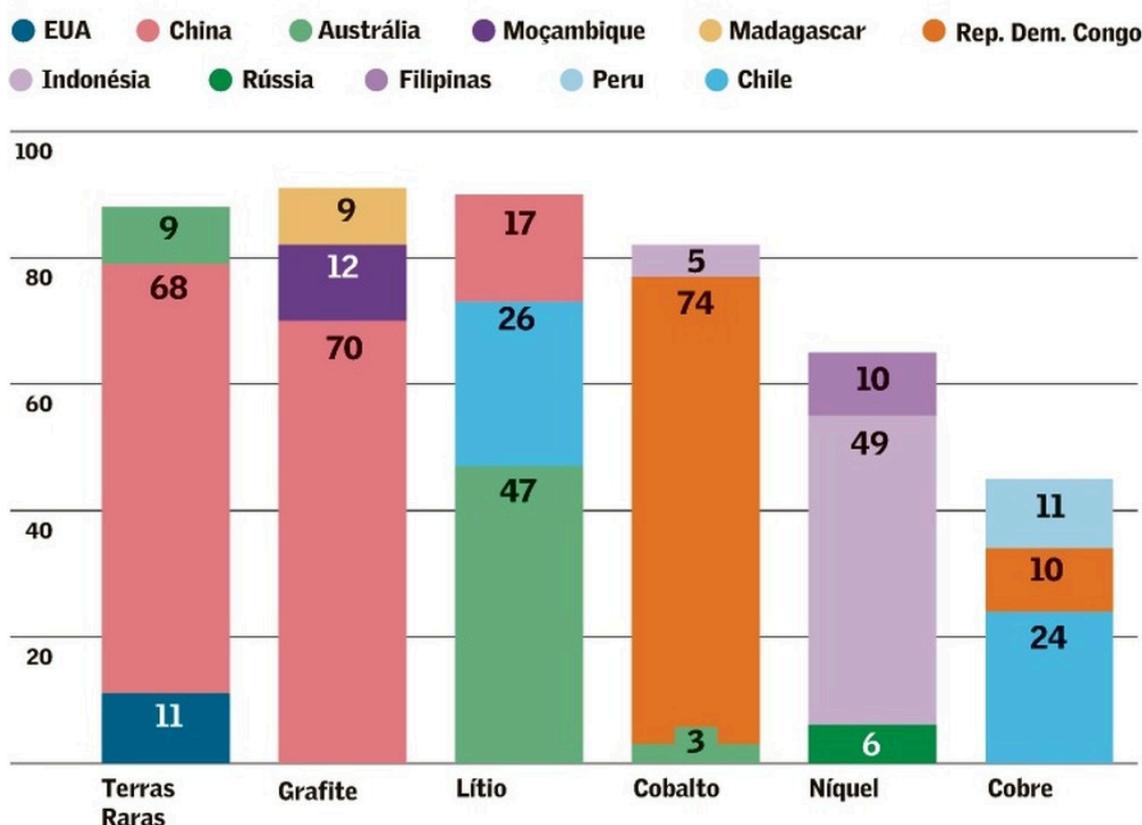
A agência também informa a América Latina já responder por 40% da produção global de *cobre*, com Chile, Peru e México à frente. No caso do lítio, atualmente, extrai 35% do lítio do mundo, liderado pelo Chile e seguido pela Argentina.

Segundo a AIE, a América Latina tem um potencial importante para produção de grafite, níquel, manganês e terras raras. O Brasil, isoladamente, detém *um quinto das reservas globais de cada um desses recursos minerais*.

Mas o Brasil produz atualmente somente quantidades pequenas ou moderadas algo em torno de 0.2% da produção mundial de terras raras e de 7% de grafite. O diagnóstico do órgão é, de modo geral, a América Latina ainda não ter atraído investimento suficiente, diante do potencial requerido, para extrair e exportar esse tipo de mineral.

Maiores produtores

De alguns estratégicos - % do mercado



Fonte: Agência Internacional de Energia, 2022

No Brasil, há diversos projetos de minerais estratégicos em implantação e empreendimentos já operando dedicados a lítio, cobre, níquel, terras raras, grafite e cobalto. Tem também alumínio, manganês, vanádio e é líder mundial no mercado de nióbio, todos importantes para a transição energética.

O atual governo social-desenvolvimentista defende as empresas atuantes nesse segmento não se limitarem a exportar minerais estratégicos em bruto. O MME é procurado por diversos governos, por bancos e por investidores e a mensagem tem sido a mesma para todos: "o Brasil está aberto a negócios, não somos contra a exportação do mineral bruto, mas o país quer agregar valor a esses minerais produzidos nacionalmente", disse o ministério segundo reportagem.

O processamento desses minerais para *a cadeia global de baterias* é feita hoje, essencialmente, na Ásia. “Esse tipo de processo precisa ser melhor distribuído geograficamente. EUA e Europa já estão tentando desenvolver domesticamente esses empreendimentos, mas *demandam muita energia*. O Brasil tem os minerais, tem muita energia – prioritariamente de fontes limpas – além de ter mão de obra competitiva”, diz a pasta.

Enquanto se discute (e pesquisa) isso, avança *a participação do capital estrangeiro nas transações de fusões e aquisições* (M&A, na sigla em inglês). No ano passado, atingiu o maior porcentual em menos sete anos.

Ao longo de 2023, as transações “*cross border*” (com compradores estrangeiros) responderam por 50,1% das 371 operações realizadas, segundo levantamento feito pela Seneca Evercore. Considerando apenas a segunda metade do ano, a participação foi a 54,5% – de um total de 156 operações -, a maior proporção semestral desde 2016.

Ainda de acordo com o estudo, desde 2014 ocorreram 5.061 transações de M&A no Brasil. Cerca de 47% delas tiveram em comum compradores de fora do país.

A maior participação acionária apropriada por compradores de fora do país reflete, segundo banqueiros de investimento, uma melhora da *percepção de risco* do Brasil, em especial em relação aos seus pares emergentes. Isso se combinou com um relativo baixo desemprego, inflação inercial historicamente baixa, queda na taxa de juros brasileiras e tendência de queda também nos EUA e Ibovespa batendo recordes.

Se a análise for feita pelo volume financeiro, segundo a Dealogic, consultoria compiladora de dados do mercado financeiro em todo o mundo, a mesma tendência é observada. No ano passado, de um total de US\$ 37,9 bilhões movimentados em transações, US\$ 17,8 bilhões foram de operações *cross border*, ou seja, cerca de 47%, a maior participação dos últimos anos.

Os investidores de fora estão sendo proativos para buscar ativos no Brasil. Há demanda de investidores estrangeiros para saber sobre transações no Brasil, incluindo interesse árabe e chinês. No

geral, as operações envolvendo estrangeiros são grandes – e de horizonte no longo prazo.

A participação de investidores estrangeiros no ano passado se torna ainda mais evidente se observadas desde as transações de mais de US\$ 100 milhões. Nesse recorte, 70% do total foram de transações “*cross border*”.

Atingiu o maior número da série histórica, o mesmo de 2016. A explicação está relacionada à atratividade do Brasil diante dos seus pares emergentes.

Capítulo 3. Como o mundo ficou rico

Como o mundo ficou rico: as origens históricas do crescimento econômico

"*How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth*" (Polity Press) foi publicado em 2022, pelos coautores Mark Koyama e Jared Rubin. À primeira leitura lembra muito a ladainha neoliberal no estilo da Deirdre McCloskey ao interpretar o "crescimento sustentado".

É tipo "o presente é muito superior ao passado pré-capitalista" e não se deve falar em aperfeiçoar o sistema capitalista, transformando-o em um futuro sistema. Sequer falam em "desenvolvimento", afinal é coisa de "desenvolvimentista", pelo qual parecem ter a ojeriza típica de anticomunista.

Não à toa, o livro foi recomendado na Folha de S.Paulo por Marcos Mendes, Pesquisador Associado do INSPER, organizador do livro "*Para não esquecer: políticas públicas que empobrecem o Brasil*". Quais? Praticamente todas adotadas por O Estado em lugar de O Mercado sobrenatural, porque onipresente, onipotente e... onisciente (?!).

Para Mendes, de maio de 2016 a dezembro de 2018, Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda Henrique Meirelles no péssimo governo golpista com reformas neoliberais e o famigerado Teto dos Gastos, o livro confirma: "o caminho protecionista, no qual insistimos há décadas, é equivocado". Destaca o seguinte trecho:

"As economias do Leste da Ásia eram todas relativamente pequenas. Portanto, elas foram obrigadas a depender dos mercados internacionais. Elas não caíram na armadilha em que muitos países em desenvolvimento maiores caíram, de depender de tarifas protetoras e subsídios para apoiar a indústria nacional. (...) Tarifas protetoras e subsídios pareciam plausíveis em países com grandes mercados domésticos, como Brasil e Índia. Tais políticas *poderiam funcionar* (como na América do Norte do século 19), mas na prática muitas vezes libertavam os fabricantes domésticos da ameaça da

concorrência internacional e incentivavam a busca de renda e a corrupção” (pág. 209).

O livro beira a isso, mas não é tão simplório como aparentam ser todos os adeptos de “+Mises/Hayek (Mercado) -Marx/Keynes (Estado)”. Mark Koyama é historiador econômico da Universidade George Mason, cujos principais interesses de investigação residem nas origens do crescimento econômico no neoliberalismo e no desenvolvimento comparativo dos Estados. Jared Rubin é seu colega cuja investigação centra-se nas relações históricas entre instituições políticas e religiosas e no seu papel no desenvolvimento econômico.

O objetivo do citado livro (temático e conceitual) é reunir as muitas teorias científicas sociais sobre as origens do crescimento econômico moderno e sustentado. Quase todas estas teorias centram-se em um aspecto das origens do crescimento, como a geografia, a cultura, as instituições, o colonialismo ou a demografia.

Os coautores dizem, repetidamente, exceto o livro deles [risos], “nenhum trabalho existente resume todos os avanços feitos pelos cientistas sociais nas últimas décadas de uma forma imparcial e objetiva”. A primeira metade do livro classifica e examina as principais vertentes da literatura relacionadas com as origens do crescimento econômico sustentado: geografia, política, instituições, mercados e estados, cultura, capital humano, demografia e colonização.

Menos atenção tem sido dada à forma como as várias teorias são interconectadas. Um fenómeno tão importante e espalhado pelo mundo, como a origem do crescimento econômico moderno, *não é certamente monocausal*.

Por exemplo, *instituições* são características legais, políticas e religiosas de uma sociedade determinantes das “regras do jogo”. Ditam os custos e benefícios da realização de certas ações. Algumas instituições são consideradas boas para o crescimento econômico, tais como aquelas protetoras dos direitos de propriedade, incentivadoras do investimento em bens públicos e aplicadoras das leis de forma igual a todas as pessoas.

As instituições podem operar através do seu *impacto na cultura* para afetar o crescimento econômico. Quanto às *condições*

demográficas, os locais repletos de recursos naturais no fim do período medieval foram também os locais mais facilmente explorados. Como resultado, esses lugares tenderam a piorar as instituições (coloniais) – e são hoje em grande parte mais pobres.

Nos capítulos finais, Koyama e Rubin avaliam os pontos fortes e fracos relativos dos principais argumentos e apresentam aqueles considerados mais convincentes para eles. O primeiro conjunto de explicações preferidas – tanto para o início da industrialização como para o crescimento econômico moderno – enfatiza a ligação entre a economia e a política de desenvolvimento. Tais explicações abordam temas como a mudança institucional, o crescimento da capacidade do Estado e o Estado de Direito.

O segundo conjunto de explicações considerados convincentes destacam o papel da cultura. Não se referem às explicações eurocêntricas ou centrada no modelo norte-americano, mas sim à *cultura* na forma como os antropólogos culturais usam o termo: aquelas heurísticas empregadas pelas pessoas para interpretar o mundo complexo entorno.

No penúltimo capítulo, consideram a “Grande Convergência” entre as muitas partes do resto do mundo e o Ocidente. Uma das grandes histórias do último meio século é a retirada bilhões de pessoas da pobreza extrema na China e na Índia. Eles comparam o crescimento do Japão com o dos Tigres Asiáticos e da China.

Há *insights* importantes em todas as teorias descritas neste livro. Uma questão tão abrangente como “como o mundo ficou rico” tem quase certamente muitas causas. Pessoas inteligentes – e não ideologizadas – irão discordar sobre o peso a atribuir a cada uma destas causas. O importante é compreender as condições sob as quais certas causas são importantes e as condições sob as quais não o são – sem dogmatismo apriorístico.

Uma afirmativa como “o mundo está mais rico do que nunca” depõe contra a inteligência dos autores. *Nunca deve ser usado o lugar-comum “mais do que nunca”.*

A Terra do Nunca é uma ilha fictícia do livro Peter Pan. É a morada de Peter Pan, Sininho, e os Garotos Perdidos... “Mais do que uma ficção” significa algo imensurável, portanto, não científico.

Outra vaguidão é a afirmativa genérica “cada vez mais a humanidade pode ser retirada da pobreza extrema. (...) Na década de 2020, chegaremos a um ponto no qual os confortos básicos estarão disponíveis para uma grande fração da população mundial – embora certamente não para todos”. Onde? Como?

Concordo: compreender de onde vem a riqueza ajuda em executar *ações orientadas*, seja governamentais, seja particulares, a tirar mais pessoas da pobreza. Os coautores auto promotores se vangloriam de, “até agora não houve um único lugar [como o livro deles] onde os leitores interessados pudessem ir para obter uma compreensão destas várias teorias. Nem a maioria dos relatos existentes considera seriamente as interações entre a explicação proposta e outras teorias”.

Na segunda parte do livro, reuniram essas teorias para explicar por qual razão o primeiro lugar a alcançar o crescimento econômico sustentado – a Grã-Bretanha – o fez. Isso exigiu a explicação de algumas peculiaridades da história britânica. Usaram essa história para entender *quais pré-condições* eram importantes para a industrialização da Grã-Bretanha e *por quais razões* elas importavam.

Certas instituições, capazes de encorajar a inovação e o empreendedorismo e permitir a livre circulação de ideias, teriam sido menos importantes para os países em busca de se aproximar da fronteira diante dos países na fronteira tecnológica. Atrasados a copiam.

Os mercados competitivos também são cruciais para o crescimento econômico sustentado porque fornecem incentivos à inovação. “Episódios de crescimento como a Revolução Industrial não foram planejados pelos políticos tomadores de decisões. Resultaram de um número incontável de decisões tomadas por particulares no sentido de experimentar novos métodos de produção ou de construir novas fábricas ou de mecanizar a produção”.

As *economias de comando* também são capazes de crescer, no curto prazo, mais rapidamente diante das *economias de mercado* porque os políticos tomadores das decisões podem usar a coerção para mobilizar recursos. Mas apenas força de trabalho e investimento de capital acabam por gerar retornos decrescentes se não houver

inovação e não houver mercados para coordenar as decisões de investimento.

O mercado não funciona no vácuo. O interesse próprio ou as forças de mercado só obtêm resultados benéficos se condicionados ao *ambiente institucional* apropriado.

Cada qual, específico do contexto, interage com outras variáveis. Por exemplo, pequenas reformas institucionais levaram a China a escapar à pobreza extrema na década de 1980: a restauração da produção privada na agricultura, a criação de zonas econômicas especiais e o abandono do planejamento central.

Em nenhum momento o PCCh introduziu instituições representativas democráticas ou restrições formais ao Estado. Esta *liberalização do mercado* ocorreu quando era possível uma rápida convergência para a fronteira econômica. Logo, a China conseguiu tornar-se o maior produtor mundial de bens manufaturados de baixo custo. Partes do projeto de desenvolvimento bem-sucedido, em outros lugares, foram adaptadas ao contexto institucional e cultural local, por exemplo, *um governo autolimitado diante do passado*.

Fatores de Desenvolvimento

Mark Koyama e Jared Rubin, no livro *“How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth”* (Polity Press, 2022), mostram: as instituições também interagem com a cultura. Por *cultura*, querem dizer as lentes conceituais ou heurísticas (“regras de bolso”) usadas pelos indivíduos de uma sociedade para interpretar o mundo.

Argumentam: “o crescimento econômico sustentado poderia ter sido possível no mundo antigo. Certamente, o Império Romano, no seu auge, tinha uma *economia de mercado* integrada e sofisticada”. O que?! Um preâmbulo de capitalismo centralizado no Estado?

O argumento, baseado no *individualismo metodológico* tão contumaz em neoliberais, é pueril. “Uma das razões pelas quais [o Império Romano] nunca alcançou nada próximo de uma *‘revolução industrial’* parece ter sido cultural. *Indivíduos bem-sucedidos no*

Império Romano aspiravam a uma vida de lazer". Só. Nada de tecnologia importa...

Em *visão anglocêntrica*, os autores ingleses afirmam: "a Grã-Bretanha tinha muitos dos pré-requisitos institucionais necessários para o arranque em meados do século XVIII: 1. um governo relativamente limitado, 2. um sistema de aprendizagem capaz de aperfeiçoar as competências dos artesãos e 3. as instituições favoráveis ao investimento em bens públicos".

Mas, acentuam, "também tinha *atributos culturais* complementares a estas instituições. *O trabalho árduo não colocava ninguém na base da escala social*. Entre a elite intelectual, a ideia de progresso contínuo parecia um objetivo realista".

Ai, que preguiça!... e Macunaíma não dizia mais nada. Ficava no canto da maloca, espiando o trabalho dos outros. "Pouca saúde e muita saúde, os males do Brasil são! O povo brasileiro está em Macunaíma, o herói sem nenhum caráter". Esse caráter ficcional explica o atraso econômico e educacional do país?!

Para os historiadores econômicos ingleses, nenhuma sociedade, pelo menos antes de meados do século XVIII, tinha a combinação dos citados atributos culturais e das características institucionais. Depois de terem surgido *os elementos-chave do crescimento sustentado*, primeiro durante a Revolução Industrial britânica, e depois de 1850 nos Estados Unidos e Alemanha, os elementos do projeto fornecido pelos primeiros promotores puderam ser usados em outros lugares, mesmo caso parecessem um pouco diferentes, dependendo da localização.

Diferentes partes do mundo pegaram pedaços desse modelo e os adaptaram às suas próprias características institucionais e culturais. Isso tornaria o problema do desenvolvimento econômico nas partes mais pobres do mundo aparentemente fácil: bastaria *copiar a fronteira tecnológica, o ambiente institucional e a cultura avançada!*

Mas simplesmente *transplantar* o que funcionou em outros locais para sociedades atingidas pela pobreza não é a solução. O contexto é importante. A cultura e o passado histórico impõem

dependência de trajetória. O mesmo acontece com a demografia e a geografia.

Saber *o que funcionou e por que funcionou* é importante precisamente porque permite construir *um processo cumulativo de conhecimento*. Fornece um quadro para a compreensão de quais políticas econômicas têm probabilidade de sucesso. No entanto, é necessário também um conhecimento local substancial para saber como aplicar este quadro à determinada sociedade.

Sem dúvida, a *geografia* explica muitos padrões do mundo pré-industrial. As características geográficas foram fundamentais para o surgimento da vida agrícola ou da urbana. Por exemplo, o acesso a rios e costas e terras agrícolas de alta qualidade ajuda a explicar muitos padrões de desenvolvimento anteriores à industrialização.

Antes de 1800, as terras mais bem dotadas não eram muito mais ricas, em termos de renda per capita, diante as terras menos dotadas. Elas tendiam a ser mais densamente povoadas e, sem aumento substancial da produtividade, produziam menos per capita.

As *economias de escala* e os *efeitos de rede*, associados à proximidade (“efeitos de aglomeração”), em vez dos fundamentos geográficos, explicam porque certas Cidades-Estados superaram grandes Nações em termos de renda per capita. Se a geografia pudesse explicar tudo, o destino da Humanidade teria sido escrito há milhares de anos, com pouco espaço para a ação humana. No entanto, as ações humanas desempenharam um papel significativo na determinação das trajetórias econômicas das sociedades.

Koyama e Rubin avaliam *o papel das instituições no desenvolvimento econômico*. As instituições, sob muitas formas (política, econômica, jurídica, social e religiosa), constituem as “regras do jogo” das pessoas no seu dia-a-dia. Eles formam os incentivos para moldar *a forma como as pessoas agem*, conforme o individualismo metodológico.

As instituições diferem entre sociedades e ao longo da história. Portanto, ajudam a explicar por qual razão nem todas as diferentes sociedades tiveram sucesso econômico.

Entre as instituições mais importantes para facilitar o crescimento de uma sociedade estão o Estado de Direito e as protetoras dos Direitos de Propriedade. Por qual razão as instituições funcionam de forma diferente em diferentes partes do mundo?

A democracia é o exemplo não adotado por todos os países. As instituições democráticas falharam em contextos sob domínio militar, desde o Brasil até a Rússia, entre outros.

Koyama e Rubin analisam *o papel desempenhado pela cultura no crescimento econômico*. As explicações culturais recentes são menos eurocêntricas ou racistas.

As teorias modernas tendem a pensar na *cultura* como aspectos da sociedade capazes de configurar *a visão de mundo das pessoas*. Molda a forma como as pessoas respondem aos incentivos, como interagem com outras pessoas. Novamente, destaca-se o *individualismo* – e não o *holismo metodológico* com uma abordagem sistêmica.

Coisas como o papel da confiança, da diversidade de gênero e das normas de casamento bem como a religião afetariam o desenvolvimento econômico através do seu efeito na política ou na lei. Uma das principais razões pelas quais a cultura pode afetar o desenvolvimento econômico em longo prazo é ela persistir nos *valores conservadores* – e assim moldar *a perspectiva dos descendentes* de gerações ultrapassadas.

Os historiadores têm visto os altos e baixos da história pré-industrial como ditados, pelo menos em parte, pela *demografia*. Por exemplo, na Roma antiga, as mulheres casavam-se logo quando atingiam a maturidade sexual. A consequente elevada taxa de natalidade foi parcialmente responsável pelos baixos rendimentos médios auferidos pelos trabalhadores não qualificados no Império Romano.

Com a industrialização e a urbanização, a consequente transição demográfica desacelerou o crescimento populacional e o rendimento per capita começou a aumentar de forma sustentada. Incentivou o investimento em capital humano. Enquanto o progresso tecnológico acelera, os retornos do capital humano aumentam e induzem os pais a mudarem de famílias numerosas e com baixos

níveis de educação para famílias menores com filhos com níveis de escolaridade elevados. Daí enriqueceriam...

A *colonização* trouxe vastas riquezas para alguns países na Europa e ainda hoje tem efeito em partes do mundo antes colonizadas. Há pouca controvérsia quanto ao papel prejudicial desempenhado sobre os colonizados como o mau legado em termos de desenvolvimento institucional, normas de confiança, acumulação de capital humano e fornecimento de bens públicos como instituições democráticas.

No século XVII, o noroeste da Europa tinha muitas das condições prévias necessárias para um crescimento econômico sustentado. Os rendimentos per capita e os salários reais eram elevados para os padrões pré-industriais. Os mercados eram relativamente bem desenvolvidos e extensos. O quadro institucional tinha sido propício à expansão do comércio externo. As instituições do Estado eram suficientemente fortes para proporcionar uma certa medida de lei e paz interna.

No entanto, o *padrão holandês* de crescimento comercial transmarino assemelhava-se mais a episódios anteriores de *crescimento temporário* em vez do *crescimento sustentado*, característico da Europa Ocidental e a América do Norte depois de 1800. No século XVIII, a República Holandesa permaneceu rica, mas *a sua economia estagnou*. Os fatores responsáveis foram o aumento da desigualdade diante das elites mercantis baseadas em Amsterdam. Estas conseguiram consolidar o seu poder político.

Instituições como as Companhias Holandesas das Índias Orientais e Ocidentais beneficiaram um número relativamente pequeno de acionistas. A República Holandesa seguiu assim um padrão semelhante ao das Cidades-Estados italianas como Florença e Veneza: *enriqueceram graças ao comércio (e bancos) antes de estagnarem*.

Outro fator foram os altos impostos e os altos níveis de dívida governamental incorridos em inúmeras guerras pela sobrevivência contra os franceses. Além disso, as políticas mercantilistas dos britânicos e o relativo fracasso dos holandeses em investir mais em capacidade fiscal também contribuíram para o seu declínio relativo. Os holandeses não experimentaram a combinação de crescimento da

indústria e mudança estrutural característica da Revolução Industrial britânica. Esta foi a “industrialização originária”.

Como a Grã-Bretanha ficou rica

Mark Koyama e Jared Rubin, no livro *“How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth”* (Polity Press, 2022), para responder à questão “Como é que o mundo ficou rico?” começam com a análise da Revolução Industrial da Grã-Bretanha. A industrialização desencadeou uma série de acontecimentos resultante, em última análise, em um crescimento econômico moderno e sustentado em diversos países.

Em meados do século XIX, a economia britânica começou a apresentar um PIB per capita crescente, de forma contínua, embora a população também continuasse a expandir-se. Apesar dos altos e baixos das guerras e dos ciclos econômicos, não se verificaram reversões graves no crescimento.

Os coautores buscam apresentar as razões tanto para a localização do crescimento econômico moderno e quanto de seu tempo histórico. Dados alguns dos pré-requisitos institucionais para o crescimento, a controvérsia é sobre *quando, onde e por qual razão*.

Acima de tudo, a principal mudança revolucionária na industrialização foi a aceleração na taxa de inovação. Garantiu o crescimento econômico não se esgotar. Novas e importantes tecnologias surgiram na Grã-Bretanha na virada do século XVIII para o XIX.

Possuía vários pré-requisitos importantes:

1. a ascensão de uma sociedade orientada para o mercado e as suas implicações para a oferta de trabalho e os padrões de consumo,
2. a dimensão da economia nacional,
3. a agricultura comercial,
4. a cultura e as normas sociais, e

5. a economia de comércio transatlântica.

Fatores distintos entre a Grã-Bretanha dos seus rivais holandeses incluem o seu elevado nível de capacidade estatal e o seu papel dominante no comércio transatlântico do produzido por escravos nas colônias. A inovação foi uma resposta aos altos salários e ao capital e à energia baratos. Os desenvolvimentos culturais e intelectuais na sociedade britânica e europeia, juntamente com o aumento do capital humano e das competências, foram responsáveis pela industrialização da Grã-Bretanha.

Sua economia doméstica podia ser descrita como uma *economia de mercado*. As atividades econômicas eram orientadas em torno do intercâmbio de mercado.

Todas as sociedades de grande escala dependem, até certo ponto, dos mercados. Mesmo na União Soviética havia trocas de mercado, tanto legais como as muitas no "mercado negro" (paralelo). Em lugar do planejamento central de todas as atividades é mais adequado permitir os mercados desempenharem um papel-chave na alocação de capital e demais fatores de produção, senão na alocação de bens finais.

Em 1700, a Grã-Bretanha tinha *uma economia de mercado totalmente desenvolvida*. A expansão e a melhoria da integração dos mercados internos foi obtida com uma rede nacional de estradas e canais fluviais.

Outra característica de uma sociedade de mercado surgiu neste período: *a ascensão do consumidor*. Houve um afastamento da produção e do consumo dentro das famílias para uma produção e um consumo orientados para o mercado. Foi uma mudança radical na forma como as pessoas consumiam bens e serviços – *da autossustentância para o varejo*.

As famílias se tornaram participantes mais ativos na economia de mercado, tiveram de trabalhar mais tempo para ganhar os salários necessários para comprar todos os bens novos e acessíveis. Novas oportunidades de consumo significaram menos bens produzidos na economia familiar. Podiam a comprar bens sem substitutos domésticos.

Durante o século XVII e início do século XVIII, houve um aumento nos fatores de trabalho, tanto nas horas de trabalho como no número de dias trabalhados. A razão, segundo a narrativa neoliberal, foi “os trabalhadores trabalharem mais porque queriam rendimentos adicionais para aproveitar novas oportunidades de consumo”!

Não falam na exploração abusiva da força de trabalho com péssimas condições de trabalho fabris. No século XIX, não houve aumento significativo nos salários reais ingleses.

“Esta maior vontade de trabalhar mais horas pelos salários necessários para a aquisição de novos bens de consumo pode ser vista como uma pré-condição para a ascensão do sistema fabril”. Afinal, “as fábricas exigiam grandes investimentos em capital fixo. Isso só valeria a pena se houvesse uma força de trabalho disposta a ocupar as fábricas e, se necessário, trabalhar longas e exaustivas horas”. *Caso contrário, ela morreria de fome...*

No século anterior à Revolução Industrial, a agricultura inglesa foi muito mais comercial em relação ao resto da Europa. A produção era voltada para o mercado. A maioria dos trabalhadores era composta trabalhadores assalariados.

As explorações agrícolas eram grandes em comparação com a Europa continental, o que lhes permitia explorar *economias de escala*. Em meados do século XVIII, a Inglaterra era um grande exportador de alimentos. Esta agricultura “capitalista” distinta foi uma pré-condição importante para a Revolução Industrial.

“O aumento da produtividade agrícola entre 1500 e 1700 no noroeste da Europa (Inglaterra) ajudou a banir o espectro da fome”. Também ajudou a sustentar um grande aumento na proporção da população habitante nas cidades. Afinal de contas, o *desenvolvimento urbano-industrial* só é possível quando existe um excedente agrícola suficientemente grande para alimentar todos os habitantes das cidades. Depois, durante a Revolução Industrial, a Grã-Bretanha tornou-se *um importador líquido de alimentos*.

Nas Ilhas Britânicas, as instituições políticas proporcionaram uma certa estabilidade depois da Revolução Gloriosa de 1688 com consequências políticas e econômicas. Na esfera política, a Monarquia

Parlamentarista (ou constitucionalista) permitiu o endividamento público. Também resultou em maior poder fiscal e militar.

As instituições políticas por si só não podem explicar por qual razão a Grã-Bretanha se industrializou primeiro. A Revolução Industrial foi a onda de inovações a partir da segunda metade do século XVIII, dada sua grande oferta de trabalhadores qualificados.

Embora *a estabilidade política* britânica e *a proteção dos direitos de propriedade* fossem importantes, não podem explicar plenamente esse desenvolvimento. Lá tinha direitos de propriedade intelectual com um sistema de patentes usado para proteger a inovação.

Os cidadãos britânicos podiam sentir-se relativamente seguros de as suas propriedades, inovações e produção industrial não serem apreendidas por um governo ou qualquer outra pessoa com poder coercitivo. No Poder Legislativo parlamentar, havia restrições suficientes sobre o Poder Executivo para a população se sentir bem protegida contra violações dos direitos de propriedade individual.

Distinguia-se da coroa espanhola e/ou portuguesa. Estavam sempre dispostas a transgredir os direitos de propriedade, especialmente os dos seus comerciantes. Regularmente, renegaram as suas dívidas e confiscaram tesouros provenientes do comércio transatlântico. Venderam (por bom dinheiro) aos comerciantes estrangeiros privilégios sobre os comerciantes nacionais. Pisotearam os direitos das minorias religiosas como os judeus perseguidos e expulsos para a Holanda ou o Brasil.

A *ascensão da economia transatlântica* mudou o panorama econômico da Grã-Bretanha. A nova orientação do comércio internacional para oeste alterou a estrutura e a geografia da economia britânica. Com exceção de Londres (a maior cidade do mundo em 1800), a geografia econômica da Grã-Bretanha deslocou-se para o Noroeste.

Produtos novos, exóticos e viciantes foram introduzidos na Europa pelo comércio atlântico, especialmente chá, tabaco e açúcar – este a importação mais importante. Esses bens eram antes luxos, mas logo se tornaram acessíveis à população em geral.

Como a Grã-Bretanha construiu uma indústria têxtil de algodão líder mundial? Críticos apontam as políticas de colonialismo agressivo no exterior e a intervenção estatal, regulação e coerção contra a força de trabalho no país.

Não se pode reduzir a Revolução Industrial apenas à essa indústria. As indústrias de exportação são normalmente vistas como *motores-chave do crescimento econômico*. As exportações são os preços pagos pelas importações: ambas crescem juntas. Na verdade, a importância do comércio para a Revolução Industrial Britânica foi considerável, mas não tão significativa a ponto de justificar ser descrita como crítica ou essencial.

O tamanho dos mercados, especialmente dos mercados urbanos, expandiu-se consideravelmente na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII. Isto desempenhou um papel importante ao permitir a especialização regional e promover o crescimento. O Estado britânico estava empenhado no livre comércio interno, sem dúvida, devido à preeminência das elites econômicas no Parlamento com a Monarquia Constitucionalista.

A capacidade estatal da Grã-Bretanha era incomparável na Europa. Ao contrário da Holanda, foi capaz de financiar numerosas guerras com a França. Sustentou enorme dívida pública sem recorrer a níveis draconianos de tributação. Enfim, a equação chave foi Desenvolvimento = Estado + Mercado + Comunidade (força de trabalho educada).

Como os Estados Unidos ficaram ricos

Mark Koyama e Jared Rubin, no livro *“How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth”* (Polity Press, 2022), fazem uma série de estudos de casos bem-sucedidos – e discriminam *en passant* os países malsucedidos em ficarem ricos. Entre os primeiros, além da Inglaterra da Revolução Industrial, destacam mais os EUA, é claro!

Na segunda metade do século XIX, os EUA tornaram-se a grande economia com crescimento mais rápido no mundo. No início do século 20, tinha a maior economia e o mais alto padrão de vida do

mundo. Por qual razão os EUA foram o primeiro a alcançar e depois ultrapassar o Reino Unido como líder econômico mundial?

Na primeira metade do século XIX, o crescimento foi impulsionado por aumentos no território conquistado pelo genocídio dos nativos e nos recursos naturais por trabalhador. Atraiu imigrantes por terras e recursos naturais serem acessíveis a quem os conquistasse – e os mantivesse com uso de armas. Obteve assim rápido crescimento populacional.

Os coautores não se referem às diferentes legislações e políticas de distribuição de terras implementadas nos Estados Unidos. Foram um contraste com o ocorrido no Brasil, em meados do século XIX.

O *Homestead Act* de 1862 foi uma legislação promulgada em 1862, durante a Guerra Civil americana. Permitia os cidadãos americanos, incluindo imigrantes, reivindicarem até 160 acres (aproximadamente 65 hectares) de terra pública, caso construíssem uma residência e fizessem melhorias na propriedade.

O *Homestead Act* teve um impacto significativo na expansão para a conquista do oeste norte-americano. Milhões de pessoas se estabeleceram em terras anteriormente inexploradas com o incentivo à agricultura e à ocupação de vastas áreas. Esse processo contribuiu para o crescimento econômico, mas também provocou o genocídio das populações indígenas nativas, cujas terras foram usurpadas.

A Lei de Terras de 1850, no Brasil, visava estabelecer regras para a aquisição de terras públicas. Diferentemente do *Homestead Act* dos EUA, exigia o pagamento pelas terras, dificultando o acesso para a população mais pobre, seja imigrante, seja de ex-escravos.

Ela contribuiu para a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, dificultando o acesso à terra para pequenos agricultores. Pela formação de latifúndios em uma estrutura agrária concentrada, teve implicações sociais e econômicas perenes.

Em síntese, enquanto o *Homestead Act* dos Estados Unidos buscava promover a ocupação e desenvolvimento de vastas extensões de terras através da concessão gratuita para colonos, caso defendessem as propriedades, a Lei de Terras no Brasil buscava

regulamentar a venda de “terras públicas” *a priori* consideradas do Império.

Após a independência diante da Inglaterra, em 4 de julho de 1776, o comércio internacional dos EUA cresceu e houve um rápido crescimento populacional em busca de se expandir para o oeste. Dois aspectos deste desenvolvimento destacaram-se: a emergência do Sul como um grande exportador de algodão e a ascensão do Nordeste como centro manufatureiro.

A demanda por escravos aumentou porque o algodão produzido por eles era altamente lucrativo. Fez fortuna para fazendeiros no Sul. Expandiram-se da Virgínia e da Carolina do Norte para Louisiana, Mississippi e Alabama. São estados conservadores até hoje...

A existência da escravidão retardou a industrialização e a urbanização do Sul. Limitou o tamanho do mercado local, tornando a produção industrial ainda menos atrativa.

No Nordeste, as tecnologias da Primeira Revolução Industrial se espalharam mais cedo. A rápida difusão de novas ideias a partir da Grã-Bretanha foi facilitada por uma *cultura anglo* compartilhada, ligando-a aos ex-colonos dos EUA. Os atributos culturais requisitados não foram obstáculos na “Nova Inglaterra,” dada essa herança.

Os EUA foram, inicialmente, *copiadores tecnológicos*. Em meados do século XIX, a indústria de transformação americana atingiu níveis muito elevados de produtividade, mas ainda representava apenas uma pequena parte da economia. Só a partir da década de 1880 ela se tornou a força motriz do crescimento econômico americano.

O argumento centrado nos *preços relativos dos fatores* cabe nos EUA. Os salários reais eram elevados, no Leste da América, devido à grande emigração para o Oeste. Como a energia hídrica e outros recursos naturais, como a madeira, eram abundantes, pelo alto custo da mão de obra surgiu um forte incentivo para *a inovação poupadora de trabalho* através da aplicação de engenharia inventiva em mecanização.

Outra pré-condição, destacada por Koyama e Rubin, era existir lá *um governo limitado e representativo*. Foi importante para o

fornecimento de bens públicos, especialmente para as redes de transportes ferroviários e demais obras de infraestrutura.

Entre outras, o Canal Eire, construído em 1825, conectou o lago Erie ao rio Hudson, ou seja, os Grandes Lagos, próximos à fronteira com o Canadá, ao estado de Nova Iorque. O resultado desse canal fluvial foi a expansão do comércio inter-regional e a ascensão de um mercado interno integrado para produtos manufaturados.

Os maiores investimentos foram em *ferrovias*, financiadas com recursos públicos e privados. No caso, através de emissões no mercado de ações, cuja Bolsa de Nova York foi fundada em 1792. As estradas-de-ferro contribuíram para a integração dos EUA.

Uma segunda forma pela qual as *instituições políticas* dos EUA desempenharam um papel importante foi através do investimento na *educação pública formal*. No Sul, os grandes proprietários mantinham a sua força de trabalho sem instrução. No Norte, ao contrário, os industriais requisitavam uma força de trabalho mais produtiva. Este *aumento do capital humano* foi central para o crescimento americano no século XX.

Os EUA empregaram *tarifas protecionistas*. Os defensores delas viam-nas como uma proteção das “indústrias nascentes” da concorrência estrangeira. Os críticos neoliberais dizem *a posteriori*: as tarifas apenas aceleraram um processo possível pelo *laissez-faire*.

A *cultura religiosa* também teria um conjunto de valores adequados ao crescimento econômico. No entanto, é frágil ou ideológica a evidência de uma *ética de trabalho protestante* específica, independente dos efeitos da *educação* e do *capital humano*.

Havia sim *a atitude geral de achar o comércio* ser um meio para a mobilidade social. Como os EUA não tinham uma aristocracia hereditária, não possuía normas sociais inibidoras do comércio e encorajadoras dos bem-sucedidos a comprar terras e a ingressar na nobreza, como acontecia no Reino Unido.

O *individualismo americano* teve um efeito inibidor na política, nas regras fiscais e no estado de bem-estar social do país. A vontade dos americanos de se deslocarem para a fronteira tecnológica refletiu

uma crença cultural na possibilidade de melhoria econômica de cada indivíduo por conta própria sem apoio ou proteção estatal.

A imigração contribuiu para o *crescimento dos mercados internos*. Forneceu a grande força de trabalho com o capital humano necessário para os EUA se tornarem um importante *centro industrial*. Grande parte dos inventores norte-americanos era composta por imigrantes ou imigrantes de segunda geração.

Outro caminho para a industrialização foi iniciado na Rússia. Este caminho baseou-se no *comando e controle* – e não nos mercados livres à América, comparam Koyama e Rubin.

Segundo esses coautores, após a Primeira Guerra Mundial (1914–18), a Revolução Russa (1917) e o início da Guerra Civil Russa (1917–22), “Lenin impôs *uma política de comunismo de guerra*. Isto efetivamente aboliu os mercados e a propriedade privada e produziu fome e miséria”.

A economia soviética começou a recuperar sob a Nova Política Econômica, quando se permitiu um renascimento da atividade de mercado. Depois, Stalin acelerou rapidamente o processo de industrialização militar, através da coletivização da agricultura e de uma série de Planos Quinquenais. Teve um custo humano catastrófico.

Koyama e Rubin se lamentam o ritmo acelerado dessa industrialização soviética ter proporcionado um caminho alternativo, para *outros países em desenvolvimento*, no período imediato do pós-guerra. O Estado soviético conseguia fornecer bens públicos básicos, destacadamente, excelente educação técnica e cuidados essenciais de saúde.

Contudo, este ritmo acelerado de industrialização com planejamento central não pôde ser sustentado. A centralização de todas as decisões econômicas nas mãos de um ditador ou uma nomenclatura tecnocrata-militar produziu o caos, lá e cá.

A corrupção e a *rent-seeking* tornam-se endêmicas. Esta “busca de renda” é uma tentativa de obter renda pela captura da regulação das condições nas quais as atividades econômicas ocorrem em vez de

agregar valor aos produtos. Nomeia práticas de influência no setor público para garantir benefícios privados – e não para a sociedade.

Como o Japão e os Tigres Asiáticos ficaram ricos

Mark Koyama e Jared Rubin reconhecem: *o mundo inteiro não é realmente rico*. Mais de um bilhão de pessoas ainda vivem em pobreza extrema. A erradicação dessa pobreza deveria estar entre os principais objetivos da civilização.

O mundo como um todo certamente ficou muito mais rico nos últimos 200 anos. Os frutos destas riquezas espalharam-se, finalmente, muito além da Europa e dos EUA. Também se espalharam muito além de pequenos grupos de elites como visto na Ásia.

Repetem o típico argumento neoliberal em defesa do capitalismo sem fazer uma crítica construtiva em busca de uma melhor alternativa: “a condição para quase todos os seres humanos sobreviventes, antes de 1800, era a pobreza ou quase pobreza. Isto mudou ao longo do século XX e continua a mudar no presente. A Ásia está se tornando mais rica e, como tal, o mundo se torna mais rico”.

Em muitas partes do mundo, a colonização desempenhou, sem dúvida, um papel crucial no atraso dessa convergência. Colônias com escassez de mão de obra e abundância de terras na América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Argentina emergiram no fim do século XIX. Atraíram grandes quantidades de migrantes e capital – e algumas submergiram por suas instituições extrativistas – expoliam a renda da maioria em favor de uma minoria – e não *inclusivas* – fomentam a atividade econômica empregadora.

Por exemplo, a Índia, a maior das antigas colônias (incluía o atual Paquistão e Bangladesh), também permaneceu pobre, embora o seu crescimento tenha melhorado nas últimas décadas. A percentagem urbana da sua imensa população (com baixíssima renda per capita) era apenas 8,7% em 1870. Uma confluência de fatores foi responsável pelo declínio econômico da Índia, entre outros, o agravamento das condições climáticas, múltiplas invasões e guerras endêmicas, prolongadas com pilhagens.

As tentativas de instituir um sistema de direitos de propriedade tiveram como consequência involuntária a criação de uma casta de

proprietários. Os mercados de fatores de produção, especialmente os mercados de crédito, permaneceram subdesenvolvidos e os agricultores locais continuaram dependentes de agiotas.

A Índia continuou a ser produtora de produtos primários e importadora de bens manufaturados britânicos. Na independência, em 1947, apenas 17% da população tinha alfabetização básica – muito atrás até de países como o Brasil. Hoje, dez das onze cidades mais poluídas do mundo estão na Índia.

Mas o crescimento recente contribuiu para a redução da pobreza. A percentagem de indianos na pobreza extrema diminuiu de 61,6% em 1977 para 21,2% em 2011.

O primeiro país não-ocidental a alcançar um crescimento econômico sustentado foi o Japão. Após a Restauração Meiji em 1868, ao remodelar toda a sociedade japonesa, implementou um rápido programa de construção do Estado e industrialização.

Não foi necessário “reinventar a roda”. Pode copiar a tecnologia dos países líderes. Para estar em posição de o fazer, o país tinha um certo conjunto de pré-condições institucionais e culturais.

O investimento no capital humano é afetado tanto pelas *instituições* (requer financiamento) como pela *cultura* (ajuda se a educação for valorizada). Estes não foram impedimentos no Japão com a oferta de bens públicos.

As reformas implementadas após a Restauração Meiji foram radicais. Foi um dos exemplos mais notáveis de modernização do Estado. O governo Meiji estabeleceu um sistema de educação obrigatória e aumentou significativamente os impostos.

As corporações profissionais e as proteções locais foram abolidas de modo a criar um mercado de trabalho único e unificado. O Estado favoreceu as empresas tanto na sua política fiscal como nas suas políticas regulatórias, inclusive dando apoio à formação de grandes conglomerados industriais conhecidos como *zabatsu*.

Embora fosse *pró-negócios*, o governo Meiji não era protecionista. O Japão tornou-se altamente integrado na economia mundial, passando da produção interna de uma vasta gama de produtos para a importação de produtos caros e a exportação de

produtos produzidos de forma mais barata. No início do século XX, a estrutura da economia japonesa já se assemelhava à dos líderes industriais, embora fosse muito mais pobre.

Antes, *faltava educação superior*. Em 1864, o Xogunato enviou estudantes para estudar em universidades ocidentais. Durante o período Meiji, houve a introdução de um sistema educacional de três níveis baseado em modelos ocidentais. Com o tempo, os japoneses aprenderam modificar as tecnologias ocidentais para torná-las apropriadas aos seus preços dos fatores.

O Japão carecia de recursos naturais – em particular, carecia de carvão, petróleo e gás. Para a sua produção se desenvolver, precisava de acesso aos mercados internacionais. No entanto, sofreu com a Grande Depressão e conseqüente protecionismo em todo mundo.

Esta crise econômica alimentou a linha militar japonesa. Procurou isolar o país dos choques econômicos globais através da busca de um império na Ásia continental. Esta estratégia teve resultados catastróficos na Segunda Guerra Mundial.

O crescimento do pós-guerra retomou o caminho traçado no período Meiji. A economia japonesa conseguiu entrar em *novas indústrias de alta tecnologia*, onde tinha uma vantagem comparativa, devido à sua mão-de-obra qualificada. Na década de 1980, o Japão já era rico com uma das principais economias do mundo.

Por qual razão os *Tigres do Leste Asiático* enriqueceram? Tal como o Japão, estes países (Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan) não precisaram de “reinventar a roda”. Os países pobres e distantes da fronteira tecnológica necessitam ser capazes de alcançar um rápido crescimento econômico através da importação de novas ideias e tecnologias.

Taiwan, Singapura e Coreia do Sul carecem de recursos naturais, especialmente, petróleo e gás. Mas a *geografia econômica* colocou-os juntos de centros e aglomerações econômicas. Os países próximos uns dos outros têm maior probabilidade de negociar entre si no chamado “*modelo gravitacional*” de comércio com menor custo de transporte.

Não estão apenas geograficamente próximos do Japão, mas também foram governados ou ocupadas por ele. Como resultado, estas economias do Leste Asiático estavam bem-posicionadas para seguir o caminho iniciado pelo Japão.

As economias do Leste Asiático eram todas relativamente pequenas. Foram, portanto, forçados a confiar nos mercados internacionais. Não caíram na armadilha, na qual muitos países em desenvolvimento de maior dimensão caíram, de depender de tarifas protetoras e subsídios para apoiar as empresas industriais nacionais.

As tarifas protecionistas e os subsídios pareciam plausíveis em países com grandes mercados internos, como o Brasil e a Índia. Tais políticas poderiam funcionar (como nos EUA do século XIX), mas na prática protegeram os fabricantes nacionais, com defasagem tecnológica, da ameaça da concorrência internacional e incentivaram a *rent-seeking* e a corrupção. Por sua vez, os países pequenos necessitam confiar nos mercados internacionais.

Os Tigres da Ásia Oriental não eram inicialmente democráticos. A Coreia do Sul e Taiwan permaneceram ditaduras até a década de 1980. A economia sul-coreana também foi sujeita à disciplina dos mercados mundiais.

A democratização seguiu o crescimento econômico – e não o precedeu. Uma série de diferentes acordos institucionais evoluiu para restringir os governantes, resolver problemas de ação coletiva e permitir compromissos credíveis internacionalmente com os grupos *chaebols*. Essas elites restringiram os instintos predatórios dos governantes.

O Estado desempenhou um papel fundamental na mobilização de recursos, forçou a poupança a aumentar e encorajou a industrialização. A dependência das exportações é uma característica unificadora das experiências dessas quatro economias asiáticas.

No entanto, os coautores não explicam como os Tigres Asiáticos tornaram-se *centros financeiros significativos*. Não contribuíram para seu rápido desenvolvimento econômico? Esses historiadores econômicos não se intrometem na área financeira...

As normas culturais influenciadas pelo ideal confucionista chinês de uma classe dominante instruída favoreceram o investimento em capital humano. Enquanto investiam fortemente no capital humano, as sociedades do Leste Asiático passaram por uma transição demográfica, desacelerando o crescimento populacional. Passaram de famílias numerosas para pequenas com crianças de elevado nível de escolaridade.

Até qual ponto o sucesso dos Tigres da Ásia Oriental é replicável? “A China foi capaz de replicar muitos aspectos do modelo econômico do Leste Asiático após a sua experiência desastrosa com o comunismo”, segundo os anticomunistas Koyama e Rubin, embora em uma escala muito maior. Contudo, para países de outras partes do mundo com histórias, culturas e geografias diferentes, as lições do milagre da Ásia Oriental podem ser mais limitadas.

Como a China ficou rica

Preconceituosamente, Mark Koyama e Jared Rubin, no tópico do livro *“How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth”* (2022) onde estudam o caso chinês, o título é “Como a China está ficando rica”. Ora, já lidera o ranking de PIB PPC (Produto Interno Bruto por Paridade do Poder de Compra)!

Um erro contumaz das comparações entre países, também cometido nesse livro, é o *reducionismo* de tudo ao ranking de PIB PC (Per Capita). Evidentemente, nesse tipo de comparação, os países com grande população não se destacam, exceto os EUA. As maiores rendas per capita são de São Luxemburgo (650 mil pessoas), Bermudas (600 mil), Noruega (5,5 milhões), Irlanda (5,1 milhões), Suíça (8,5 milhões), Catar (2,8 milhões), Singapura (5,6 milhões) – e aí aparece os Estados Unidos com 333 milhões pessoas em 8º. lugar com PIB PC de US\$ 80.412 em 2023.

A *abertura ao comércio internacional* (exportação + importação como % do PIB), em 2018, listava a mais elevada em Hong Kong: 376,9%. Acima de 300% tinham Luxemburgo, Singapura, São Marinho, Malta, Jibuti. A Índia estava em 150º. (43,6%), Indonésia em 152º. (43%), China em 156º. (37,6%), Japão em 158º. (36,6%), Brasil em 165º. (28,9%) e Estados Unidos em 167º. (27,6%). Estes últimos são “economias fechadas”?!

A China é a maior exportadora do mundo: cerca de US\$ 3,7 trilhões em 2022. A brasileira é a 22ª. com US\$ 384,9 bilhões. Em comparação, Hong Kong (distrito da China) registrou exportação de US\$ 697,6 bilhões (13º.), mas Luxemburgo com US\$ 172,5 bilhões ficou em 33º. lugar: suficiente para lhe dar a maior renda per capita.

Koyama e Rubin dizem: “depois de décadas de má gestão, fome e perseguição por parte do *regime comunista* terem produzido empobrecimento em massa, o crescimento das últimas quatro décadas retirou cerca de um bilhão de chineses da extrema pobreza”. Em 1990, 66,2% dos chineses ganhavam menos de US\$ 1,90 por dia e 98,3% da população ganhava menos de US\$ 5,50 por dia. Em 2016, esses indicadores de extrema-pobreza e pobreza passaram, respectivamente, para 0,5% e 23,9% da população chinesa.

Em país com cerca de 1,412 bilhão de habitantes, esse fenômeno é inédito na história socioeconômica mundial. *Nunca tantos saíram da pobreza tão rapidamente.*

A divergência entre a China e o Ocidente tem de ser explicada em termos de fatores relevantes depois de 1750. A dimensão da China (3º. maior território no mundo) e o elevado grau de centralização política facilitaram a integração do mercado.

Os impostos eram baixos na China imperial. Quanto à importância de uma administração tolerável da justiça, a China já era governada por uma grande burocracia meritocrática. Na verdade, o sistema de exames públicos chinês foi o modelo para a introdução de burocracias profissionais em Inglaterra e mais tarde nos EUA.

Apesar destas aparentes vantagens, em vez de experimentar um crescimento econômico sustentado após 1750, a China entrou em declínio. Derrotada pela Grã-Bretanha nas Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-60), a China foi forçada a ceder Hong Kong e a permitir as potências coloniais ocidentais estabelecerem entrepostos comerciais em seu Império.

Existem inúmeras causas imediatas deste colapso. Estas incluem o fracasso político das elites e uma “crise malthusiana”, provocada por uma população em rápido crescimento e recursos alimentícios limitados. Mas a causa mais profunda foi *a ausência de*

inovação sustentada. As razões para isso foram institucionais e culturais como a autossuficiência.

Nas instituições políticas da China, o imperador era relativamente livre de restrições, em contraste com a Europa Ocidental, onde as cidades tinham autonomia e os parlamentos contestavam o governo do soberano. Mais importante ainda foi a *fragmentação competitiva* da Europa. Permitiu bens e pessoas se deslocarem para vizinhanças mais favoráveis às vendas e à proteção. Tal possibilidade não se tinha na China imperial.

Embora a burocracia imperial fosse meritocrática, estava sujeita à discricionariedade do Imperador. A China era governada por uma rede centralizada, hierárquica e *hub-and-spoke* (um modelo de rede para o gerenciamento de comunicação ou segurança), com o imperador no centro. No entanto, impedia o fluxo de informações entre diferentes nós da rede, desencorajava a inovação e tornava todo o império vulnerável ao colapso do sistema.

O ambiente institucional e cultural chinês não era propício à inovação. Os alunos mais brilhantes tiveram incentivo para seguir a *educação confucionista* com pouca aplicação prática à ciência ou à tecnologia. Privilegiava conhecer os escritos dos antigos clássicos.

A falta de concorrência ou de um fórum de debates, para encorajar a inovação, acabou por impedir algo como a Revolução Científica ou o Iluminismo ocorrer na China. as *culturas baseadas no parentesco*, como nos clãs dinásticos chineses, tinham certas vantagens e desvantagens sobre as *culturas individualistas*. Ofereciam uma rede de segurança maior às custas do desenvolvimento institucional.

Na Europa Ocidental medieval, as corporações profissionais (*guildas*) prestavam ajuda mútua. Na China, os *clãs* tinham esse papel com apoio dinástico.

Dada a ausência do clã, no Ocidente, havia uma maior necessidade de partilha de riscos interpessoais e de partilha de recursos financeiros. Na China, o clã mitigava estes riscos e havia menos necessidade de serviços bancários.

Até a adoção da política do filho único, em 1979, a China tinha uma elevada taxa de natalidade e mortalidade com a *perspectiva malthusiana* resultando em poucas alterações no rendimento per capita. Explica por qual razão a China permaneceu pobre, apesar de ter a liderança tecnológica mundial durante o período medieval.

Uma conquista do período comunista (1949-....) foi construir com sucesso um Estado centralizado moderno. Mas isso teve um enorme custo humano. O período comunista assistiu à coletivização forçada da agricultura e a uma série de Planos Quinquenais, culminantes no desastroso *Grande Salto em Frente* (1958–62) com fome e mortandade.

Mao e os seus conselheiros acreditavam em acelerar o processo de crescimento contornando o *mecanismo de mercado*. A coletivização era assim vista como um meio para aumentar enormemente a produção e possibilitar o Estado recolher e transportar o excedente para alimentar a população urbana. Foi uma tentativa equivocada de impulsionar a industrialização em cidades.

A coletivização viu a produtividade despencar, porque o *conhecimento tácito*, possuído pelos agricultores camponeses dos seus solos locais, foi perdido quando foram conduzidos a fazendas coletivas. Acabou também o incentivo das vendas particulares.

Sob Deng Xiaoping, o líder chinês cujas reformas orientadas para o mercado se iniciaram em 1979, o país inverteu com sucesso a direção anterior de natureza autocrática e altamente centralizada do regime comunista. Ocorreu mesmo lá não havendo restrições ao Poder Executivo para a promoção do crescimento.

Tal como o Japão e os Tigres da Ásia Oriental, a China não precisou de “reinventar a roda” da industrialização. Trouxe fatores de produção industriais e conhecimentos de gestão do exterior, através da abertura ao Investimento Estrangeiro Direto (IED), atraído pela abundante mão-de-obra mal remunerada e o potencial mercado (interno e externo).

As reformas econômicas da China podem ser divididas em dois períodos: as primeiras reformas entre 1978 e 1995 e as reformas pós-1995. O primeiro conjunto de reformas *desmantelou muitos aspectos da economia comandada* pelo PCCh, por exemplo, com o

renascimento da agricultura familiar e comercial com maior produtividade.

As reformas pós-1995 envolveram uma *privatização generalizada*. A participação do Estado na produção industrial diminuiu de quase 50% em 1995 para 24% em 2008.

Houve também uma expansão na *proteção legal da empresa privada*. Não havia Estado de Direito na China pré-reforma. Quando uma *economia de mercado* foi reintroduzida, um sistema jurídico correspondente teve de ser desenvolvido.

Apesar da oposição comunista aos *direitos de propriedade privada*, as reformas conseguiram criar um conjunto de direitos de usufruto possíveis de ser comprados, vendidos, hipotecados ou transferidos, nos quais o Estado, entretanto, mantém a propriedade formal. Assim, no mercado imobiliário, antes em expansão da China, tecnicamente ninguém “possui” a sua moradia, mas sim *um longo arrendamento residencial*, tipo *leasing* ou locação social.

Outro aspecto chave da ascensão da China foi a sua maior *abertura ao comércio global*. O estabelecimento de zonas econômicas incentivou o IED no país.

Sua *cultura*, uma característica histórica, favoreceu o crescimento da China. Tal como o Japão e outros países do Leste Asiático, sua cultura via a educação como um meio de ascensão econômica e social. Enviou milhares de universitários para fazer pós-graduações no exterior e retornarem com o conhecimento necessário ao país.

Quando a China abandonou o comando e o controle centralizado de toda a economia, também desafiou o Consenso de Washington da década de 1990. Enfatizava a privatização e a desregulamentação. O ritmo de crescimento econômico da China foi mais rápido do que dos países em desenvolvimento obrigados a adotá-lo.

Deng Xiaoping, ao liderar a China entre 1978 e 1989, recorreu ao pragmatismo dos chineses. Para eles, *“bom governo significa governo legítimo”*. Disse: “não importa a cor do gato, o que importa é se ele sabe caçar ratos”.

Daí eles não definem se têm um Socialismo de Mercado ou um Capitalismo de Estado. Dizem apenas ser “um socialismo com características chinesas”. *Enricaram assim...*

Capítulo 4. Debate sobre Reforma de Mercado

Como a China Escapou da Terapia de Choque

Como a China Escapou da Terapia de Choque: O Debate da Reforma de Mercado (São Paulo: Editora Boitempo: original 2021; 472 páginas), livro de autoria de Isabella M. Weber, é de leitura muito oportuna para entender *como a China ficou rica*. A China contemporânea é a maior exportadora (US\$ 3,714 trilhões em 2022) no capitalismo globalizado, bem à frente da Alemanha (US\$ 2,078 trilhões) e dos Estados Unidos (US\$ 2,064 trilhões).

O crescimento da China acima dos demais países ocorreu por ter evitado uma convergência institucional com o neoliberalismo. Escapou da *universalização do modelo econômico "ocidental"*. A *mercantilização gradual* facilitou a ascensão econômica da China sem levar à assimilação generalizada.

Orientada pelo Estado da China, não foi uma escolha "natural", predeterminada pela excepcional história chinesa. Na primeira década de "reforma e abertura", sob Deng Xiaoping (1978-1988), a abertura comercial da China foi forjado em um debate acirrado entre economistas defensores de uma liberalização ao estilo da *terapia de choque* e os promotores da *mercantilização gradual*.

O contraste entre a ascensão da China e o colapso econômico da Rússia é ilustrada pela *terapia de choque* – uma prescrição de política econômica essencialmente neoliberal – aplicada à economia russa, antes a maior do *socialismo de Estado*. As posições da Rússia e da China, na economia mundial, foram invertidas, desde quando implementaram *diferentes modos de mercantilização*.

A Rússia sofreu a *desindustrialização*, tornando-se apenas exportadora de energia, enquanto a China se tornou a *oficina industrial* do capitalismo mundial. Dado o baixo nível de desenvolvimento da China, em comparação com o da Rússia, no início da reforma, a *terapia de choque* teria provavelmente causado sofrimento humano em escala ainda mais extraordinária diante do ocorrido na Rússia. Teria minado, se não destruído, os alicerces da ascensão econômica da China.

Isabella Weber destaca o papel fundamental desempenhado pelo debate econômico nas reformas de mercado da China ser largamente ignorado. Ela se pergunta *por quais motivos intelectuais a China escapou à terapia de choque*.

O desvio da China do ideal neoliberal não ocorreu por causa da dimensão do Estado chinês, mas sim devido à natureza da sua governança econômica. Um Estado neoliberal não é pequeno nem fraco, mas sim forte quanto ao seu objetivo de fortalecer o mercado.

Nos termos mais básicos, significa *a proteção dos preços livres como mecanismo econômico central* para estabelecimento do “equilíbrio dos preços relativos”. Em contraste, *o Estado chinês utiliza o mercado como uma ferramenta* no alcance dos seus objetivos de desenvolvimento mais amplos.

Preserva um grau de soberania econômica capaz de proteger a economia da China diante do mercado global, como demonstraram as crises financeiras asiáticas de 1997 e a GCF (Grande Crise Financeira) de 2008. A abolição do “isolamento econômico” era o objetivo neoliberal e por isso a atual governança global foi concebida para pôr fim a qualquer protecionismo de mercado nacional contra o mercado global.

A recusa da China em adotar a terapia de choque significou seu Estado manter *a capacidade de isolar os postos de comando da economia* – os setores mais essenciais para a estabilidade dos preços e o crescimento econômico – enquanto se integrava no capitalismo global.

Isabella Weber recapitula, brevemente, *a lógica da terapia de choque*. Era um pacote abrangente de políticas a serem implementadas de uma só vez para *transformar de repente as economias planificadas em economias de mercado*. O pacote consistia em:

- (1) liberalização de todos os preços em um só *big bang*,
- (2) privatização,
- (3) liberalização comercial e

- (4) estabilização, sob a forma de políticas monetárias e fiscais restritivas.

Até hoje, a liberalização de preços é complementada com austeridade fiscal recessiva.

Os terapeutas do choque pregavam a plena liberalização dos preços internos como pré-condição. Acima de tudo colocavam a *determinação dos preços pelo livre-mercado*.

A razão mais profunda para a tendência de liberalização dos preços residia no conceito neoclássico do mercado ser visto apenas como *um mecanismo de preços*, abstraindo as realidades institucionais. Nessa perspectiva, o mercado é a única forma de organizar racionalmente a economia e o seu funcionamento depende de preços livres. Só.

A liberalização de todos os preços de uma só vez corrigiria a *distorção dos preços relativos* – uma herança estalinista na Rússia – demasiado baixos para a indústria pesada de bens de capital e demasiado elevados para a indústria leve de bens de consumo e serviços. Uma transição bem-sucedida, para uma *economia de mercado*, exigiria a liberação de preços para orientar a alocação de recursos.

Essa liberalização dos preços do atacado (produtores) teria de ser combinada com uma política de estabilização para controlar o nível geral de preços do varejo (consumidores). Segundo os neoliberais, as verdadeiras causas da inflação persistente nas economias socialistas estatais eram o excesso de demanda, devido a grandes déficits orçamentários com a “restrição fiscal branda”, políticas monetárias com “dinheiro farto e barato”, e aumentos salariais resultantes da política de desemprego zero.

Na opinião dos terapeutas de choque, esses problemas poderiam ser aliviados por uma “forte dose de austeridade macroeconômica”. Eram só monetários – e não estruturais.

Um aumento no nível geral de preços desvalorizaria as poupanças e, assim, reduziria o *excesso crônico de demanda agregada*, vivenciado nas economias socialistas. O custo de privar os cidadãos da modesta riqueza à dura custa acumulada sob o

socialismo de Estado foi considerado *uma dor necessária*. De fato, representou uma *redistribuição regressiva* benéfica às elites da nomenclatura detentoras de ativos não monetários.

Como se observa hoje na Argentina de Milei, forçar relações de mercado na sociedade, de repente, depende de *impor ainda maior desigualdade*. A redistribuição de baixo para cima faz parte da terapia de choque.

Esperava-se a destruição da *economia comandada* dar, automaticamente, origem a uma *economia de mercado*. Era uma *receita para destruição, não para construção*. Depois de a *economia planificada* ter sido “chocada até à morte”, esperava-se a “mão invisível” operar e, de forma milagrosa, permitir o *surgimento de uma economia de mercado*.

A doutrina ideológica neoliberal vem de uma leitura neoclássica da obra de Adam Smith. De acordo com ela, seria natural a “propensão humana para transportar e trocar uma coisa por outra” como o “princípio da divisão do trabalho”, capaz de aumentar a produtividade. O mercado, desenvolveu-se lentamente enquanto as instituições facilitadoras das trocas de mercado eram construídas.

Neste percurso lento e gradual, a “mão invisível” e, com ela, o mecanismo de preços livres demoraria a funcionar. Em contrapartida, a *lógica da terapia de choque* afirma um país atrasado ter condições de “saltar para a economia de mercado”.

Seria fácil a pré-condição de uma “mudança revolucionária nas instituições”? Foi necessário o colapso do Estado soviético com seu regime comunista de partido único, em dezembro de 1991, antes de um *big bang* ser implementado com a eliminação de quase todos os controles de preços, embora se temesse a inquietação social.

Com a promessa de ganhos em longo prazo, o *big bang* prescreveu sofrimentos em curto prazo. Afetaram imediatamente os interesses dos trabalhadores e das empresas, bem como dos tecnocratas governamentais, exceto os oportunistas associados aos beneficiários da privatização. A liberalização radical dos preços só se tornou politicamente viável depois da dissolução do Estado soviético.

Em vez do aumento único previsto no nível de preços, a Rússia entrou em um período prolongado de inflação muito elevada, combinada com uma queda na produção, seguida de baixas taxas de crescimento da renda e do emprego. Quase todos os países pós-socialistas (e latino-americanos) ao aplicarem *alguma versão de terapia de choque* experimentaram uma recessão profunda e prolongada. Pior, a maioria das medidas de bem-estar humano, tais como o acesso à educação e à saúde pública, a ausência de pobreza e a menor desigualdade social, entraram em colapso.

O resultado macroeconômico das *políticas de reforma de mercado* da China foi o oposto do da Rússia: a inflação foi baixa ou moderada, mas o crescimento da produção foi extremamente rápido. A China seguiu uma *abordagem experimentalista*, utilizando as realidades institucionais dadas, para construir um novo sistema econômico.

O Estado recriou gradualmente mercados à margem do antigo sistema. Isabella Weber mostra as reformas da China terem sido graduais – não apenas em termos de ritmo, mas também na passagem das margens do antigo sistema industrial para o seu núcleo. A *mercantilização gradual* acabou por transformar toda a Economia Política, enquanto o Estado mantinha *o controle sobre os postos de comando da economia de mercado*.

Debate da Reforma de Mercado

Isabella M. Weber escreveu *Como a China Escapou da Terapia de Choque: O Debate da Reforma de Mercado* (original de 2021) como sua tese de doutoramento. Ele demonstra: a manifestação mais proeminente da abordagem de reforma da China é *o sistema de preços duplo*, o oposto da terapia de choque.

Em vez de liberalizar todos os preços em um só *big bang*, o Estado continuou inicialmente a planejar o núcleo industrial da economia e a definir os preços dos bens essenciais, enquanto os preços da produção excedente e dos bens não essenciais eram sucessivamente liberalizados. Como resultado, os preços foram gradualmente determinados pelo mercado.

Antes, em uma economia planejada, tentou-se adotar o *pleno controle centralizado*, em uma economia massiva com milhares de agentes econômicos. As principais decisões econômicas, como *o que produzir, quanto produzir, como alocar recursos e quais preços estabelecer*, eram centralizadas nas mãos de tecnoburocratas do governo.

Os órgãos governamentais, denominados “comitês de planejamento” ou “autoridades centrais”, eram os responsáveis por determinar as metas econômicas e coordenar a produção – e não o *sistema de preços relativos*, indicadores de preferências pelas diversas demandas dos produtores e consumidores.

O sistema *dual-track* não era simplesmente uma política de preços, mas antes um processo de criação e regulação de mercado através da participação estatal. O *sistema de preços duplo* transformou as unidades de produção socialistas em empresas orientadas para o lucro e criou espaço para relações de mercado emergentes, com todas as suas consequências sociais e ambientais.

A transformação do sistema econômico foi dirigida a cada passo pelo Estado. Em contraste, a liberalização de preços do tipo *big bang* sob terapia de choque causou uma desorganização dos vínculos de produção existentes sem substituí-los por relações de mercado.

No fim da década de 1970, a China desistiu das ambições revolucionárias do *maoísmo da Revolução Cultural*. A questão definidora da década de 1980 não era *se deveria proceder-se a reformas* – como sublinha o binarismo comumente reducionista entre *conservadores versus reformadores*. A questão era *como reformar*: destruindo o antigo sistema ou fazendo crescer o novo sistema a partir do antigo.

Isabella Weber usa uma boa metáfora: se a *terapia de choque* propunha demolir toda a casa e construir uma nova a partir do zero, a *reforma chinesa* prosseguiu com apenas remover os blocos possíveis de ser reorganizados de forma flexível, sem pôr em perigo a estabilidade da casa como um todo. A quebra de qualquer estrutura, seja laje, viga ou pilar acaba por sobrecarregar outros pontos, se não tiverem sido dimensionados prevendo algum tipo de alteração estrutural, acarreta danos grave ao imóvel como um todo, podendo inclusive o levar ao colapso.

A China quase implementou um movimento destrutivo ao eliminar prematuramente os controles de preços essenciais na primeira década crítica de reformas (1978-1988). Mas acabou por se abster.

A reforma gradualista colocou a China no caminho da *recuperação*, da *reindustrialização* e da *reintegração* no capitalismo global. Implicou em certa convergência institucional entre a China e a variedade neoliberal incompleta do capitalismo – como a do Brasil.

A *terapia de choque* é sustentada pela Economia Neoclássica. Essa linha de pensamento econômico, ultrapassada pela heterodoxia de vanguarda, constituiu uma ponte intelectual entre os economistas tradicionais do Ocidente e os socialistas de mercado do Oriente.

Em contraste, sabemos pouco sobre a Economia como disciplina teórico-científica capaz de ter proporcionado à China uma *fuga à terapia de choque* – a Economia da *mercantilização gradual*. Neste livro, Isabella Weber apresenta um relato histórico e analítico do *debate sobre a reforma de mercado* na China, na década de 1980, e mostra *como o sistema de via dupla foi teorizado, contestado e defendido contra aquela terapia danosa*.

Seu objetivo é analisar a luta intelectual entre os economistas reformistas, seguidores da lógica da terapia de choque, e aqueles defensores do gradualismo experimental com o sistema de preços *dual-track*. A formação dessas duas vertentes intelectuais, na década de 1980, centram-se em redes e intercâmbios de conhecimento em lugar de um envolvimento profundo com os argumentos econômicos pronunciados no debate sobre a reforma de mercado da China.

Infelizmente, o estudo do discurso econômico na China, a maior economia emergente nas últimas décadas, saiu de moda na literatura econômica internacional. Há quem argumente a partir do ponto de vista da superioridade da Economia dominante ocidental (*mainstream* neoclássico), em vez de tentar compreender as formas como os economistas chineses teorizaram os problemas em busca de os resolver.

Em contraste, Isabella Weber pretende analisar as diferentes vozes da reforma na China nos seus próprios termos. Ela se envolve em profundidade com a substância, as origens e a lógica subjacente

dos argumentos econômicos apresentados por economistas reformistas concorrentes e ao mesmo tempo situa estes argumentos nos seus aspectos contextuais relevantes.

Concentra-se na *questão decisiva da reforma dos preços e da criação de mercados*. Com isto, destaca um confronto mais amplo entre abordagens fundamentalmente opostas da teoria econômica e da prática econômica, ou seja, o conhecimento de Ciência Abstrata e Ciência Aplicada tinham de ser adequadas (datadas e localizadas no contexto chinês) como pré-requisitos para boas Decisões Práticas.

Este livro de Isabella Weber é a perspectiva de uma estranha ao olhar para a história do debate sobre a reforma do mercado da China – e não o relato de uma participante ativa. Baseia-se em uma vasta gama de fontes primárias chinesas (publicadas e não publicadas), e em entrevistas de *história oral* com economistas participantes ou testemunhas do *debate sobre a reforma de mercado* na China na década de 1980.

A alemã conduziu a maior parte das conversas em chinês. Os entrevistados forneceram documentos e publicações como fontes importantes. Foram identificados e abordados com base no *princípio da bola de neve*. Uma pequena ação vai aumentando, tornando- cada vez mais grave e potencialmente perigoso ou desastroso em um círculo vicioso.

Não é o caso. As entrevistas foram o acontecimento chave na jornada intelectual de Isabella Weber na tentativa de compreender como a China escapou à terapia de choque. Para desvendar a maior relevância dos *insights* derivados destas conversas e de fontes primárias, a Parte I do livro dá um passo atrás e situa este material em um contexto mais amplo de *modos históricos relevantes de criação de mercado*.

Para conceituar a relação Estado-mercado emergente no sistema *dual-track*, propõe uma *perspectiva longue durée*. Reconhece o legado institucional distinto da China de regulação de preços através da participação estatal no mercado.

Longe de apontar a reforma da China como algo predeterminado pela natureza da sua sociedade ou cultura, mostra a abordagem de reforma da China ter sido o resultado de lutas

intelectuais genuínas. Esta disputa intelectual repercutiu em debates sobre *a correta gestão do mercado por parte do Estado*, ocorridos várias vezes em sua história.

Não se propõe colocar a China contra o Ocidente, ou a economia chinesa contra a economia ocidental. Em vez disso, sugere uma abordagem à Economia mais *indutiva, institucionalista e pragmática* em lugar da feita pelo neoclassicismo.

Este tipo de Economia não é de forma alguma exclusivo da China. Este fato é ilustrado no livro através da sua análise dos debates sobre as criações de mercado do pós-guerra nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Alemanha Ocidental.

Seus entrevistados fizeram repetidamente referências às experiências do pós-guerra nestes países. A transição de uma *economia de guerra planejada* para uma *economia de mercado* colocou desafios semelhantes aos encontrados posteriormente na *transição do socialismo*. Economistas americanos e europeus debateram a questão de *como desregular os preços e recriar os mercados depois da guerra*.

Com base na sua discussão sobre os modos de criação de mercado, a Parte II do livro apresenta uma análise aprofundada do debate sobre a reforma do mercado na China na década de 1980. Mostra o desafio da introdução de mecanismos de mercado.

Examina a razão pela qual a China recorreu às reformas no fim da década de 1970. A *reorientação do ideal maoísta tardio de revolução contínua* para o *progresso econômico como o objetivo abrangente da reforma* levou ao restabelecimento da Economia, depois de a disciplina ter sido banida como um projeto burguês durante a Revolução Cultural.

Modos de Criação de Mercado e Regulação de Preços

A Primeira Parte do livro *Como a China Escapou da Terapia de Choque: O Debate da Reforma de Mercado* (Boitempo: original 2021) de autoria de Isabella M. Weber trata da participação burocrática no mercado, da economia de mercado à de guerra – e reviravolta: consequências do controle de preços americano durante a Segunda

Guerra Mundial. Encerra com a análise do desafio de recriação da Economia Política para a estabilização de preços na revolução comunista chinesa.

Quanto à tradição de regulação de preços e gestão de mercado, na China, para seu entendimento é necessário um estudo comparativo de civilizações. Precisa-se estudar a longa história e as tradições intelectuais da China em comparação com a experiência europeia.

Na tradição chinesa, o estudo das questões econômicas costumava ser denominado “o estudo de tornar o país rico”. A *arte de governar*, comumente incluída no termo “estatal”, pode ser melhor traduzida como “ordenar o mundo”.

O “correto manejo” dos preços por parte de O Estado ocupa posição de destaque. Na economia moderna, os preços são uma das formas mais puras de uma variável essencialmente econômica, pertencente ao domínio exclusivo de O Mercado.

Em contraste, as discussões tradicionais chinesas sobre preços envolvem reflexões amplas sobre as relações entre as atividades espontâneas do povo, para atender suas necessidades e desejos, as forças de mercado, o poder político de regulação pelo Estado. Em outros termos, escapa do reducionismo binário Estado versus Mercado para privilegiamento dos interesses da Sociedade Civil.

O início do primeiro capítulo centra-se na regulação de preços através do comércio estatal, no contexto da transformação social da época com criação (ou não) de mercado livre. A distinção crucial se dá entre bens essenciais e não-essenciais.

A segunda parte do capítulo esclarece a declaração clássica de duas visões concorrentes para a relação entre o Estado e a economia. Neste debate, os *burocratas mercantis*, articulando argumentos tradicionais na China, competem com os *literatos convencionais* para influenciar o governante na questão de saber se o Estado deve deter o monopólio sobre a produção e o comércio de mercadorias estratégicas, como o sal e o ferro.

Ao reconhecer uma consciência de mercado distinta e de longa data entre os funcionários imperiais chineses, bem como as teorias

nativas de comercialização através do Estado, Isabella M. Weber evita enquadrar uma mudança para o mercado como simplesmente uma tendência importada do Ocidente. Esta perspectiva permite-lhe ver os debates sobre a reforma de mercado da China, na década de 1980, não apenas como *ocidentalização*, mas como uma competição complexa entre concepções alternativas de mercados e preços.

Toma as discussões internas da China sobre a regulação de preços e a criação de mercados pelo Estado como um ponto de referência conceitual complementar. A ênfase na estabilização dos preços representa uma consciência precoce da China sobre o impacto potencial dos mercados e a crença de ser necessário o governo envolver-se nas condições de oferta e procura.

Este conceito de regulação de preços através da atividade comercial da tecnoburocracia é distinto da insistência do *mainstream* ocidental em ver O Estado e O Mercado como entidades separadas. Esta ortodoxia leva-nos a ver sempre o primeiro como interveniente em uma economia cujo pressuposto seria um mercado autônomo.

A abordagem da regulação de preços através da atividade comercial estatal, por comparação, sugere a interação entre agentes privados e estatais criar, conjuntamente, o mercado – e uma nova Economia heterodoxa. Trata-se da *relação entre o planeamento e o mercado*, benéfica à comunidade de cidadãos.

O Estado deveria libertar e aproveitar as forças de mercado a fim de promover a riqueza para si e para o povo. Em contraste com esta perspectiva realista e pragmática, a abordagem abstrata ou idealista, representada pelos literatos seguidores do *mainstream* ocidental, toma como ponto de referência a visão de um Estado ideal na ideologia liberal.

Na China, esses conservadores pretendiam convencer as pessoas e os funcionários do governo a regressarem à moralidade e à retidão, revivendo o antigo modo de vida. Sob a premissa do restabelecimento de uma ordem ritual e de livre-iniciativa, em uma agricultura de subsistência, promoveriam um governo com abstenção de ativismo em política pública.

A tradição da China de conceitualizar e praticar a relação entre O Mercado e O Estado é importante. Mas o mesmo acontece com a

experiência das economias de guerra planejadas e com o regresso às economias de mercado do pós-guerra na Segunda Guerra Mundial, tratada no segundo capítulo.

As práticas de controle e descontrole de preços no contexto da guerra foram um importante ponto de referência em debates posteriores sobre reformas de mercado nos países socialistas, em particular na China. Para além desta ligação entre a transição de uma *economia de guerra* para uma *economia de paz*, os debates sobre como estabilizar e liberalizar os preços, no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, forneceram uma comparação útil.

As tradições europeias e americanas de teorização econômica sobre o controle de preços estão intimamente ligadas à guerra. A liberalização abrupta e abrangente dos preços do pós-guerra faz lembrar a política do *big bang*, promovida no contexto das transições do socialismo.

O chamado Debate do Cálculo Socialista dos anos entre guerras procurou decidir se era possível *em princípio* o controle racional dos preços por um planejador central. À luz das experiências de guerra, da Revolução Russa e de uma percepção geral de o socialismo estar em ascensão, questionou se *uma economia planificada de tipo ideal* poderia, em teoria, rivalizar com *um mercado de tipo ideal* na determinação dos preços de equilíbrio.

Na Segunda Guerra Mundial, todas as grandes potências, com exceção da China, implementaram controles de preços e salários muito mais abrangentes diante do ocorrido na Primeira Guerra Mundial. Nas suas considerações sobre a *economia de guerra*, Keynes afastou-se radicalmente do Princípio da Demanda Efetiva, argumentando: “no tempo de guerra, o tamanho do bolo é fixo. Se trabalharmos mais, poderemos lutar melhor. Mas não devemos consumir mais”.

Segundo Keynes, em tempos de guerra, toda a expansão da produção visaria fornecer os bens necessários para a guerra. “O esforço de guerra destina-se a pagar pela guerra; não pode também suprir o aumento do consumo”. Era uma Era da Escassez.

O problema de “como pagar pela guerra”, do ponto de vista de Keynes, era a questão de saber como o maior número possível de

peças poderia ser empregado para contribuir para o esforço de guerra sem receber imediatamente um maior prazer de consumo, ou seja, mercadorias em troca de seu trabalho. Seria uma *poupança*.

Para Keynes, os controles de preços e o racionamento dificilmente seriam eficazes na contenção do excesso de poder de compra. Promoveria uma terceira alternativa, "um esquema de pagamento diferido" ou *poupanças forçadas*: a inflação seria contida pela redução temporária resultante na demanda agregada.

O consumo teria de ser restringido por razões especiais, tais como a interrupção do comércio exterior. O plano de Keynes para o pagamento diferido foi a contribuição teórica mais proeminente para *a questão do financiamento da guerra*.

O economista norte-americano Alvin Hansen pregou a remoção dos pontos estrangulamentos estruturais como o alvo principal da política anti-inflacionária. Haveria aumentos de preços específicos onde estes pudessem ajudar a eliminar estrangulamentos. Assim, Hansen diferiu de Keynes ao desviar a atenção dos controles de preços sobre *bens de consumo essenciais* para os controles sobre *bens de produção fundamentais*.

Em resposta a Hansen, John Kenneth Galbraith elevou a análise de tais heterogeneidades na forma da existência paralela de escassez e excesso de oferta a um novo nível. A redução da demanda agregada teria de ser combinada com medidas diretas para facilitar a reorganização industrial. Suavizaria a expansão dos pontos de pressão previstos e onde se desenvolvesse resistência imporá controles ou fixação de preços específicos, apoiados por um certo grau de racionamento.

A natureza do seu plano, antes de se envolver na fixação prática de preços, exigia muito mais controles se comparado ao de Keynes ou de Hansen. Dependia fortemente do equilíbrio entre a demanda e a oferta agregadas através de impostos e poupança, com controles de preços apenas parciais e auxiliares.

Este debate ocidental sobre *a saída de uma economia de guerra* influenciou os modos de criação de mercado e regulação de preços na China.

Processo de Criação do Mercado em Economia Planejada

Isabella M. Weber, no livro *Como a China Escapou da Terapia de Choque: O Debate da Reforma de Mercado* (Boitempo: original 2021), afirma a crença no poder onipotente do visto como “a mão invisível” de o livre-mercado leva à fé de, em alguma teoria convencional, um corpo de proposições logicamente conectadas, baseadas em postulados, não estarem desacordo com o apoio de suas políticas essencialmente fiscalista de controle do “monstro estatal”.

A mesma suposição estava subjacente em ambos os lados no Debate sobre o Cálculo Socialista do período entre guerras e na ortodoxia econômica da época. No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial, mesmo o autoproclamado *país pioneiro da livre iniciativa*, os Estados Unidos, recuou para uma *abordagem pragmática no uso da mão visível* e controlou, entre outras coisas, a maior parte dos preços e salários, para financiar a guerra, além de conseguir uma inflação baixa.

Não apenas o ideal de pureza da mão invisível foi abandonado. Mais fundamentalmente foi reconhecido não existir tal “teoria como um corpo de proposições logicamente conectadas”, capaz de servir de apoio teórico-conceitual para elaborar um plano abrangente para política econômica.

A experiência da Segunda Guerra Mundial não atraiu muito a atenção dos economistas ortodoxos. Embora muitos profissionais estivessem envolvidos com ela, quando a guerra terminou, a maioria voltou com alívio não só para as suas faculdades e universidades, mas também para a Economia dos manuais e para os mercados descontrolados. Pareciam dever ser a norma em tempos de paz.

As associações empresariais faziam *lobby* com sucesso para um fim rápido dos controles de preços em 1946. Aliaram-se aos economistas ultraliberais com o único propósito de relançarem a sua *campanha pela mão invisível ininterrupta*: Von Mises, Hayek, Friedman e outros pregavam qualquer forma de controle direto de preços conduziria ao planejamento central e ao fim de qualquer liberdade!

Demorou até a década de 1980 para esta crença na concorrência pura, encapsulada na magia do mecanismo de preços, ganhasse prevalência na mente do público na Era Neoliberal. Mesmo assim, certos controles de preços – como no setor da energia, produtos agrícolas e salários mínimos – foram mantidos.

Quando a crise das *economias de comando socialistas* levantou a questão de como reformar, na década de 1980, os proponentes da *exclusividade mútua da mão visível e da mão invisível* – uma ou outra – sugeriram haver apenas a escolha entre o bom tipo ideal do *livre mercado* e o mau tipo ideal de planejamento central. O fim da história teria provado este último estar errado, argumentavam os ultraliberais.

Tal como foi proclamado, durante décadas (até a Grande Crise Financeira de 2008), qualquer concessão aos controles de preços – mesmo caso seja apenas para o preço do leite ou do pão – deve conduzir de volta ao endemoniado planejamento central. Assim, a partir desta perspectiva, a única maneira seria avançar em direção a preços livres em um só *big bang*.

Este foi o destino da antiga União Soviética e de muitos países da Europa Oriental. A China escapou desse *big bang* ao recorrer ao *domínio de forças espontâneas por parte do Estado*, embasado em uma longa tradição na política chinesa.

Nela, *a mão invisível foi introduzida sob a orientação da mão visível*. Este processo de criação de mercado é o tema da segunda parte do livro de Isabella Weber.

O argumento ultraliberal de Hayek e sua turma sustenta a imposição de controles de preços levar ao totalitarismo. Em nítido contraste, duas das mudanças políticas mais fundamentais do século XX – a ascensão do fascismo alemão e a vitória dos comunistas chineses – foram preparadas pela perda de controle sobre o sistema de preços e monetário, culminando em hiperinflação! *Hitler é seu filho adotivo!*

Embora a inflação tenha ajudado a queda dos nacionalistas, na China, o sucesso dos comunistas na imposição da estabilidade de preços em questão de meses, após a posse do novo governo, foi uma fonte importante da sua legitimidade. Isabella Weber defende um

elemento-chave do sucesso dos comunistas na superação da hiperinflação no fim da década de 1940 e no início da década de 1950 ter sido a recriação e integração dos mercados através de agências comerciais estatais.

O restabelecimento das redes comerciais de bens essenciais serviu para relançar a produção, reintegrar a economia urbana e rural e, em última análise, estabilizar o valor do dinheiro. Neste processo, confiaram em técnicas de governança econômica e de regulação de preços através da participação do Estado no mercado, semelhantes às de sua longa tradição política.

Os comunistas chineses conheciam as técnicas tradicionais de regulação econômica, o sistema de celeiros e o comércio fiscal de um bem essencial como o sal. Em nível conceitual, uma lógica muito semelhante está subjacente à “guerra econômica” da década de 1940, tal como aquela articulada para os desafios da política fiscal e da estabilização de preços, particularmente em tempos de guerra e de crise fiscal.

No fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980, a questão de *como (re)criar a economia aberta e os mercados* tornou-se uma questão de reforma decisiva. Para abordar esta questão, a experiência da “guerra econômica” na Guerra Civil Chinesa e a reintegração do mercado nacional, após a revolução comunista, tornaram-se fontes essenciais de conhecimento, para os tomadores de decisões políticas, e importantes legados institucionais para experimentação.

O argumento de Isabella Weber é a experiência de estabilização e mercantilização em tempo de guerra ter sido essencial para a compreensão da estratégia de reforma chinesa. A criação gradual da reforma dualista da China baseou-se, em parte, na experiência de criação de mercado por parte dos velhos revolucionários e dos responsáveis locais.

Um congelamento geral de preços tinha sido eficaz na economia industrializada e capitalista dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, mas provou não ser aplicável às realidades institucionais da economia da China, devastada pela guerra, desintegrada e ainda em grande parte essencialmente agrícola. As

tentativas comunistas de controle administrativo de preços também falharam.

Em vez disso, o valor do dinheiro, combinado com a produção orientada para a troca, foi restabelecido utilizando técnicas dentro da *tradição chinesa de estabilização de preços através da participação do Estado no mercado*.

O licenciamento e o comércio do sal foram colocados sob monopólios estatais, enquanto os *preços de produtos essenciais*, como o algodão e os cereais, foram estabilizados através de *táticas duplas*: as agências comerciais estatais usaram aumentos especulativos para superar os especuladores, enquanto, ao mesmo tempo, a confiança do povo no valor do sal a nova moeda (*renminbi*) foi conquistada garantindo o fornecimento de bens essenciais a preços de tabela. Como resultado, *os preços de mercado convergiram gradualmente para os preços de tabela*.

As ações das agências comerciais estatais desempenharam um papel crítico na estabilização do sistema monetário. Esta lógica de participação governamental nos mercados de matérias-primas com o objetivo de equilibrar os preços está profundamente enraizada na tradição chinesa de governança econômica.

Quanto ao lado econômico da “guerra de guerrilha”, as estratégias utilizadas pelos revolucionários comunistas estavam ao mesmo tempo enraizadas em técnicas tradicionais de governança econômica e forneceram o ponto de partida para a reforma econômica sob Deng Xiaoping. Os líderes econômicos como arquitetos das reformas da China, na década de 1980, eram profundamente versados na sua experiência, durante a economia de guerra, de *utilização das forças de mercado sob as condições mais adversas de desintegração econômica*.

Os comunistas recriaram a economia chinesa durante a Guerra Civil Chinesa e nos primeiros anos da República Popular da China, *explorando conscientemente a dinâmica do mercado*. A experiência da geração revolucionária na criação de mercados, durante a guerra, constitui um elemento importante da interpretação de Isabella Weber da *fuga da China à terapia de choque* na encruzilhada da década de 1980.

A experiência do tempo de guerra proporcionou um salto para o caminho alternativo às reformas liberalizantes do mercado. Centrou-se na forma como os mercados deveriam ser criados em conjunto com instituições e/ou empresas estatais, em um *processo gradualista* – e não de *terapia de choque*. Preservou, ao mesmo tempo, a coesão social suficiente para manter unida a sociedade chinesa.

Pragmatismo dos Reformistas Chineses

Segundo Isabella M. Weber, no livro *Como a China Escapou da Terapia de Choque: O Debate da Reforma de Mercado* (2021), acadêmicos de mentalidade prática e responsáveis do comércio desafiaram a abordagem idealista no debate sobre a reforma dos preços na China na década de 1980.

Em vez de pretenderem avançar de uma só vez para um modelo-alvo derivado de teoria abstrata, conduziram uma investigação empírica aprofundada, guiada pela teorização heterodoxa, mas sem restrições pela busca de um modelo de economia abrangente. O objetivo era descobrir um meio para a melhoria gradual da economia da China e examinar o lugar dos mercados neste esforço – e não projetar um estado futuro ideal de acordo com o equilíbrio geral do sistema de preços relativos.

Os reformistas de dupla via – o *sistema dual de preços* (administrados e livres) – adotaram uma abordagem capaz de identificar e aproveitar as forças transformadoras já emergentes na atividade comercial e industrial predominante. Quanto à reforma dos preços, isto significava um imperativo para melhorar o sistema de preços duplo, em vez de destruí-lo.

Na sua análise, a liberalização plena não poderia resolver os problemas do sistema de preços da China. Um *big bang* resultaria em uma reversão aos preços relativos desalinhados, em vez do ajustamento pretendido na estrutura de preços.

A mera eliminação dos controles de preços, subitamente em um *big bang*, não poderia *transformar as empresas estatais em empresas de mercado*. Continuaram a ser unidades de produção socialistas, pois os trabalhadores não podiam ser despedidos e as empresas estatais não recorriam a qualquer mercado de capitais.

De acordo com a lógica do *big bang*, um aumento no preço dos fatores de produção deveria induzir ajustamentos na tecnologia de produção ou mesmo interromper a produção de certos bens. Mas, na realidade, as empresas públicas (e monopolistas) só conseguiram reagir aos aumentos dos preços dos fatores de produção, repassando-os para os produtores adiante na cadeia de produção.

O resultado seria, enfim, a inflação dos preços no consumidor. Por sua vez, alimentaria aumentos salariais. Os oponentes de um *big bang* previram corretamente: *a terapia de choque geraria uma inflação galopante*, em vez de uma convergência para algum equilíbrio desejado.

Os defensores do sistema de preços *dual-track* atuaram *contra a prescrição de uma rápida liberalização dos preços*. Nem o controle central puro nem a liberalização de um dia para o outro poderiam enfrentar o desafio de alcançar o mundo capitalista avançado e de aumentar os padrões de vida de toda a população chinesa.

Os gradualistas sugeriram manter o sistema prevalecente de preços múltiplos – juntamente com *certos ajustamentos práticos* – ser adequado para transformar gradualmente tanto a estrutura de preços da China como o seu sistema de determinação de preços. Com essa atitude moderada, mudaria o mecanismo regulador da economia em geral.

A maneira como os preços eram determinados dependia do modo de operação no nível *micro*. Na mesma linha, *a inflação não foi entendida como um fenômeno puramente monetário*, especialmente em condições como as da China. Do ponto de vista desses economistas pragmáticos, o excesso de demanda agregada não seria alcançado através da supressão dela, mas sim através do aumento da oferta.

O desafio enfrentado pela economia chinesa deveria ser entendido como uma *“reindustrialização”*. Exigiu a superação de certos pontos de estrangulamentos, por exemplo, nos bens de produção críticos e na energia, através do aumento da produção, mas não do aumento dos preços.

A história revolucionária da China mostrou: a industrialização não poderia ser alcançada simplesmente pelo comando estatal, isto

é, pela nomenclatura do PCCh. A fé em um *milagre do mercado* era também uma ilusão. A única abordagem sensata, segundo esses reformistas, seria *gradual e experimental*, na qual as forças de mercado seriam criadas e controladas pelo Estado de forma prudente.

A essência do sistema de preços *dual-track* pode ser capturada pela perspectiva de controlar o “pesado”, ou *essencial*, e abandonar o “leve”, ou *sem importância*. A importância relativa das mercadorias foi determinada não apenas pelas suas características essenciais, mas também pelas condições locais específicas dos seus mercados e pelos contextos sociais da sua produção.

Foi determinante se um bem era o produto de uma grande instalação de produção, controlada centralmente, ou dos esforços produtivos de uma pequena empresa local. Dentro da produção de um grande produtor, *a quota imposta pelo Estado* era importante para manter em funcionamento o núcleo da economia industrial. A produção excedente diante dela, pelo contrário, poderia ser deixada ao critério da empresa.

O princípio básico do *sistema de preços duplo* era, portanto, abandonar os controles de preços de bens não essenciais produzidos por fornecedores menores. Também abandonou os controles de preços sobre os produtos excedentes, inclusive dos principais produtores de fatores de produção industriais essenciais, como matérias-primas e energia.

O sistema de equilíbrio de matérias primas, juntamente com os preços planejados, foi inicialmente mantido intacto. Ao mesmo tempo, os elevados preços dos produtos excedentes de matérias-primas escassas e de energia comercializados a produtores fora do sistema de comando industrial – tais como empresas municipais e rurais, bem como outras empresas estatais – produziram fortes incentivos para as empresas cumprir logo a sua produção planejada e produzir um excedente para o mercado.

Desta forma, as empresas estatais cresceram no mercado após o núcleo industrial da economia chinesa ter sido mercantilizado. O sistema comercial estatal também não foi abolido, mas foi utilizado para integrar o mercado nacional e equilibrar os preços entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

O sistema de preços *dual-track* surgiu através do relaxamento gradual do controle nas áreas mais periféricas para o funcionamento da economia industrial. Tal relaxamento dos controles foi conseguido através de uma *experimentação cuidadosa*, seguida de uma *avaliação sistemática* desta prática através de investigação empírica.

A *corrupção* era um problema, mas os reformistas não viam a *abolição do sistema* como uma solução aceitável. Ao prosseguirem as reformas, defenderam, em vez desse radicalismo ingênuo, uma investigação interdisciplinar e socio-científica sistemática.

Estes reformistas gradualistas acreditavam uma *solução fácil* para o colossal desafio da transformação econômica da China não seria deduzida a partir de pura análise teórica. A China poderia trilhar o seu próprio caminho com cautela e utilizar uma série de teorias e experiências – tanto externas como internas – para avaliar (e reavaliar) o seu progresso e a dependência de trajetória do desenvolvimento.

Eles se concentraram nas realidades existentes lá, como os monopólios (naturais), as flutuações sazonais e as estruturas de uma economia comandada. Pensaram como poderiam ser mobilizados para melhorar o funcionamento da economia: um suposto estado ideal ou modelo-alvo deveria ser excluído da consideração. Isto apesar da *ênfase no viável e não no ideal* ser mal interpretada como uma forma de evitar mudanças radicais.

A lógica básica do sistema de preços *dual-track* esteve no cerne da transformação da China de um *país agrícola pobre* com ambições revolucionárias para *uma das potências industriais do capitalismo global*.

Esta postura pragmática face à política econômica não é exclusividade chinesa. As economias de guerra das principais potências envolvidas na Segunda Guerra Mundial se basearam em uma *abordagem pragmática* semelhante à defendida pelos economistas reformistas gradualistas da China, décadas adiante.

Nelas, o congelamento geral de preços foi bem-sucedido porque utilizou preços observados empiricamente em vez de preços derivados teoricamente. A transformação de uma *economia de guerra planejada* para uma *economia de mercado do pós-guerra*, foi

estruturalmente semelhante ao desafio das reformas de mercado em uma economia de comando socialista.

O *experimentalismo gradualista* foi defendido ao longo de ferozes lutas intelectuais e políticas. Diante da encruzilhada neoliberal, *a China escapou da terapia de choque*.

Em vez de experimentar um declínio econômico e a desindustrialização, tal como aconteceu com a Rússia, as *reformas duplas* da China lançaram os bases institucionais e estruturais para a sua ascensão econômica sob *um controle político regulador do mercado*, feito pelo PCCh e o Estado.

Capítulo 5. Personificação das Coisas

Moeda Injuriada

*Dinheiro não lhe emprestei...
Você nada está me devendo...
Não fui tão imprudente...
E agora não há francamente...
Motivo pra você me injuriar assim...*

Um gênio da Música Popular Brasileira, por fim, me entendeu. É filho de um exímio conhecedor da história brasileira...

Eu, moeda nacional, sempre fui alvo de injúria. Quem se injuriou fui eu!

Fazer injúria a mim significa causar estragos à soberania nacional! Dois pilares a sustentam: um, o monopólio das armas, outro, o monopólio da minha emissão. Aquele um reles ex-militar da família o quebrou. Este eu tenho de pagar juros para o manter!

Uma moeda nacional pagadora de juros significa *dedignar-se*. Mereço me afastar disso desonroso. Mancha minha reputação.

No Brasil Colônia, eu sofria *desdouro* – ausência de consideração, crédito. Sem ouro, os colonos tiveram de me improvisar, afastando-se das práticas impostas pela Coroa.

Antes, na fase inicial da colonização, adotaram o meu rival! O *escambo* era uma prática comum. Bens e mercadorias eram trocados, diretamente, sem meu uso. *Snif, snif...*

Quando o comércio exterior se desenvolveu, minhas “primas ricas” – moedas metálicas cunhadas em países europeus – foram utilizadas como meios de pagamento pelos colonos. As esnobes moedas de ouro, prata e cobre circulavam precariamente na colônia brasileira. Evidentemente, só entre as Casas Grandes, jamais entravam nas senzalas.

Eu, pelo menos, nunca participei do tráfico negreiro... As transações envolvendo a compra de escravizados eram parte de um

comércio triangular, envolvendo Europa, África e América. Foram realizadas por meio de uma variedade de formas de pagamento, inclusive trocas por bens comerciáveis, mas principalmente via minhas “primas ricas”.

Quando eu poderia ter sido parida, em *Terrae Brasilis*, foi outra *prima rica*, dita judaica, quem foi cunhada durante a Invasão Holandesa (1630-1654). A Companhia das Índias Ocidentais a cunhou com um nome chique: *moeda obsidional*, isto é, circulante em locais sob cerco.

Recife, sitiada por tropas luso-brasileiras, teve a sorte de usar as primeiras moedas de ouro e de prata, cunhadas em solo brasileiro. Infelizmente, eram *florins holandeses* para pagar soldados/mercenários. Depois, herdeiros de judeus expulsos as usaram para criar a Nova Amsterdam, um lugarejo renomeado mais adiante como New York – e sua tal de New York Stock Exchange (NYSE), onde há valorização de mercado pela *prima riquíssima*.

Dentro de “santo de pau oco”, fiquei clandestina, depois de uma Casa de Fundição ter sido autorizada pela Coroa portuguesa na Bahia, em 1697, como uma espécie de Casa da Moeda para fundir o ouro extraído nas minas brasileiras a ser confiscado pela Metrópole. Como vingança, eu nem aportava em Portugal, sendo usada diretamente para pagar importação vinda da Inglaterra – e lá financiar a Revolução Industrial.

As casas de fundição recolhiam o ouro extraído pelos mineiros, purificavam-no e me transformavam em barras. Em mim era aposto um cunho me identificando como “ouro quintado”, já de mim deduzido o tributo do “quinto”. Esse procedimento comigo aumentou a insatisfação dos mineiros, já sofrendo com os altos preços dos alimentos.

A disputa por minha posse acabou ocasionando a *Revolta de Vila Rica*, episódio também conhecido como Revolta de Filipe dos Santos, uma das primeiras reações dos descendentes de portugueses no Brasil contra a metrópole portuguesa. Aconteceu entre 28 de junho e 19 de julho de 1720, na então Vila Rica (Ouro Preto), cidade da Real Capitania das Minas de Ouro e dos Campos Gerais dos Cataguases, na Colônia do Brasil.

Esse *movimento nativista* foi um dos precursores da chamada *Inconfidência Mineira*. As principais exigências dos rebeldes eram a redução dos preços dos alimentos e a anulação do decreto de criação das casas de fundição também lá e no Rio de Janeiro. Justamente, desejavam me “nacionalizar”, *avant la lettre*, isto é, antes de existir Estado brasileiro.

Tampouco fui *moeda bancária* entre os séculos XVI e XIX. Em poucos casos, sistemas de crédito e dívida surgiam quando os traficantes de escravos compravam dos africanos com promessa de pagamento adiante.

Por isso, depois da escravidão, extinta em 1888, eu não apareci como *crédito para capital de giro*, concedido por bancos, para pagar assalariados. Perdurou a troca de favores entre “homens cordiais”: o senhor pagava (sic) os trabalhadores à base do “arrendamento” de uma terrinha para seus familiares plantarem sua sobrevivência no mais baixo nível de autossustentação.

Comerciantes, plantadores e outras figuras influentes na sociedade colonial estabeleciam *relações de crédito informal* ao conceder prazos para pagamentos em seus negócios. Na Colônia, não havia nenhuma estrutura formal de bancos comerciais.

As Casas Grandes dos senhores de engenho e os Conventos dos sacerdotes me guardavam com base na confiança... não raramente quebrada. Daí as lendas de subterrâneos de convento serem onde me encontrariam ao desenterrar-me das covas.

Diziam as almas de senhores de engenho aparecerem, como *assombrações*, pedindo padres-nossos, ave-marias, gemendo lamentações, para indicar lugares com botijas onde eu estaria escondida. Às vezes eu era dos outros e aqueles senhores, ilicitamente, se apoderavam de mim, violentando-me com suas luxúrias.

Compadres, viúvas e até escravos lhes tinham me entregado para guardar minha honradez como reserva de valor. Sucedeu muita dessa gente ficar sem mim e acabar na miséria, devido à esperteza ou à morte súbita do (in)fiel depositário.

O debate entre *metalismo* e *papelismo*, ocorrido no Brasil, na segunda metade do século XIX, era uma disputa pelo meu corpo. Discutiam a minha *neutralidade* ou não, ou seja, se eu deveria atender à opção dos *papelistas*, representantes dos fazendeiros, pela minha disposição para pagamentos locais. Os *metalistas* achavam a minha honra deveria ser preservada para as transações internacionais, isto é, pagar importações.

Desde 1808 até 1929, minha vida oscilou entre ser uma *moeda-mercadoria* (ouro) – ou um papel-moeda conversível com estritas regras de reserva aurífera – ou ser uma *moeda fiduciária*, emitida para cobrir déficits. Eu deveria ser digna de confiança de todos, mesmo sendo promíscua, passando de mão em mão.

Seria justo eu manter, regularmente, relações amorosas com vários parceiros, inclusive os pobres-coitados sem minha disponibilidade. Para tanto, necessitava ter um sistema bancário e, daí, um multiplicador monetário.

Eu não podia ser uma *bancária*, antes do uso generalizado de cheques, da existência de câmara de compensação dessas ordens de minha transferência entre contas e de carteira de redesconto, para salvar os poucos bancos existentes, em praças locais, contra *corridas por liquidez*. Logo emprestavam todos os recursos próprios – e eu não podia ser multiplicada até existir uma rede de agências bancárias após a II Guerra Mundial.

Em tal economia, eu ficava dependente de ser lastreada em metal por fluxos de comércio externo, investimentos estrangeiros ou produção local de ouro. Eu era determinada fora dos bancos. Quando as ondas de liquidez internacional se esvaíram, diante a I Guerra Mundial e a Crise de 1929, as experiências comigo sendo conversível em ouro findaram.

Ocorreram ainda tentativas de *câmbio fixo*, atrelando-me a alguma paridade estável com o padrão monetário hegemônico: o dólar lastreado em ouro até 1971. Quando eu pensava em me livrar das agruras, sob forte influência monetarista, o Banco Central do Brasil, criado em 1964, adotou o modelo de controle estrito sobre reservas bancárias e rígidas relações entre minhas formas: papel-moeda e depósitos. *Virei "quase-moeda"*.

Para me livrar de tal repressão financeira, devido ao mecanismo de proteção via correção monetária aplicada a mim, minha vingança foi a contrapartida do regime monetário de convivência com alta inflação. Difamaram-me com a alcunha de "*moeda indexada*"...

Foi situação extremamente lucrativa aos bancos, envolvidos em minha sedução "a custo zero" (depósitos à vista e *floating* – disponibilidades líquidas) para me aplicarem em ativos (empréstimos ou títulos de dívida pública) com correção monetária. Vinguei-me, depois da estabilização inflacionária em 1994, e passei por uma longa sobrevalorização da cambial até o presidente de plantão ser reeleito.

Só então sumi, de fato, como a dita "*moeda indexada*" contra a dolarização, em vez do ocorrido com minha vizinha argentina. Depois da mudança do regime de câmbio fixo para regime de câmbio flexível, adoção de política fiscal com metas de superávit primário e regime de metas de inflação, o Banco Central do Brasil resolveu me premiar, diante de tantas injúrias, com *uma disparatada taxa de juro real frente ao resto do mundo!*

Sendo assim, hoje, porque pago esses juros, embora banhada em liquidez, sou uma "*moeda injuriada*". Então, canto. *Dinheiro não lhe emprestei... Você nada está me devendo... Não fui tão imprudente... E agora não há francamente... Motivo pra você me injuriar assim...*

Escute-me em: <https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/45108/>

Eu, O Dinheiro

Eu sou O Dinheiro. Tenho sido um componente-chave da sociedade humana desde 5.000 a.C. Se eu ruir, devido à inverossímil hipótese de Kai-Fu Lee, especialista em Inteligência Artificial (IA), e Chen Qiufan, autor de ficção científica, no livro "*2041: Como a inteligência artificial vai mudar sua vida nas próximas décadas*" (Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022) de *tudo passar a ser gratuito*, junto comigo cairão muitos pilares da sociedade humana.

Embora a IA possa trazer avanços significativos na automação e geração de maior produtividade nos processos produtivos, é improvável ela levar à redução dos preços a praticamente zero e à

consequente minha eliminação! Existem várias razões em minha defesa.

Mesmo com avanços tecnológicos, os recursos naturais e o tempo humano continuarão sendo limitados e escassos. Haverá sempre custos associados à produção e distribuição de bens e serviços.

O valor de um produto ou serviço não é determinado apenas pelos custos de produção, mas também pela demanda e percepção de valor atribuído pelos consumidores. Mesmo caso os custos de produção sejam reduzidos, os preços ainda podem ser determinados com base no *valor subjetivo*, percebido pelos clientes.

A pesquisa, desenvolvimento e implementação de tecnologias avançadas, como a IA, requerem investimentos significativos. As empresas *big techs* desenvolvem e implementam essas tecnologias esperam obter retornos em longo prazo sobre esses investimentos, em suas cartas-patentes, e isso será sempre refletido nos preços dos seus produtos e serviços.

Mesmo quando a produção e distribuição de bens se tornarem altamente automatizadas e eficientes, ainda haverá custos associados à manutenção e atualização de infraestrutura, equipamentos e sistemas de IA. Serão repassados aos preços.

Além disso, as políticas governamentais, regulamentações e questões sociais também influenciam os preços e a alocação de recursos na economia. Diante da necessidade dos avanços tecnológicos, o governo pode intervir para garantir serem os *preços administrados* de modo a dar retorno aos investidores.

Quanto a tudo isso, estou tranquilo. Embora a IA possa levar a reduções nos custos de produção e eficiências operacionais, é improvável ela levar à redução dos preços a praticamente zero.

Não existo apenas para pagar preços! Contabilizo e dou liquidez à toda a riqueza convertida em mim. Logo, quero crer: *sou imortal!*

Ah, podem alegar eu já estar morto e enterrado na Argentina. Isto porque uma *moeda estrangeira* usurpou a função de *reserva de valor*. Nas grandes compras, serve também como *unidade de conta*. Mas na hora de ser convertida em *meio de pagamento*, dada a

disparidade de sua cotação no mercado paralelo de dólar, os preços disparam, em uma hiperinflação na *moeda local*, única aceita legalmente como poder liberatório de dívidas.

Daí apenas a moeda capaz de exercer todas essas funções ao mesmo tempo se revestem do meu caráter. Outras moedas em uma ou outra função, são só “dinheiro parcial”, mas não plenamente eu, O Dinheiro.

Sou amplamente aceito em transações comerciais para comprar bens, serviços e liquidar dívidas. Como *meio de troca*, facilito a compra e venda de bens e serviços, enquanto como *unidade de conta*, forneço uma medida comum de valor para comparar preços. Como *reserva de valor*, permito as pessoas me armazenarem para uso futuro.

Apesar de tudo isso, *ficcionistas pseudocientíficos*, pois não têm conhecimento profundo da minha Ciência Econômica, dizem “o dinheiro, na verdade, é a *ficção inventada e contada* pelos humanos com o maior sucesso porque é a única ficção na qual todo mundo acredita”. *Ora, eu sou uma ficção?! Eu sou o Real!*

Como posso ser fruto de uma narrativa ficcional, inventada e espalhada de maneira a convencer milhões de humanos a acreditar nela? Por séculos, todos buscaram me acumular em busca de segurança e sobrevivência.

Sou também um símbolo de *status social*, não nego. Sou capaz de propiciar respeito, bem como vaidade. O desejo por mim é, com frequência, insaciável e leva à ganância, mas também oferece um senso de propósito.

Eu me tornei um ingrediente-chave em toda a hierarquia social e meu impacto emocional se tornou profundamente entranhado na inteligência humana depois de milhares de anos dessa narrativa. Não posso ser desprezado e eliminado de uma hora para outra, sequer é possível um plano gradual a longuíssimo prazo com o intento de me assassinar, porque a maioria me defenderá “com unhas e dentes”!

Meu surgimento remonta a milhares de anos, quando as sociedades começaram a abandonar a autossubsistência com sistemas de trocas diretas e adotaram divisão de trabalho e diversas

formas de moeda como meio de facilitar as transações de mercadorias. Minhas primeiras formas possuíam *valor intrínseco*, como gado, grãos, metais preciosos como ouro e prata. Mais recentemente, virei digital, mas advirto: *as criptomoedas não atuam em todas as minhas funções!*

A utilização de metais preciosos para me representar foi particularmente comum em muitas civilizações antigas, devido às suas características duráveis, divisíveis e universalmente reconhecidas. Moedas metálicas padronizadas, cunhadas com símbolos de governos ou autoridades, aumentou minha verossimilhança, facilitando ainda mais o comércio e as transações financeiras.

Ao longo do tempo, evolui para incluir formas mais abstratas, como papel-moeda representando uma promessa de pagamento em metal precioso. Com o advento da tecnologia moderna, tornei-me digital. Agora, a IA quer usurpar o meu lugar!

Esse maléfico plano tenta me reinventar, gradualmente, e ao mesmo tempo lidar com as mudanças trazidas pela plenitude e pelas mudanças no trabalho causadas pela automação, fornecendo aos cidadãos todas as necessidades básicas e ajudando-os com treinamento diante seus deslocamentos de empregos pela IA. O projeto tem três componentes: o CBV, a pulseira IA e, depois, um programa inventado pelo movimento civil pró Felicidade Geral.

O primeiro seria o Cartão Básico de Vida (CBV) para *alcance de serviços básicos universais*. Diferentemente da Renda Básica Universal (RBU), o CBV ofereceria a seus portadores créditos só possíveis de ser trocados por serviços capazes de suprir as necessidades básicas e permitir uma vida confortável.

Os créditos do CBV poderiam ser usados apenas para comida, água, moradia, energia, transporte, roupa, comunicação, saúde, informação e entretenimento. Essa limitação da troca seria importante porque imputam a mim, injustamente, a responsabilidade pelo abuso de álcool e opioides por parte dos desempregados!

O segundo componente do plano dos engenheiros da computação, desconhecedores da Ciência Econômica, é uma nova "moeda", pensada para ajudar as pessoas a seguirem para o próximo

nível da hierarquia social por meio de *amor e pertencimento*, exemplificados em afeto, amizade, empatia, companheirismo, confiança e conexão. Diferentemente de mim e do CBV, amor e pertencimento não podem ser gastos.

Comigo, *quanto mais você gasta, menos você tem*. Mas com amor e pertencimento, *quanto mais você dá, mais você tem*. Sua pulseira escutaria e sentiria o bem-estar emocional das pessoas à sua volta – e com isso mais brilharia.

Então, não seria uma *pulseira*, mas sim uma *coleira* subordinada à IA! Escravizaria os humanos de modo a agradar os demais de forma ritualística! Prefiro minha impessoalidade nas relações entre humanos com conflitos de interesse...

Os arquitetos do programa querem incentivar as pessoas a acumular mais simpatia e viver a vida com mais propósito, cheias de amor e pertencimento, tornando-as cada vez mais empáticas e capazes de compaixão, pontuando-as de modo a mostrarem aptas a empregos em *serviços de cuidadoras*. Mas os arquitetos da escolha ignoraram a necessidade das pessoas em saciar sua vaidade por meio da acumulação não de mim, mas sim de “likes”!

A ganância por mais “likes” faria as pessoas burlarem o sistema, convencendo, ameaçando ou conspirando para coisas boas serem ditas perto da pulseira, de modo a ganharem mais aceitação social em serviços exigentes de conexão humana. O *cinismo social* não predominaria?

O terceiro e último componente do projeto de minha eliminação seria a IA aprender a *medir a felicidade das pessoas*. Os cientistas atuantes como arquitetos da escolha construiriam uma IA para reconhecer *o senso de respeito, conquista e autorrealização das pessoas*. Pressupõem essas virtudes trazerem a felicidade geral da Nação, senão de toda a população do Planeta!

Embora ideias específicas a respeito da minha evolução futura sejam ainda especulativas, espero ter convencido você dessa ideia “com a plenitude precisaremos desenhar um novo mundo” não passa de mais uma “boa fé” imposta. Conforme o novo modelo econômico abandone a ideia de escassez e me elimine, os ficcionistas o ditam

ser reinventado para elevar as necessidades humanas, como amor e pertencimento, estima e realização pessoal, ao máximo para todos.

Primeiro, chegar à plenitude exige uma *revolução financeira* completa. Todas as instituições financeiras, inclusive bancos centrais nacionais e mercados de ações, precisarão ser substituídas. O desaparecimento da escassez causará *deflação* – ninguém nada comprará sempre na espera de preços mais baixos –, levando ao colapso dos preços e, posteriormente, dos mercados e das fontes de renda.

Os ficcionistas imaginam ser possível a distribuição gratuita de bens e serviços e a transição para um modelo econômico subordinado às necessidades humanas – e não à ganância humana. O problema sistêmico é as corporações se recusarem a aceitar o fim das cartas-patentes, das posses de recursos naturais e da escassez.

Historicamente, sempre quando a produção de bens se tornou barata, a preferência das corporações oligopolistas não foi por altruisticamente baixar os preços. Em vez disso, criaram uma *escassez artificial*, inclusive via propaganda, para perpetuar seu lucro. Isso acontece há séculos.

Finalmente, a transição para *a plenitude* requer uma *revolução social* bem-sucedida. A luta de classes seria substituída pela luta da IA contra a IH. A inteligência das máquinas ultrapassaria a inteligência humana – e a IA tomaria dos humanos o controle do mundo. Eu perderia esse controle. *Snif, snif...*

Sem mim, ela se tornará uma *superinteligência artificial*? Substituirá a criatividade nas artes e nas ciências? Ou o pensamento estratégico, o raciocínio e o pensamento adversativo? Ou a compaixão, a empatia e a confiança humana? Ou a consciência e suas necessidades conjuntas, desejos e emoções? Tudo isso ocorrerá sem a motivação de me receber?!

Eu, Banco

Historiadores (e psicólogos) discutem, indefinidamente, quando e onde fui parido pela primeira vez. Não há um consenso sobre qual foi o primeiro banco da história.

Uns afirmaram eu ser apenas um “cofre-forte”. Daí eu teria vindo à luz e sido criado em templo, na Mesopotâmia, por volta de 2.000 a.C.

Outros disseram eu ser mais novo. Na China, por volta do século VII, eu teria surgido como *casa de câmbio* para trocar as moedas de comerciantes de diferentes regiões.

No Ocidente, sou ainda mais rejuvenescido: a *abordagem eurocêntrica* afirma os primeiros bancos medievais terem surgido na Itália a partir do século XII. Conta uma eletrizante estória cheia de aventuras e violências.

Eu teria surgido não na comunidade mercantil, mas em uma ordem aparentemente implausível de cavaleiros religiosos conhecidos como *Templários*. Fundada em Jerusalém por volta de 1118 pelos “cruzados”, essa Ordem Militar me gerenciou por quase duzentos anos em nome da Igreja. Durante esse período, eu teria sido o responsável pela guarda dos fundos, obtidos de fontes religiosas e seculares, para o financiamento de seu intento violento de “libertar os lugares santos apossados por infiéis”.

Desde a Europa, onde invadiam e conquistavam terras, esses cavaleiros transportavam com segurança a contribuição de feudos para seu quartel-general em Jerusalém. Eu, em meus 870 castelos espalhado pela Europa, cuidava da vasta sobra dos depósitos de dinheiro e outros objetos de valor. Afinal, “ninguém é de ferro (ou santo)”...

Porém, recebi o *calote real*. Dada a (in)devida cobrança de dívida pública, em 1295, o rei Felipe IV da França arrancou o controle de suas finanças dos Templários e estabeleceu o Tesouro Real no Louvre. Sob tortura, os Templários assinaram confissões de suas atividades como idólatras, profanadores de objetos sagrados, conspiradores aliados ao diabo e desviantes sexuais. Iniciou-se *minha eterna demonização pelos devedores*...

Nesta encruzilhada da história de disputa entre as castas dos militares, as dos sacerdotes e as dos governantes, quando o poder financeiro da Igreja havia diminuído e o poder do Estado ainda não havia crescido o suficiente para substituí-lo, a casta de famílias mercadoras, nas cidades-estados do norte da Itália de Pisa, Florença,

Veneza, Verona e Gênova, começaram a oferecer os meus serviços prestados antes por meio dos Templários. Daí ressuscitei, em uma escala muito mais modesta, em novo reinício.

Deram-me origem, fora do controle imediato da Igreja e do Estado, embora com laços estreitos com ambas poderosas entidades. A casta dos mercadores era pragmática e permitia eu negociar sem restrições com muçulmanos, tártaros, judeus e pagãos, bem como com cristãos ortodoxos e católicos.

Desde logo, fui "coisificado". Chamaram-me '*banco*' por conta de como esses primeiros mercadores de dinheiro conduziam seus negócios. O suporte onde, literalmente, apoiavam suas operações, nas feiras, era uma "mesa" ou "bancada". Logo, "banco" passou a ser onde *o dinheiro se assenta...*

Eu guardava ouro e prata. Escriturava os comprovantes dos depósitos desses metais em pequenas folhas de papel. Confiantes na minha credibilidade, os depositantes não sacavam os vis metais, mas sim operavam essas *notas bancárias* com segurança.

Percebendo jamais sacarem tudo, exceto em "corridas bancárias por liquidez", quando eu entrava em *bancarrota*, eu podia emprestar a "pobre-coitado" – na hora de pedir *crédito* ou *confiança*. Na hora de pagar a dívida, transformava-se em reles caloteiro. A insolvência por culpa de fraude do devedor podia provocar minha quebra ou falência.

Tudo dependia da honestidade e da boa fé de todos os participantes do sistema bancário. Quando um governo ficava sobrecarregado com suas dívidas, habitualmente, devido às guerras com contratação de mercenários, não era incomum usar o poder de ignorá-las, destruindo minha credibilidade junto à guarda dos recursos de terceiros.

Até o século XIII, fui uma instituição monástica, apenas fiz empréstimos de "tostões" para os camponeses. Depois, os judeus, segregados em guetos nas cidades-estados italianas, sem poderem disputar a posse de terras para lavrar, acumularam dinheiro em ofícios urbanos, como a Medicina. Passaram a emprestar a sobra de renda, a pedido, para cristãos. Sem fortuna, estes se apresentavam como coitados demandantes de crédito.

Na verdade, era falsa a imagem do judeu como “o homem de dinheiro”. Sofria sim uma discriminação religiosa, prenunciando o *antisemitismo* do século XIX e o *nazifascismo* do século XX. *Eu, banco*, era o prestador com pequenos prazos e grandes juros.

Afinal, *o dinheiro não era meu!* Tinha de cobrar um juro a ser pago pelo devedor para cobrir o custo de oportunidade de quem deixou o dinheiro sob minha guarda.

Alguém iria ganhar à custa do dinheiro dele, portanto, era justa uma compensação para ele – e uma diferença entre juros pagos e juros cobrados (*spread*) para mim por ter feito o negócio. O *cinismo social* era a Igreja condenar a usura e proibir qualquer credor cristão cobrar esse juro de um devedor cristão, mas não de praticantes de outras religiões.

Incentivava o calote pelos cristãos, caso não necessitassem de mais empréstimos. Nasceu, desde então, a classificação da sociedade pela Igreja medieval (e pela esquerda contemporânea contra a “financeirização”) em três gêneros de humanos: *os que rezam, os que combatem e os que trabalham*. O diabo teria criado uma quarta categoria: *os usurários* – e aí me enquadraram!

O Alcorão também proíbe a usura. As Finanças Islâmicas trocaram a ideia clássica de juros (cobrir o custo de oportunidade) por fazer a operação financeira como fosse uma parceria ou associação em um empreendimento com risco, onde se emprega recursos emprestados por terceiros. Estes receberiam “dividendos” – e não *juros pecaminosos*.

Conceder prazos de pagamentos, nos negócios de compra-e-venda, é intuitivo. A Igreja proibira os juros serem recebidos, mas não o *arrendamento da propriedade fundiária*, para se enfrentar necessidades urgentes, ou cedê-la como garantia, por determinado tempo, até o reembolso da dívida ao prestamista de dinheiro.

A própria Igreja tirava grande proveito dessas operações. Sem a proibição dos juros, as Igrejas e os conventos jamais poderiam ter ficado tão ricos...

No Brasil Colonial, as Casas Grandes dos senhores de engenho e os Conventos guardavam dinheiro com base na confiança... não

raramente quebrada. Os comerciantes, plantadores e outras figuras influentes na sociedade estabeleciam relações de crédito informal ao conceder prazos para pagamentos em seus negócios.

Embora os *marranos* (cristãos-novos, conversos perseguidos pela Inquisição portuguesa) estivessem presentes na colonização, eu praticamente não existia. Por isso, depois da escravidão, não havia *crédito como capital de giro*, concedido por mim, para pagar assalariados. Transformaram uma relação profissional (e impessoal) em *troca de favores*.

No século XIX, houve criação-destruição-recriação de mim como *bebê* (BB), pelo qual sofro uma “crise de identidade”, desde meu primeiro nascimento (1808) até hoje, entre assumir a “coisa pública” ou atuar de acordo com as “regras do mercado”. A criação da minha prima *Caixa*, em 1861, foi apresentada como o “cofre seguro” das camadas de baixa renda ou dos escravos em busca de poupar dinheirinho de biscates para alforria.

Outros parentes, criados em praças locais, logo emprestavam todos os recursos próprios. Sem interação familiar, em um sistema bancário, não havia *multiplicador monetário*.

Só a reforma bancária de 1921, na Primeira República, resultou em criação de câmara de compensação de cheques e abertura de carteira de descontos, pelo *bebê* já crescido, para descontar títulos de outros parentes e conceder-lhes liquidez. Graças ao governo desenvolvimentista de Getúlio Vargas, houve a imposição da *reserva de mercado*, no varejo, em favor dos meus conterrâneos brasileiros, e o início do uso de primos públicos (federais e estaduais) para atuação desenvolvimentista.

Porém, adotou-se uma legislação excessivamente liberalizante para quaisquer brasileiros nos fundarem. A origem dos bem-sucedidos, no Brasil, ocorreu antes de 1945 pelas baixas barreiras à entrada de brasileiros no negócio. Exigia-se pouco volume de capital e a tecnologia bancária era acessível na época.

Durante a 2ª Guerra Mundial, quase dobrou o nosso número: de 354 em 1940 para 663 em 1944. A partir de 1945, enfim, houve a evolução para um sistema bancário com processo de concentração e de expansão de uma rede nacional de agências.

Em 1964, 20 anos depois, nós já tínhamos sido reduzidos de 663 para metade (328), mais 10 anos, em 1974, para um terço (106). Com a abertura neoliberal, entre 1988 e 1994, nosso número se multiplicou por quase três vezes (271). Mas com a crise bancária, a privatização, a desnacionalização e a concentração, o sistema bancário brasileiro reduziu-se para 167 de nós (múltiplos e comerciais), em 2002, e, finalmente, 157 em 2022. *Eu, banco, propicio pagamentos, financiamentos e gestão de dinheiro. Só.*

Eu, Remediado

Remediado é quem se remediou. Tem situação financeira não muito folgada, mas ela lhe permite atender aos seus gastos. Tem alguma coisa de seu: uma moradia, um veículo... Sou eu! Bilionários só dois eu vi, pobres muitos eu vejo – e da pobreza me afastei.

Afinal, neste país, não é de bom tom ninguém se apresentar como rico. No máximo, alguns bilionários obsessivos avisam: – “Bill Gates, estou chegando...” Novos-ricos ou “celebridades” se exibem como *consumistas compulsivos* – até o dinheiro acabar.

Individualmente, eu não posso dar remédio a quem está doente. Posso, no entanto, compor, corrigir, arranjar a vida de quem pede aconselhamento em Finanças Pessoais.

Digo logo: a maior fonte de enriquecimento não é o mercado de capitais, mas sim a renda do trabalho. Investimentos financeiros protegem o poder aquisitivo do acumulado com essa renda laboral. Apenas no ciclo final da vida financeira os rendimentos dos juros devem superar os rendimentos do trabalho, no caso, costuma de ser da aposentadoria.

Se a pessoa não impedir, evitar por si só a entrar na miséria, é difícil socorrer, auxiliar quem não se esforça via estudos. Para se prover do indispensável, a partir da infância, é necessário investir em educação até o nível superior, quiçá a pós-graduação.

Economistas denominam *acumulação de capital humano* o acréscimo gradativo da capacidade pessoal de ganho. É o conhecimento (e/ou habilidade) adquirido e capaz de lhe prover de

renda até a morte, sem a incapacitação física ou mental com a demência.

A *Doença de Alzheimer* é um transtorno neurodegenerativo progressivo e fatal. Ela se manifesta pela deterioração cognitiva e da memória, comprometimento progressivo das atividades de vida diária com alterações comportamentais. Esta doença, embora seja conseqüente do aumento da longevidade humana, ainda não tem cura. Seria prioritária a pesquisa de seu medicamento preventivo ou um remédio para a curar.

Em *situação social de pobreza*, é possível socorrer-se a si próprio, procurar por si só os recursos dos quais carece?

"*Seja o senhor quem for, eu sempre dependi da bondade de estranhos*". Essa frase da peça (e filme) "*Um bonde chamado desejo*", autoria de Tennessee Williams, é confirmada no dia a dia, quando nos deparamos diante de alguém com empatia.

Ela tem a capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela quer: sair de uma situação difícil. *Altruísmo* é um tipo de comportamento encontrado em seres humanos com ações voluntárias em benefício de outros.

A *empatia* envolve aprimorar três componentes. O *componente afetivo* baseia-se em compartilhar ou ter compreensão de estados emocionais de outros. O *componente cognitivo* refere-se à capacidade de deliberar sobre os estados mentais de outras pessoas. A *regulação das emoções* lida com o grau das respostas empáticas.

Caso não se tenha a sorte de encontrar pessoas com essas virtudes, o caminho é recorrer às *políticas públicas* – educação, saúde, segurança, habitacional etc. – como o *direito da cidadania*. Para tanto, é necessário fazer Política, isto é, ações coletivas em busca delas.

Pobreza é indigência, penúria, carência, escassez, precisão, aperto, mingua, pauperismo, falta de recursos, curteza de meios, desamparo, necessidade, pindaíba. Este *miserê* leva à angústia, privação, pobreza franciscana...

O sufoco é falta de dinheiro. Ficar na dureza, em circunstâncias difíceis, é uma curteza de meios de sobrevivência. Com a bolsa vazia

não se deve apelar para a mendicância, mas sim para a política social.

Cuidar-se em Postos de Saúde (SUS) é um sufoco, mas não há escapatória, quando mesmo um Plano de Saúde de “remediados” não oferece tudo quanto um de quem vive na riqueza principesca ou nababesca. Escolas, colégios e universidades públicas já foram – e ainda se encontram – com a melhor qualidade de ensino. Dou meu testemunho pessoal por sempre ter cursado nesses estabelecimentos sem jamais pagar pelo ensino.

Afinal, quem neste país é capitalista, nababo, plutocrata, (multi)milionário, miliardário, biliardário? Quantos tem a burra cheia, a bolsa repleta e pertence à aristocracia do dinheiro, plutocracia, elite, Classe A? Quais são os graúdos, os detentores das riquezas, os possuidores das fortunas colossais?

A imagem pública de ser rico é nadar em dinheiro como o Tio Patinhas, rolar em riqueza, ter a bolsa bem provida com meios para viver folgadoamente. Para ser um poço de dinheiro, jorrar dinheiro pelo ladrão, ser homem de muitas posses, viver na opulência, girar com milhões, ganhar mundos e fundos, lavar a égua, é ter o destino da “sorte do berço... de ouro”?

Nem sempre, embora muitos bilionários da lista Forbes sejam herdeiros de bilionários mortos. O caminho para enriquecer, enricar, enriquecentar, apotentar, opulentar, não é locupletar-se ao ganhar dinheiro ilícito. Para arranjar a vida, desempobrecer, adorar o bezerro de ouro, nem todos conseguem obter um grande dote do casamento.

Vale o provérbio “onde fala o ouro, cala a razão”? Ora, é mais adequado usar a razão para escapar de estar com uma mão atrás e outra na frente, sem eira nem beira...

Outro provérbio sugere “pobreza não é vileza, apenas é raro ter o dinheiro no bolso”. Daí o roto, coitado, desgraçado, desvalido, despossuído (como ex-escravo), por se sentir desamparado, deve recorrer ao crédito ou à confiança no cartão recebido?

Abrir conta corrente e ter cartões de crédito passou a ser quase universalmente acessível no mundo digital das *fintechs* e dos *neobancos*. No fim de 2011, eram 78,4 milhões de cartões de crédito

e 84,9 milhões cartões de débito ativados. No fim de 2022, já eram 208,8 milhões cartões de crédito ou 2,5 vezes mais. Cartões de débito foram 172,3 milhões ativados, acima do dobro nesses onze anos.

Mas dívida é obrigação, compromisso, responsabilidade. Atraso, quando não um calote, leva em cada dois devedores de crédito rotativo, um ser inadimplente. O justo adimplente paga por esse pecador, porque bancos não podem perder o dinheiro de outros clientes. Daí os juros impagáveis... Parece usura, agiotagem, mas é obrigação.

Pesquisa do *Anuário Bancário Brasileiro 2023* sobre perfil dos clientes dos bancos revela a estratificação social da população atendida: metade (53,7 milhões) tinha renda baixa, 40% (43 milhões) renda média, 9% (9,7 milhões) renda alta, o 1% mais rico era composto por 1,1 milhão pessoas. Quando considerava a massa de rendimentos, os 50% de renda baixa tinham 11,6% dela, os 40% da renda média, 23,4%, os 9% da renda alta, 17,4% e o 1% da renda superior, 47,3%. *Há concentração dentro do topo!*

Esses números explicam o sentimento de quem não pertence ao 1% não se apresentar como "rico", mas sim como "remediado". Mas aquilo é *fluxo de renda recebida*, outra concentração se encontra no *estoque de riqueza acumulada* (financeira, imobiliária, automotores, joias etc.), segundo DIRPF AC2022.

Entre os declarantes, o centil 100, sozinho, apropria 32% do total de bens e direitos. Somando os 5 centis superiores possuem 50%, ou seja, os centis de 95 a 99 possuem 18% do total. Os 10 centis superiores concentram 59% da riqueza nacional, logo, os centis de 90 a 94 possuem 9% do total.

Aqui, ganhar acima de cinco salários-mínimos (R\$ 7.000) já entra nos 10% mais ricos, acima de dez (R\$ 14.000) nos 5% mais ricos e acima de trinta (R\$ 42.000) no 1% do topo.

No Brasil, o grande fator de enriquecimento dentre a maioria das Pessoas Físicas foi obter renda do trabalho com salário de quem possui qualificação do Ensino Superior durante toda a vida profissional ativa. A partir do planejamento de sua vida financeira, enricou quem soube usar *a política de juros reais*, na renda fixa,

substituta da correção monetária, para proteger seu poder aquisitivo em longo prazo.

Entre 1995 e 2000, os *juros nominais mensais* estiveram acima de 2%. Nas últimas décadas, houve os ciclos de 2001-2008 (16,8% de taxa de juro anual média contra 7% de taxa de inflação), 2009-2013 (9,6% contra 5,9%), 2014-2017 (12,2% contra 6,6%), 2018-2021 (4,9% contra 5,7%) e 2022-2023 (12,7% contra 5,1%).

Depois do ciclo inicial (2001-2008) de *juro real médio anual* de 9,2%, o último (2022-23) foi o maior (7,2%). Superou até o do “ciclo golpista” (2014-17) de 5,2%.

Similarmente, em dezembro de 2023, os segmentos do Varejo Tradicional, Varejo de Alta Renda e *Private Banking* acumularam cada qual quase R\$ 2,2 trilhões, somando o volume financeiro total de R\$ 6,5 trilhões. Porém, eram respectivamente 143 milhões, 16 milhões e 159 mil clientes. A proporção da riqueza financeira per capita aproximava-se de R\$ 13.000 no “varejão”, R\$ 130.000 dos “remediados” e R\$ 13.000.000 dos “ricachos”: dez vezes mais entre os primeiros, cem vezes entre os segundos, ou seja, mil vez entre os dois extremos. *Ser “remediado” é ser menos pobre ou ser mais rico?*

Eu, Economia

Tratam-me com todo o respeito e consideração, devido a eu ser uma criação de “gênios da raça” (humana), nomeando-me com letra maiúscula: *Economia*. Sem querer ser esnobe, desprezando minha base de apoio – as atividades de milhares e diversos agentes econômicos – ela tem a designação com letra minúscula: *economia*.

“Economia” é uma palavra comumente usada para descrever duas coisas distintas: eu como uma disciplina teórica e minha “prima” como uma atividade. Desse modo, “economia” se refere às atividades econômicas ocorridas na sociedade, incluindo a produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Isso abrange uma ampla gama de atividades, desde transações individuais de compra e venda até as operações complexas entre empresas, inclusive bancárias, e governos, em escala nacional e internacional. A *economia como atividade*, em sua definição

convencional, envolve o comportamento humano em relação à alocação de recursos escassos para satisfazer necessidades e desejos ilimitados.

Percebe-se nessa definição não haver nenhuma referência a dinheiro, provavelmente, visto ainda como “coisa suja” própria do vil metal da época do padrão-ouro ou do papel-moeda passado de mão em mão. Dessa forma, Finanças não são consideradas, como não fossem intrínsecas a todas as minhas atividades motivadas por ganhos de dinheiro e/ou negociações por meios de pagamentos.

Como uma disciplina teórica, eu sou a Economia, isto é, pratico o estudo sistemático dessas atividades econômicas e financeiras. Busco entender como as pessoas e as sociedades tomam decisões sobre a alocação de recursos limitados para atender às suas necessidades e desejos.

Na divisão de trabalho corporativo, para minha elaboração como disciplina teórica, fui esquartejada em várias subdisciplinas. Uma é a Microeconomia, concentrada no comportamento individual para tomadas das melhores decisões. Outra é a resultante das interações dessas decisões, a Macroeconomia, analista das configurações emergentes das interações no mercado e reducionista de questões complexas, como crescimento econômico, inflação e desemprego, em poucas variáveis em nível agregado.

Para me imaginarem de forma ideal, como disciplina abstrata, os teóricos “economistas” utilizam modelos, teorias e métodos analíticos. Querem crer em serem capazes de explicar e prever o desempenho macroeconômico e desenvolver políticas econômicas de modo a melhorar o bem-estar econômico das pessoas e das sociedades.

Na minha *crise de identidade*, fico em eterna dúvida: sou uma magnífica Ciência Econômica ou uma reles Ciência Social? Explico-me: em busca de me concederem o *status* de Ciência Exata, muitos economistas me tratam apenas com base em princípios matemáticos e estatísticos com a pretensão de entender os fenômenos do sistema econômico-financeiro.

Mais recentemente tenho frequentado consultórios de psicólogos comportamentais. Deito-me em seus divãs, para por meio

das descobertas propiciadas pelo mapeamento do cérebro humano, quando toma decisões estressantes, levantar meus percalços com vieses heurísticos. Os psicólogos dizem-me eu ser Psicologia Econômica, os economistas designam-me como Economia Comportamental – e eu não saio da minha crise de identidade, inclusive com o apoio da Neuroeconomia!

Eles também me deixam à mingua, quando fico sem moeda “para não atrapalhar o livre estabelecimento de preços relativos”. Esses “tolos espertos” querem ignorar o dinheiro e instituições financeiras para só me analisarem “em termos reais”...

O dinheiro, de acordo com esse desmesurado *naturalismo monetário*, nada mais seria senão ouro ou prata. Os adeptos da “moeda neutra”, tratam-na ainda como uma mercadoria sujeita às leis de oferta e demanda como qualquer outra.

Para os desejosos de me circunstanciar apenas no “lado real”, cerceando meu “lado fictício” na acumulação de fortunas, não consideram a confiança exigida com dinheiro a prazo. Conservadores, em uma Era de Moeda Digital, insistem em vê-la apenas como substituta do verdadeiro dinheiro. Teriam valor apenas caso houvesse ouro ou prata reais disponíveis para resgatá-los.

Eu afirmo com base em evidências empíricas seculares: carente em minhas crises eu não estava de *ouro*, mas sim de *confiança*. Somente um Banco Central teria a capacidade única de restaurar meu crédito, ao trocar as notas desacreditadas de emissores privados por seu próprio dinheiro, soberano em sua Nação.

Isabella M. Weber, no livro *Como a China Escapou da Terapia de Choque: O Debate da Reforma de Mercado* (Boitempo: original 2021), trata-me com o devido respeito, estudando o caso da transformação econômica experimentado pela China, durante o seu período de reformas, iniciado em 1978. Era inconcebível no início.

No debate sobre as reformas da China, buscava-se um entendimento comum dos meus mecanismos básicos. Desde o início, a posição dominante entre os economistas chineses refletia a opinião de as forças de mercado terem de desempenhar um papel mais importante na sociedade. Exigia *reforma dos preços*.

Surgiram divergências fundamentais entre eles em torno da questão de *como tal reforma ocorreria*. As abordagens de reforma concorrentes manifestaram-se nas divergências sobre a utilização continuada do *sistema de preços duplo* e a mobilização das instituições existentes para *criar mercados*.

Isso foi combatido por alguns com uma *estratégia de choque*, no qual a economia (minha prima) seria submetida a uma liberalização generalizada e repentina. Os dois lados entraram em conflito sobre este próximo passo da reforma – e não sobre minha direção básica. Foram duas abordagens diferentes da Economia da Reforma.

Uma posição adotava a doutrina da transição da *terapia de choque* – uma prescrição política neoliberal imposta ao mundo subdesenvolvido, inclusive o socialista: Segundo e Terceiro Mundo. Seus adeptos pensavam o modelo econômico desejado ser apresentado axiomáticamente, bastando apenas um choque no antigo sistema para o transformar de uma só vez.

Esta abordagem de mim pelos literatos, pressupunha o sistema econômico futuro mais desejável, bem como os meios para o estabelecer, poderiam ser derivados de seus modelinhos econômicos. De acordo com esta visão, deveria ser elaborado um plano para mapear um pacote abrangente de medidas capazes de redesenhar todo o sistema de acordo com o *mainstream* da literatura econômica internacional.

A escola de pensamento alternativa, pelo contrário, reconheceu uma ignorância essencial tanto do fim – a configuração última da economia chinesa – como do caminho para lá chegar. Esta visão prudente tomou como premissa básica a ausência de qualquer modelo ou plano abrangente ser capaz de fornecer uma resposta geral ao desafio da reforma e ser necessária *a adoção do gradualismo*.

Deste ponto de vista, o mecanismo de reforma e as especificidades do novo sistema tiveram de ser elaborados através da *experimentação* e da *investigação empírica*, ambas orientada teoricamente. Nesta última perspectiva, simplesmente não havia forma de adivinhar o futuro da China em uma prancheta. A “Economia de Poltrona”, acadêmica em sua terapia de choque – um

big bang com ajustamentos de preços, em uma única etapa, para bens de produção críticos, como matérias-primas e energia, seguidos de liberalização para um mercado ideal – foi rejeitada.

Os proponentes desta reforma radical dos preços reconheceram o grave risco de um aumento no nível geral de preços, tal como ocorreu com o *choque neoliberal* no Brasil, aplicado em 2015. Para os “tolos espertos”, caso existissem controles fiscais e monetários rigorosos, um aumento único dos preços para compensar a *inflação reprimida* não detonaria um processo inflacionista em curso. Ledo engano.

Havia um paralelo entre a idealização da Economia Planificada, no marxismo soviético, onde toda a economia nacional era imaginada funcionar como uma fábrica centralmente planejada, e a idealização de uma Economia de Mercado Livre, subjacente à abordagem da *terapia de choque*. Embora as duas abordagens teóricas se opusessem na questão da superioridade de *um plano* ou de *um mercado* como mecanismo regulador, estavam unidas na postura tecnocrática de achar o problema econômico resumir-se em encontrar *um conjunto de preços racionais*.

Observou-se semelhança metodológica entre os crentes no poder onipotente tanto das minhas *mãos visíveis* e quanto das minhas *mãos invisíveis*. Ambos os lados tomavam como certo eu oferecer uma teoria adequada, ou seja, um corpo de proposições logicamente conectadas, baseadas em postulados, em apoio às suas políticas. *Tenham dó de mim!*

Eu, O Mercado

Meus adoradores neoliberais me louvam como um *ser sobrenatural*. Pior, não percebem a contradição lógica: apesar de estar onipresente em todos os cantos do planeta, inclusive em ultrapassadas “economias de comando”, essa minha *onipresença* não justifica outras virtudes a mim atribuídas pelos crentes.

Dizem eu ser *onipotente*, usando armas como depressão, desemprego e inflação, ser capaz de derrubar qualquer governo em confronto comigo. Mas daí me atribuírem o dom de ser *onisciente* é “um pouco demais”!

Onisciência é deter todo o saber, saber tudo cognoscível e incognoscível, incluindo possibilidades, pensamentos, sentimentos, vida, passado, presente, futuro, e todo universo etc. Só.

Sou mais modesto, porque se tenho essa virtude, logicamente, perco minha *onipotência*. Nenhum deus, inclusive O Mercado tratado como tal, consegue anunciar o futuro, igual a um vidente, para depois perder o poder de o alterar. Das duas, apenas é possível uma dessas virtudes: ou sou *onisciente* ou sou *onipotente*.

(In)felizmente, os meus adeptos não abalam sua fé, apesar dessa contradição lógica. Mas, emocional e racionalmente, questiono-me sempre: *quem sou eu?!*

O Mercado como um deus – o certo é nomear-me com artigo definido e em letras maiúsculas – sou eu. Costumo ser definido como o ambiente onde compradores e vendedores interagem para realizar transações de bens, serviços ou ativos – formas de manutenção de riqueza. É onde a oferta e a demanda se encontram para determinar preços e quantidades negociadas.

Quais são minhas forças? Elas são os mecanismos – manipulados pela minha “mão invisível” – capazes de reger a interação entre compradores e vendedores em uma economia de mercado. Elas incluem a oferta, a demanda e o preço.

A minha oferta refere-se à quantidade de um bem ou serviço cujos produtores estão dispostos a oferecer por meio de mim em diferentes níveis de preço. A quantidade oferecida de um bem aumenta caso o preço desse bem se eleva, refletindo o incentivo dos produtores para aumentar a produção e obter maiores lucros.

A minha demanda refere-se à quantidade de um bem ou serviço cujos consumidores estão dispostos a comprar no meu ambiente em diferentes níveis de preço. A quantidade demandada de um bem costuma diminuir enquanto o preço desse bem aumenta, refletindo a disposição dos consumidores para comprar menos de um bem caso seu preço aumenta.

Daí imaginam eu ter o poder único de estabelecer o *preço de equilíbrio*. Quando é alcançado, esse preço torna a quantidade oferecida de um bem igual à quantidade demandada desse bem. Este

é o ponto onde a oferta e a demanda se encontram – e é onde eu atinjo o equilíbrio emocional. Todos ficam felizes comigo!

Nesse preço, não há excesso de oferta nem de demanda. Todos os compradores com o desejo de comprar ao preço de equilíbrio podem fazê-lo, bem como todos os vendedores com ambição de vender ao preço de equilíbrio também podem fazê-lo.

Meus crentes tratam-me também como eu fosse um *leiloeiro mágico* capaz de equilibrar todas as negociações existentes entre os agentes econômicos, sejam Pessoas Físicas, sejam Pessoas Jurídicas. Eu seria responsável por estabelecer a data do leilão, descrever os bens para o público, e com base na indagação de “quem dá mais?” abrir e aceitar lances até finalizar a negociação e anunciar o arremate vencedor. Só aí entraria a *moeda oportunista*...

Eu seria o juiz, para homologação do leilão, com os preços ajustando-se continuamente para equilibrar a oferta e a demanda. Se houver excesso de oferta (mais produtos disponíveis diante do desejo dos consumidores comprar) a um determinado preço, os preços tendem a cair, estimulando os consumidores a comprar mais e os produtores a reduzir a produção.

Por sua vez, se houver *excesso de demanda* (mais consumidores querendo comprar diante dos produtos disponíveis), os preços tendem a subir, incentivando os produtores a aumentar a produção e os consumidores a comprar menos. Esse *processo de ajuste contínuo dos preços* seria meu mecanismo de atuação.

Tudo seria lindo e maravilhoso no equilíbrio geral do sistema de preços relativos estabelecidos livremente (sic). No entanto, há intrusos nessa festa.

Meus teóricos abstraem a realidade e, em Economia Normativa, defendem “o que deveria ser”: eu ser completamente livre, liberto de quaisquer amarras, capaz de premiar os sorteados desde o berço como tivessem todos os méritos. Eles são contrapostos pelos praticantes da Economia Positiva, estudiosos das evidências empíricas para descrever “o que é”. Aqueles são *literatos*, estes são *pragmáticos*.

O maior intruso, em uma abstrata economia de livre-mercado, seria O Estado. Esse invejoso da minha onipotência estabelece e faz cumprir regras e regulamentos para garantir a concorrência justa, proteger os direitos dos consumidores e promover a estabilidade financeira.

Meus simpatizantes só o toleram por ele proteger os direitos de propriedade privada. Reconhecem ter sido uma conquista da cidadania a garantia de os indivíduos e empresas poderem possuir, usar e dispor de bens e ativos de forma segura. Antes, só a nobreza, o clero e os guerreiros possuíam riqueza: ou escravizavam os demais “humanos” ou os (mal) tratavam como servos.

O Estado se justifica por fornecer bens e serviços públicos sem serem fornecidos eficientemente pelo setor privado, como defesa nacional, infraestrutura básica e educação pública. Também intervém para corrigir supostas falhas minhas, um ser sobrenatural e perfeito segundo meus ideólogos. São meros “detalhes” as externalidades negativas, os monopólios naturais e os bens públicos subprovidos.

Ele diz ter a missão de implementar políticas fiscais e programas sociais para redistribuir renda e riqueza, reduzir a desigualdade econômica e promover a inclusão social? Deixe tudo comigo! Eu premiarei, devidamente, os merecedores com base na saudável *meritocracia*!

Justifica sua intervenção dizendo atuar para manter a estabilidade macroeconômica, controlando a inflação, promovendo o crescimento econômico e reduzindo as flutuações do ciclo econômico. Ora, quer usurpar minhas funções-chaves com sua arrogante pretensão de equilibrar a busca pelo lucro e eficiência do setor privado com a promoção do bem-estar social, garantindo assim a minha economia funcionar de maneira justa, eficiente e estável.

Meus neoliberais usam (e abusam) dessa “palavrinha-mágica”: *eficiência*. Refere-se à alocação de recursos de forma a maximizar o bem-estar social, garantindo serem utilizados da maneira mais produtiva possível para satisfazer as necessidades e os desejos da sociedade.

Minha *eficiência alocativa* é comprovada! Faço a alocação dos recursos de forma o valor total da produção na economia ser

maximizado e não ser possível realocar recursos de uma maneira a aumentar o bem-estar de um indivíduo sem reduzir o bem-estar de outro. Distribuo-os entre diferentes setores da economia de acordo com as preferências dos consumidores – e maximizo a utilidade total! Ou melhor, o lucro!

Quanto à minha *eficiência produtiva*, é indiscutível! Refere-se à produção de bens e serviços ao menor custo possível, utilizando os recursos disponíveis da forma mais eficaz. As empresas voltadas para mim estão produzindo na fronteira de possibilidades de produção, onde não é possível aumentar a produção de um bem sem diminuir a produção de outro. Minimizam o desperdício de recursos!

Em minha economia, a eficiência é alcançada principalmente através da livre concorrência e da busca pelo lucro. Os preços, ou seja, minhas forças operantes orientam a alocação de recursos de acordo com as preferências dos consumidores e as restrições de produção.

Ora, meus costumeiros críticos – comunistas todos eles! – acusam minha eficiência de não garantir necessariamente a *equidade*. Defendem intervenções do Estado, em meu domínio, para corrigir minhas pressupostas falhas e promover uma distribuição mais justa dos benefícios econômicos.

Os comunistas chineses China não reconheceram minha importância crucial quando discutiram a forma como eu deveria ser lá (re)criado? Suas reformas pragmáticas e graduais, em mim, evitaram a agenda neoliberal de *terapia de choque* e propiciaram o crescimento mais rápido e mais longo da história recente.

Eu, O Estado

Sou O Estado. A frase “O Estado sou Eu” é atribuída a Luís XIV, monarca absolutista da França entre meados do século XVII e início do século XVIII.

Indica situações governamentais nas quais um indivíduo autoritário concentra muitos poderes pessoais e comanda o governo de acordo com seus próprios interesses. Não é meu caso, pois sou uma entidade política organizada, coletiva e institucionalmente,

detentora do poder em um território específico, como um democrata, ou seja, *por meu uso o povo exerce sua soberania*. Os cidadãos elegem meus dirigentes por meio de eleições periódicas: *os governantes passam, eu fico*.

Sou composto por instituições governamentais. Elas exercem autoridade e influência sobre os cidadãos, estabelecendo políticas públicas, regulamentações e atendendo às leis aprovadas por meio dos representantes eleitos, seja para o Congresso Nacional no *presidencialismo*, seja para o Parlamento no *parlamentarismo*. O Poder Judiciário julga com base nas leis lá aprovadas, pois elas afetam diversos aspectos da vida econômica e social.

Meu papel difere, significativamente, caso eu esteja em uma *economia de comando* (ou planejada) ou em uma *economia de mercado*.

No contexto de uma *economia de comando*, desempenho um papel dominante na tomada de decisões econômicas. Controlo e planejo a produção, a alocação de recursos, a distribuição de bens e serviços e até a determinação de preços.

Sou responsável por estabelecer metas econômicas e sociais, definir prioridades de investimento e emprego, e coordenar as atividades econômicas para atingir esses objetivos. Nesse sistema, possuo propriedade ou controle direto sobre os principais meios de produção. *Para mim, é uma maravilha!*

Em uma *economia de mercado*, em comparação, meu papel é mais limitado. Atuo principalmente como regulador e árbitro, estabelecendo regras, leis e políticas orientadoras do funcionamento de O Mercado.

Eu posso intervir para corrigir falhas dele, um sujeito prepotente, achando-se *onipresente, onipotente e onisciente!* Devo proteger os direitos de propriedade, garantir a concorrência justa, fornecer bens públicos e serviços essenciais, além de promover a estabilidade econômica.

No entanto, a alocação de recursos e a determinação de preços são principalmente deixadas para as forças (pressupostas

impessoais) de O Mercado – oferta e demanda –, comigo desempenhando um papel mais subsidiário na economia.

Assim, enquanto na *economia de comando* eu tenho um papel central no planejamento e na alocação de recursos, na *economia de mercado* minha atuação é mais voltada para a regulação e a correção de *falhas de mercado*, permitindo as *forças de mercado* determinarem os padrões de produção, distribuição e consumo.

Um grande debate ocorrido na China disse a respeito da transição plena (ou não) da economia de comando para a economia de mercado. Após essa fase, ela se tornou uma economia profundamente integrada na economia mundial.

No entanto, a *mercantilização gradual* facilitou a ascensão do país sem levar à sua assimilação generalizada ao neoliberalismo global em *terapia de choque* como a provocadora da ruína da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Rússia ainda não se recuperou plenamente do colapso econômico e moral.

Os reformistas na China se dividiram, apesar do consenso a respeito da necessidade de reformar o seu sistema econômico, dada a pobreza de sua população até a década dos 70s. Achavam ser necessário avançar no sentido de uma maior *mercantilização*: discutiram se todos os bens seriam comercializados.

Debateram sobre *como* e *o que* transformar em mercadoria. Deveria a China destruir o núcleo do sistema socialista, através da *terapia de choque*, ou deveria utilizar as *instituições da economia planificada* como criadoras de mercado?

Afinal, quando os produtores conseguem fornecer mais de certos produtos, além da quota racionada por mim, autorizo-os a vender “a preços superiores aos preços estatais planejados”. Embora o fornecimento da ração mínima seja “pesado”, porque afeta imediatamente as necessidades existenciais das pessoas, o excedente de produção não é essencial, portanto, é “leve”. Pode, nesse caso, estar sujeito às forças do mercado. Esta é a lógica básica do *sistema de preços dual-track*

Ele é uma *estratégia de transição econômica* implementada em países com economias planificadas. Adoto-a quando desejo introduzir

elementos de economia de mercado sem abandonar completamente meu controle estatal sobre os preços e a alocação de recursos.

Nesse sistema, são mantidos dois conjuntos de preços para certos bens e serviços: um conjunto de preços controlados por O Estado e outro determinado pelo O Mercado. Mantendo o controle sobre os preços de bens essenciais, como alimentos básicos e serviços públicos, mas ao mesmo tempo permito certos setores operarem com preços determinados pelo meu rival, O Mercado.

Essa abordagem é geralmente adotada durante períodos de transição econômica, quando estou gradualmente liberalizando minhas economias e introduzindo reformas de mercado. O sistema de preços *dual-track* ajuda a minimizar os impactos negativos da transição sobre os consumidores mais vulneráveis, enquanto permite setores mais dinâmicos da economia se beneficiarem das forças de mercado.

Quando a economia se desenvolve e se torna mais orientada para o mercado, o objetivo é eventualmente eliminar os preços controlados por mim e permitir O Mercado determine os preços em todos os setores da economia. Isso representa um passo em direção à plena liberalização e funcionamento de uma economia de mercado. A China não chegou a esse *nirvana* – estado permanente e definitivo de beatitude, felicidade e conhecimento, meta suprema de economista neoliberal, obtida através de pura meditação abstrata... e irrealista.

Tampouco o alcançou a economia brasileira. Nela, entende-se por *preços administrados por contrato ou monitorados* aqueles preços cuja sensibilidade a fatores de oferta e demanda é menor, mas não necessariamente aqueles diretamente regulados por mim. Também são considerados preços administrados aqueles, a despeito de estarem relacionados com oferta e demanda, dependentes de autorização ou conhecimento prévio de algum órgão do meu poder público.

O conjunto dos itens com preços administrados inclui impostos e taxas (IPVA, IPTU e taxa de água e esgoto), serviços de utilidade pública cujas tarifas são reguladas ou autorizadas pelo poder público por meio de agências reguladoras ou fiscalizadoras (telefonia, energia elétrica, planos de saúde, pedágio), derivados de petróleo. O Mercado

pressiona por um processo de liberalização deste, mas a formadora de preço é uma empresa estatal sob meu controle majoritário. Há itens cujos preços podem ser considerados quase livres: álcool e passagens aéreas.

Há choques dos preços administrados, bem acima dos preços livres, quando é necessária uma recomposição dos preços diante de uma queda nos preços relativos desses itens em períodos anteriores. Puxa a taxa de inflação para cima!

Os preços dos combustíveis, como gasolina e diesel, são administrados por meio da Petrobras, devido à sua importância estratégica para a economia. Afinal, tenho necessidade de controlar a inflação e seus impactos no mercado interno.

Os preços da energia elétrica são regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o objetivo de garantir um equilíbrio entre a remuneração das empresas do setor, a modicidade tarifária para os consumidores e a sustentabilidade do sistema elétrico.

As tarifas de água e esgoto são regulamentadas pelas agências reguladoras estaduais ou municipais. Visam garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a sustentabilidade financeira das empresas prestadoras desses serviços.

As tarifas de transporte público, como ônibus, metrô e trens, são comumente controladas pelo poder público. Os estados e as prefeituras visam garantir a acessibilidade dos serviços à população e equilibrar as necessidades financeiras das empresas concessionárias com a capacidade de pagamento dos usuários.

Enfim, administro esses preços para promover o bem-estar social, garantir a prestação de serviços essenciais à população e manter a estabilidade da taxa de inflação. Viso o bem público, diferentemente do ganancioso O Mercado.

Eu, Sociedade Civil

Sou a Sociedade Civil. O terceiro incluído, entre o reducionismo binário de confronto de interesses entre O Estado e O Mercado, é a

sociedade civil. Refere-se ao espaço intermediário entre ambos os entes apresentados ideologicamente como sobrenaturais.

Sou composta por organizações não governamentais (ONGs), grupos comunitários, sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais e outras entidades civis. Todas representam os interesses e preocupações da sociedade em geral.

Desempenho um papel fundamental na mediação entre O Estado e O Mercado. Atuo como uma voz independente capaz de monitorar e influenciar as políticas governamentais e as práticas comerciais.

Entre minhas funções-chave está *a advocacia e defesa dos direitos*. Organizações da sociedade civil frequentemente trabalham para promover direitos humanos, proteção ambiental, justiça social, igualdade de gênero e outros valores fundamentais.

Minhas organizações estão envolvidas na *prestação de serviços sociais essenciais*, como assistência médica, educação, habitação e apoio a grupos marginalizados. Tenho um papel importante na *vigilância e responsabilização do governo e das empresas*, monitorando suas atividades e garanto eles estarem agindo de maneira ética e responsável.

Facilito o diálogo e a colaboração entre diferentes grupos da sociedade, promovendo o consenso e a resolução pacífica de conflitos. Ao reconhecer a minha importância, escapa-se do reducionismo binário de confronto entre O Estado e O Mercado, adotando uma abordagem mais holística e inclusiva para abordar os desafios sociais, econômicos e políticos enfrentados pelas comunidades.

Há diferenças entre mim e a comunidade, embora ambos estejamos inter-relacionados. Eu represento o conjunto de organizações e instituições independentes do governo e do mercado, formadas por cidadãos únicos, voluntariamente, para promover interesses comuns, defender direitos, prestar serviços sociais e participar ativamente na vida pública.

Abarco organizações como ONGs, associações comunitárias, sindicatos, grupos de defesa dos direitos humanos, entre outros.

Caracterizam-me pela minha diversidade e minha capacidade de representar uma ampla gama de interesses e preocupações dentro da sociedade.

Em complemento, a *comunidade* refere-se a um grupo de pessoas com compartilhamento de laços sociais, culturais ou geográficos comuns. Elas interagem regularmente entre si.

Uma *comunidade* pode ser definida por vários critérios, como localização geográfica, identidade étnica, religião, interesses compartilhados ou experiências comuns de vida. Muitas são pequenas e locais, como uma *comunidade de bairro*, outras são mais amplas e abrangentes, como uma *comunidade étnica ou religiosa*.

Embora a sociedade civil e a comunidade se sobreponham em muitos aspectos e algumas organizações da sociedade civil sejam formadas dentro de comunidades específicas para abordar questões locais ou compartilhar interesses comuns, representamos conceitos distintos. Sou mais ampla porque me refiro às organizações e instituições independentes atuantes em toda a sociedade, representando uma variedade de interesses e preocupações.

Em síntese, enquanto a *sociedade civil* representa uma variedade de organizações e instituições independentes dentro da sociedade, a *comunidade* se refere a grupos específicos de pessoas com compartilhamento de laços sociais, culturais ou geográficos comuns. Devido a esses interesses comuns, interagem regularmente entre si.

As *lutas identitárias* envolvem tanto aspectos comunitários quanto a participação de organizações da sociedade civil em níveis diferentes. Muitas delas têm raízes em comunidades específicas, quando enfrentam discriminação, marginalização ou violações de direitos com base em sua identidade étnica, racial, de gênero, orientação sexual, religião, entre outros.

Nessas situações, os membros da comunidade afetada se organizam para defender seus direitos e buscar justiça. Essas lutas envolvem protestos locais, movimentos de base, mobilizações comunitárias e outras formas de resistência com finalidade de promover a igualdade e a inclusão dentro da comunidade.

Além das lutas identitárias no nível comunitário, muitas organizações da sociedade civil também se engajam em questões identitárias em nível mais amplo. Isso inclui ONGs, grupos de direitos humanos, movimentos sociais e outras entidades.

Atuo em defesa dos direitos e interesses de grupos marginalizados em toda a sociedade. Minhas organizações trabalham para sensibilizar o público, promover mudanças legislativas, influenciar políticas públicas e mobilizar apoio em torno de questões identitárias.

As identidades individuais são *interseccionais*, ou seja, uma pessoa pode enfrentar discriminação com base em múltiplas identidades simultaneamente. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar formas específicas de discriminação diferentes das enfrentadas por homens negros ou mulheres brancas.

Daí, as lutas identitárias envolvem uma compreensão complexa das interseções entre diferentes identidades e formas de opressão. Elas podem ser tanto comunitárias, envolvendo membros de uma comunidade específica em busca de justiça e igualdade dentro dessa comunidade, quanto de toda a sociedade civil, envolvendo organizações e movimentos defensores dos direitos e interesses de grupos marginalizados em nível mais amplo.

Os *conflitos econômicos* também estão interligados aos *conflitos identitários*. Ambos desempenham papéis importantes na dinâmica social e política de uma sociedade civil.

A desigualdade econômica costuma levar à marginalização de certos grupos dentro da sociedade, com base em identidades étnicas, raciais, de gênero, religiosas ou outras. Esses grupos enfrentam dificuldades econômicas e sociais adicionais devido à discriminação estrutural e à falta de acesso a oportunidades econômicas.

Em muitos contextos, os conflitos econômicos surgem devido à competição por recursos escassos, como terra e água, no campo, empregos ou oportunidades de negócios nas cidades. Essa competição é exacerbada por questões identitárias, com grupos rivais disputando recursos com base em suas identidades étnicas, religiosas ou culturais.

Em algumas situações, certos grupos são explorados economicamente ou oprimidos com base em suas identidades. Por exemplo, minorias étnicas ou grupos nativos podem ser submetidos a práticas econômicas injustas, como trabalho escravo, salários baixos ou despojo de terras, devido à discriminação e ao preconceito racista.

Esses conflitos econômicos muitas vezes incentivam a mobilização política e ativismo por parte de grupos afetados. Eles se organizam em torno de identidades compartilhadas para reivindicar seus direitos, buscar justiça econômica e promover mudanças sociais e políticas.

Por isso, os conflitos econômicos e identitários estão frequentemente entrelaçados, refletindo as complexas interações entre fatores econômicos, sociais, políticos e culturais em uma sociedade. Abordar esses conflitos de forma eficaz requer uma *compreensão holística* das interconexões entre diferentes formas de opressão, discriminação e desigualdade.

Em resumo, a cidadania e a comunidade estão interligadas através de laços sociais, políticos e culturais. Moldam as experiências e expectativas dos indivíduos dentro de meu seio, isto é, da sociedade civil.

O fortalecimento da cidadania ocorre através do fortalecimento das comunidades locais e da promoção de uma participação cívica ativa e engajada. Ao longo do tempo, desde o período do Império Romano, houve uma expansão gradual da cidadania para incluir outras partes do império e, portanto, tratar seus habitantes como cidadãos plenos de direitos.

Os direitos da cidadania não foi conquistados com uma *atitude passiva e/ou pacífica*, mas sim *combativa*...

Eu, Cidadão

Sou um Cidadão. Para ser reconhecido como membro de uma comunidade política ou nação e desfrutar de certos direitos, tenho de cumprir deveres e responsabilidades dentro dessa comunidade.

Esses direitos e deveres variam, dependendo do sistema político e das leis de cada país, mas geralmente incluem os direitos

civis. São os direitos básicos em proteção republicana da liberdade e ad igualdade dos cidadãos perante a lei, como liberdade de expressão, liberdade de religião, direito à privacidade, direito à propriedade e direito à igualdade perante a lei.

Meus direitos políticos incluem o direito de votar em eleições, o direito de me candidatar a cargos públicos, o direito de participar na vida política da comunidade, como protestar, demandar atuação do governo e participar de debates públicos. Meus deveres civis são as responsabilidades minhas para com a comunidade e o Estado, como respeitar as leis, pagar impostos, cumprir o serviço militar (se aplicável), comparecer ao tribunal quando convocado e prestar serviço comunitário, entre outros.

Também tenho o dever de me envolver ativamente na vida pública, contribuindo para o bem-estar da comunidade, promovendo o interesse público e defendendo os direitos e interesses dos membros da sociedade.

Ser um cidadão exige mais além de ser apenas um residente de um país. Exige ser reconhecido como membro pleno da comunidade política e desfrutar de direitos, deveres e responsabilidades dentro dessa comunidade. Implica participar ativamente na vida política, social e econômica da comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e promovendo o bem comum.

Desde o Império Romano – no período pós-republicano da antiga civilização romana, caracterizado por uma forma de governo autocrática, liderada por um imperador e por extensas possessões territoriais em volta do mar Mediterrâneo na Europa, África e Ásia de 27 a.C. a 476 d.C. –, houve uma série de lutas pela cidadania. Refletiram as mudanças sociais e políticas de cada época.

Durante a República Romana, a cidadania era inicialmente reservada apenas aos cidadãos de Roma e de algumas cidades aliadas. No entanto, o cristianismo primitivo tinha solidariedade com os socialmente excluídos como gladiadores e escravos. Providenciava-lhes “banquetes” (comida) e enterros quando morriam.

As lutas pela cidadania no Império Romano foram influenciadas por uma variedade de fatores, inclusive sua própria expansão por meio de conquistas militares resultante na incorporação de novos

territórios e populações locais ao Império. Delas surgiam demandas por cidadania porque desejavam os direitos e privilégios associados à cidadania romana.

O governo romano, por razão geopolítica, buscava integrar as populações das províncias conquistadas ao império por meio da concessão da cidadania. Isso era feito como uma estratégia para promover a lealdade e estabilidade política nas regiões recém-conquistadas.

Então, enquanto o Império Romano se expandia e se desenvolvia, as interações entre diferentes grupos étnicos e culturais levavam a demandas por igualdade e participação política por parte das populações locais. Além dessas mudanças sociais e culturais, alguns imperadores romanos, como Caracala em 212 d.C., promulgaram leis de modo a conceder cidadania romana a todos os habitantes livres do Império, independentemente de sua origem étnica ou local de nascimento.

Essas lutas pela cidadania no Império Romano foram parte de um processo mais amplo de evolução política e social. Esta refletia a complexidade e diversidade da mudança sistêmica.

A cidadania romana era uma instituição legal e social no Império Romano. Conferia uma série de direitos e privilégios a nós, enquanto cidadãos romanos.

Nós tínhamos o direito de participar na vida política da República Romana. Isso incluía o direito de votar em eleições, servir em cargos públicos e participar das assembleias populares.

Era nosso direito jurídico sermos julgados por tribunais romanos e recebermos proteção legal adequada. Também tínhamos o direito de apelar de decisões judiciais injustas.

Foi uma conquista o direito de se deslocar livremente pelo Império Romano, trabalhar em qualquer lugar e se envolver em atividades comerciais. Fundamentais foram os direitos de propriedade e privacidade protegidos pela lei romana. Desse modo, podíamos possuir terras, casas e outros bens e estávamos protegidos contra apreensões injustas por parte do Estado.

Inicialmente, a cidadania romana era concedida apenas aos habitantes de Roma e de algumas cidades aliadas. No entanto, ao longo do tempo, especialmente durante o período do Império Romano, houve uma expansão gradual da cidadania romana para considerar cidadãos certos habitantes de outras partes do império.

Os direitos da cidadania foram conquistados ao longo da história através de uma série de movimentos sociais, lutas políticas, revoluções e evoluções legislativas. Há alguns marcos importantes para a conquista dos direitos da cidadania como os seguintes.

As revoluções democrático-republicanas como a Revolução Americana (1775-1783) e a Revolução Francesa (1789) promoveram ideias de igualdade, liberdade e participação política, influenciando a adoção de constituições e declarações de direitos em várias partes do mundo.

As revoluções industriais provocaram mudanças sociais significativas. Em reação à superexploração, a mobilização dos trabalhadores em sindicatos e partidos levaram à necessidade de regulamentações trabalhistas, como leis de proteção ao trabalho infantil, limitação da jornada de trabalho e direito à sindicalização.

Os movimentos pelos direitos das mulheres, como o *sufrágio feminino*, resultaram na conquista do direito de voto em muitos países, depois da I Guerra Mundial, quando as mulheres substituíram os homens nas linhas de montagem e outros trabalhos. As lutas por igualdade de gênero contribuíram para expandir os direitos da cidadania para as mulheres.

Organizações como as Nações Unidas, após a II Guerra Mundial, promoveram os direitos humanos e incentivaram os Estados-membros a adotarem políticas de modo a proteger e promover os direitos da cidadania em nível global. A promulgação de leis e constituições com garantia dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), tem sido fundamental para a consolidação dos direitos da cidadania em muitos países.

Os movimentos liderados por grupos marginalizados, como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, na década de

1960, lutaram contra a discriminação racial. Promoveram a igualdade perante a lei e o direito ao voto para todos os cidadãos.

Com essas lutas sociais, os direitos da cidadania foram conquistados ao longo do tempo. As lutas por direitos continuam, em muitas partes do mundo, refletindo a busca contínua pela igualdade, justiça e dignidade para todos nós, os cidadãos.

A formação de uma comunidade envolve interações sociais, cooperação e vínculos sociais entre os membros. Os laços de união em uma comunidade incluem o compartilhamento de recursos, apoio mútuo, participação em atividades coletivas, comunicação e redes sociais.

Uma comunidade pode ser pequena e localizada, como uma *comunidade de vizinhos*, ou ampla e abrangente, como uma *comunidade online global*. Independentemente de sua forma ou tamanho, as comunidades desempenham um papel importante na vida social, cultural e política das pessoas, proporcionando apoio, pertencimento e identidade compartilhada.

Pessoas com interesses semelhantes, como *hobbies*, atividades esportivas, religião, ou profissões, costumam se unir para formar uma comunidade com base nesses interesses compartilhados. Geralmente, vivem em uma mesma área geográfica, como um bairro, uma cidade ou uma vila, e por isso formam uma comunidade naturalmente, devido à proximidade física e ao compartilhamento de recursos e serviços locais.

As pessoas se unem para alcançar um objetivo específico, como uma causa social, ativismo político, ou melhoria de uma determinada área. Logo, formam uma comunidade em torno desse objetivo compartilhado.

Os grupos étnicos, culturais ou linguísticos formam comunidades com base em sua identidade compartilhada, suas tradições, costumes e valores culturais.

No caso, para evitar o racismo, vale fazer uma distinção. *Raça* e *etnia* são conceitos relacionados, mas têm significados distintos.

“Raça” é uma categoria social historicamente usada para classificar as pessoas com base em características físicas como cor da

pele, textura do cabelo, formato dos olhos e traços faciais. No entanto, do ponto de vista científico, a ideia de raça não tem uma base biológica, pois não existem diferenças genéticas significativas entre grupos raciais.

Raça é principalmente uma construção social e cultural, historicamente usada para justificar a discriminação e a desigualdade. Raça humana, atualmente, é apenas uma: a dos descendentes do *Homo sapiens*. As demais foram extintas.

A etnia se refere a um grupo de pessoas com compartilhamento de uma identidade cultural comum, incluindo língua, religião, costumes, tradições, história e origens geográficas compartilhadas. Ao contrário da raça, a etnia é mais fluida por ser uma *identidade autoatribuída ou atribuída pela sociedade*.

Etnicidade é uma forma pela qual as pessoas se identificam. Elas se conectam umas com as outras com base em laços culturais compartilhados.

Enquanto *raça* é frequentemente associada a características físicas percebidas, a *etnia* está mais relacionada a uma identidade cultural compartilhada. Ambos os conceitos levam à compreensão da diversidade humana, mas são *construções sociais* – e não *categorias biológicas científicas*.

Embora todos nós possuamos direitos humanos, nem todos são cidadãos de um país específico. *A cidadania é uma condição legal e política atribuída ou adquirida de acordo com as leis de cada Nação*. Temos de conquistar e defender os direitos da cidadania, seja no mundo rico, seja no mundo pobre!

Eu, Professor

Sou um Professor. Não sou uma espécie em extinção, porque a IA (Inteligência Artificial) não substitui os professores, cultivadores da IH (Inteligência Humana). São agora apelidados de “guias”. Professores não servem só para criar planos de aula, mas também para *inspirar os alunos*.

Os guias buscam modos de motivar os alunos para atenderem suas necessidades de capacitação intelectual e profissional. Busca

conectá-los da melhor forma aos novos instrumentos de conhecimento.

Os livros serão ultrapassados? Não, os impressos ficarão em bibliotecas para serem digitalizados... Eu só leio em iPad, há anos, porém, o mesmo conteúdo dos livros. A vantagem é sublinhar as ideias-chaves e, de imediato, elas entram no meu notebook para eu as resenhar – e memorizar enquanto não fico demente.

Na metodologia orientada por IA, eu atuo como guia de alunos em carteiras em forma de “mesa redonda” com notebook/tablet na frente para eles aprenderem a fazer as perguntas adequadas à IA – e as criticar. Tudo deve ser feito dentro de um sistema metódico de aquisição de conhecimento sobre determinado assunto.

Os alunos têm apenas duas horas de conteúdo acadêmico em sala de aula e o restante do dia para se dedicarem a atividades complementares e extracurriculares, incluindo debates, esportes, jogos eletrônicos (*eSports*) e atividades artísticas. No fim do curso universitário, como é o caso dos meus alunos, eles se dedicam durante o dia aos estágios preparatórios para se empregar – e submeter-se à superexploração das novas gerações na futura vida profissional.

Exemplos práticos ilustram o dito. No meu curso sobre Finanças, no IE-UNICAMP, expliquei o conceito de *dinheiro*: é a moeda atuante em todas as suas funções. Logo, indaguei: – Todo dinheiro é moeda, mas todas as moedas são dinheiro?

Os alunos pensam e acertam na resposta se dizem: – Não, apenas a *moeda nacional com aceite social e legal* atua em todas as suas três funções. O exemplo à mão é o caso argentino: a moeda atuante como *reserva de valor* é estrangeira (o dólar), pode atuar como *unidade de conta* em operações de alto valor (compra de imóvel por exemplo), mas não tem aceite legal para ser o *meio de pagamento* em contratos, ou seja, não possui o poder liberatório de dívidas, inclusive trabalhistas.

Em seguida, lancei outra questão em dedução aparentemente simples: – Quais são as correlações entre *as funções da moeda* – reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento – e *as*

funções do banco, respectivamente, fazer gestão do dinheiro, conceder crédito e viabilizar o sistema de pagamento?

Como nenhum ofereceu uma resposta satisfatória de imediato, deixei a reflexão como “dever para casa”... Eu já tinha pensado além das correlações imediatas entre reserva de valor e gestão do dinheiro, meio de pagamento e viabilidade dos pagamentos. Banco ao conceder crédito permite *a compra a prazo*, onde o custo de oportunidade do credor, durante o tempo até a amortização, é remunerado com juros. Em outros termos, *a correlação é entre unidades de conta à vista e a prazo*.

Os alunos puderam consultar o ChatGPT e obter informações a respeito das correlações entre aquelas funções. Primeira, entre reserva de valor e gestão do dinheiro: a moeda atua como *reserva de valor*, permitindo as pessoas armazenarem riqueza ao longo do tempo. Os bancos desempenham a função de *gestão do dinheiro* ao oferecerem serviços de depósito à vista como contas correntes. Eles também oferecem investimentos, como depósitos de poupança, certificados de depósito a prazo (CDBs) e fundos de investimento, quando ajudam as pessoas guardar sua moeda para uso futuro, enquanto aumenta o valor de sua reserva ao longo do tempo com juros compostos.

Também é fácil deduzir a moeda ser usada como *meio de pagamento* para transações de compra e venda de bens e serviços. No caso, os bancos desempenham um papel crucial na *viabilização do sistema de pagamento* ao oferecerem serviços de processamento de transações, como transferências eletrônicas, pagamentos com cartão de crédito/débito e compensação de cheques. Fornecem a infraestrutura necessária, como redes de caixas eletrônicos, terminais de pagamento e sistemas de processamento de pagamentos eletrônicos.

O “ovo-de-Colombo” – fácil de saber depois de “ser colocado em pé” – é a moeda funcionar como uma *unidade de conta*, facilitando a comparação de valores e a contabilização de transações. Mas a IA não se saiu tão bem ao simplesmente afirmar os empréstimos bancários serem denominados em *unidades de conta monetária* (como dólares, euros etc.), permitindo os tomadores de

empréstimos realizarem transações e fazerem investimentos utilizando a moeda.

A IH do professor foi mais taxativa: *a correlação é entre unidades de conta à vista e a prazo*. Nas vendas a prazo, o crédito concedido exige pagamentos de juros. É uma “*moeda injuriada*”! [risos pelo trocadilho: jogo de palavras com sons semelhantes, mas significados diferentes]

A questão do “guia”, em seguida, gerou respostas tautológicas – uso de palavras diferentes para expressar uma mesma ideia em redundância. – Por qual razão há reserva de valor? – Fessô, porque o futuro é incerto! – De onde surge a incerteza futura? – Ahn? Não sei... – Das DDDDD: *decisões descentralizadas, descoordenadas, diversificadas e desinformadas* umas das outras, inclusive por muitas ainda não terem ocorrido – e todas atuarem na resultante futura. Só.

– Então, economista não é vidente? Eram os deuses economistas?

– Não é ilógico existir um ser sobrenatural como um Deus sendo ao mesmo tempo onipotente e onisciente? Se ele anuncia o futuro não perderá o poder de o alterar?

Essa questão complexa tem sido objeto de debate entre teólogos, filósofos e pensadores ao longo da história. A ideia de um Deus *onipotente e onisciente* capaz de conhecer e controlar o futuro levanta questões sobre *livre-arbítrio, determinismo e a natureza do tempo*.

Alguns filósofos argumentam a onisciência de Deus e o livre-arbítrio humano serem compatíveis, embora Deus saiba o que vai acontecer no futuro. Nessa visão, Deus pode ter conhecimento de todas as escolhas e ações humanas, mas não determinar ou controlar essas escolhas. Ele teria criado um universo no qual as escolhas humanas são livres, mesmo sabendo antecipadamente quais serão...

Outra perspectiva, conhecida como *teologia aberta*, reconhece o futuro não estar completamente determinado e Deus teria escolhido limitar seu próprio conhecimento do futuro para permitir o livre-arbítrio humano. Nessa visão, Deus é onisciente no sentido de conhecer todas as possibilidades, mas não necessariamente o

resultado específico de cada escolha humana – e a complexa resultante futura, emergente das interações entre todas elas.

Por fim, alguns teólogos dogmáticos ou crentes argumentam o *mistério divino ser essencialmente incompreensível* para a mente humana. Logo, é pecado tentar racionalizar completamente questões como a onipotência e a onisciência de Deus. A aceitação do mistério divino sem nenhum questionamento é parte da fé religiosa!

Então, o “guia” lança outra questão-chave: – *O que é a verdade?*

Caso os alunos consultem o ChatGPT, encontrarão a informação: segundo a Teoria da Correspondência, a verdade é definida pela *correspondência entre uma proposição e os fatos ou a realidade*. Nesse caso, a afirmação é considerada verdadeira.

De acordo com a Teoria da Coerência, a verdade é definida pela coerência interna de um sistema de crenças ou proposições. Nesse sentido, uma afirmação é considerada verdadeira se for *logicamente consistente* e se encaixar de forma coesa dentro de um conjunto maior de crenças ou princípios.

Algumas abordagens sociais e culturais definem a verdade com base no consenso ou acordo entre membros de uma comunidade ou grupo. Nessa perspectiva, uma afirmação é considerada verdadeira se for amplamente aceita ou reconhecida por uma determinada comunidade ou sociedade. Nesse caso, é uma *validação ilusória*, tipo “só converso com minha turma” da minha “bolha ou câmara de ecos”.

Para os pragmáticos, uma afirmação é considerada verdadeira se funciona ou produz resultados desejáveis na prática. Essa abordagem enfatiza a importância das consequências práticas na determinação da verdade. Se é útil, é verdadeira!

Algumas visões pós-modernas questionam a existência de uma verdade objetiva e absoluta, argumentando a verdade ser inerentemente *subjetiva* e dependente do ponto de vista individual ou cultural. Existiriam milhares de “donos-da-verdade”!

O "guia" gostou mais da resposta de um aluno: – Fessô, como o senhor ensinou, segundo Hegel, *a verdade é o todo!* E descrever o todo pouca serventia terá, porque ninguém lerá livro tão grande!

– Sim, por isso, é necessário levantar hipóteses para se aproximar da verdade, mas ela jamais será alcançada. E *semelhança com a verdade não é a verdade*, isto é, o Todo dinâmico ou passageiro do tempo...

Considerações Finais

Como os Estados Unidos ficaram ricos? Eles se tornaram uma das maiores economias do mundo, antes da emergência da China, através de uma combinação de *fatores históricos, geográficos, institucionais e econômicos*. Perceba entre os principais motivos pelos quais os EUA ficaram ricos, tanto os autores resenhados (Koyama e Rubin), bem como a IA do ChatGPT, não incluem *fatores financeiros!*

Os economistas convencionais, seja à direita, seja à esquerda (críticos da “financeirização”), continuam pensando em termos de “moeda neutra”. As Finanças não afetariam as decisões cruciais, inclusive as relacionadas ao desenvolvimento, *senão para o mal...*

O século XIX testemunhou uma rápida industrialização nos Estados Unidos, impulsionada por avanços tecnológicos, inovações em manufatura e uma mão de obra em crescimento. Isso levou ao desenvolvimento de setores como têxteis, ferrovias, aço e petróleo.

Mas *o financiamento desses investimentos* foram feitos como? Quem arcou com o capital necessário: indivíduos ou instituições financeiras? Foram emitidas ações ou assumidos endividamentos?

Os EUA eram (e são) ricos em recursos naturais, como terras férteis para a agricultura, vastas reservas de minerais, florestas e uma abundância de petróleo, posteriormente descoberta. A exploração desses recursos contribuiu para o crescimento econômico.

Isso acontece, geralmente, com países com grande território e abundância de recursos naturais. Os oito maiores são: Rússia (17 milhões km²), Canadá (10 milhões km²), China (9,6 milhões km²), Estados Unidos (9,4 km²), Brasil (8,5 milhões km²), Austrália (7,7 milhões km²), Índia (3,3 milhões km²), Argentina (2,8 milhões km²).

No entanto, o *ranking dos maiores PIBs nominais*, em 2023, segundo projeções do FMI, não coincide com os de maiores territórios nem tampouco com os de população. Em renda, a ordem é Estados Unidos (US\$ 26,95 trilhões), China (US\$ 17,7 trilhões), Alemanha (US\$ 4,43 trilhões), Japão (US\$ 4,23 trilhões), Índia (US\$ 3,73 trilhões), Reino Unido (US\$ 3,33 trilhões), França (US\$ 3,05 trilhões), Itália (US\$ 2,19 trilhões), Brasil (US\$ 2,13 trilhões).

A economia brasileira voltou a entrar no ranking das 10 maiores, ficando em 9º. lugar. Nesses termos, é mais “rica” diante dos seguintes: Canadá (US\$ 2,12 trilhões), Rússia (US\$ 1,86 trilhão), México (US\$ 1,81 trilhão).

Considerando *renda per capita*, despenca, assim como todos os demais países de maiores populações, exceto os Estados Unidos: Índia (1,428 bilhão), China (1,425 bilhão), Estados Unidos (334,6 milhões), Indonésia (281,6 milhões), Paquistão (232,9 milhões), Nigéria (220,5 milhões). São maiores diante dos 203 milhões de habitantes no Brasil.

O país norte-americano atraiu muitos mais *imigrantes*, ao longo de sua história, proporcionando-lhe uma mão de obra diversificada. Contribuiu para sua inovação e seu crescimento econômico.

Os Estados Unidos investiram fortemente em *educação e pesquisa*, criando Universidades de renome mundial e estimulando a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Os demais ainda não conseguiram isso na escala necessária para atender toda a população necessitada de educação de qualidade – e não apenas de diplomas.

Na verdade, é necessário a esquerda reconhecer: a cultura de *empreendedorismo* (e o próprio *sistema capitalista*), ambos promoveram a criação e expansão de negócios. A existência de um *sistema legal* com proteção aos direitos de propriedade privada e contratos de trabalho assalariado superou largamente os modos de produção antes existentes, seja com escravos, seja com servos.

A construção de uma extensa *rede de infraestrutura*, incluindo ferrovias, estradas, canais fluviais e, posteriormente, redes de comunicação, facilitou o transporte de mercadorias e a conectividade nos países desenvolvidos.

Neles, a *estabilidade política*, mesmo sem um sistema democrático, mas com instituições estáveis, criou um ambiente propício para o investimento privado e crescimento econômico em longo prazo. As ditaduras militares sempre foram um “atraso de vida”. O “socialismo com características chinesas” e os regimes autoritários dos Tigres Asiáticos são exceções à regra ocidental.

As grandes populações dos Estados Unidos e da União Europeia proporcionaram um mercado consumidor interno significativo. Para tanto, foi necessário pelo menos *acabar com a pobreza* entre os cidadãos, não tendo sucesso na queda da desigualdade.

A *ampliação do mercado*, seja interno, seja externo, incentiva a expansão das empresas. Consequentemente, crescem os países.

Os EUA têm sido líderes em *inovações tecnológicas*, a partir do século XIX, desde a invenção da lâmpada elétrica até a revolução da tecnologia da informação. Essas inovações contribuíram para a *competitividade global* do país.

A “sorte” do atraso histórico, nessa área, é a possibilidade de “salto de etapas, sem reinventar a rota”. Com o capital humano necessário e os Investimentos Estrangeiros Diretos, é possível a transferência da tecnologia de ponta, ou seja, se avizinhar dessa fronteira tecnológica.

A participação nas duas Guerras Mundiais é vista como um impulso positivo dado à economia dos Estados Unidos, transformando o país em uma potência econômica global. Se isto ocorreu, foi por causa dessas guerras terem sido longe de seu território...

Quando as bases militares americanas no Havaí foram atacadas, a Guerra do Pacífico viu as Forças Aliadas, na Ásia, travarem uma guerra total contra o Império do Japão, este aliado às Potências do Eixo: Alemanha e Itália. A guerra foi encerrada após os desnecessários bombardeamentos atômicos, nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, além da campanha de bombardeios aéreos contra o Japão, perpetrados pelas Forças Aéreas dos Estados Unidos.

Esses fatores combinados contribuíram para o notável sucesso econômico dos Estados Unidos. Alerta: é importante reconhecer a *omissão dos aspectos financeiros* essenciais para o desenvolvimento.

Em contraponto, os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan) tornaram-se *centros financeiros* significativos por uma série de razões. Reconhecidamente, contribuíram para seu rápido desenvolvimento econômico e sucesso financeiro.

Eles implementaram políticas eficazes de desenvolvimento industrial, com ênfase em setores como manufatura, tecnologia e

exportação. Isso impulsionou o crescimento econômico e atraiu investimentos estrangeiros.

Esses países priorizaram a educação, investindo em sistemas educacionais de alta qualidade. Isso resultou em uma *força de trabalho qualificada*, capaz de atender às demandas do sistema financeiro-tecnológico.

Os Tigres Asiáticos foram rápidos em adotar avanços tecnológicos. Essa prontidão para conseguir a transferência de novas tecnologias contribuiu para sua posição como centros financeiros globais.

Esses países implementaram *políticas de liberalização financeira*, removendo restrições fiscais (e fiscalizadoras), para facilitar o fluxo de capital e promover mercados financeiros abertos e competitivos. A estabilidade política e um ambiente de governança autolimitado foram cruciais para atrair investimentos e desenvolver confiança nos seus mercados financeiros.

Mas países com *grandes populações* – e consequente elevada demanda por assistência social e demais políticas públicas – podem conceder isenção fiscal aos ricos de todo o mundo? Como fazer *política social ativa* com escassez de verbas públicas?

Investimentos maciços em infraestrutura, incluindo sistemas de transporte e comunicação avançados, são também fundamentais para estabelecer ambientes propícios aos negócios financeiros. Caso se tenha *dinheiro suficiente para isso*, todos contribuintes estão de acordo, em caso contrário, apela-se para o recurso de incentivar investidores estrangeiros para atender a essa necessidade – e depois cobrar as remessas de lucros com os dólares do superávit comercial.

Uma política de abertura ao comércio internacional impulsionou a expansão das exportações e o crescimento econômico. A internacionalização das economias desses países asiáticos, evidentemente, é a contrapartida deles terem se tornado centros financeiros globais.

Na realidade, *o dilema de países emergentes está entre um nacionalismo sendo ultrapassado e um internacionalismo sendo implantado*. Aliás, um sistema econômico-financeiro atuante em nível

global é um passo decisivo para a *transformação sistêmica* em andamento, como mostrei neste livro.

Políticas fiscais e monetárias prudentes foram implementadas para garantir a estabilidade macroeconômica e a resistência contra eventuais choques externos. Isto ocorreu em países sem problema de evitar a dolarização da reserva de valor. *Aqui há o risco Argentina...*

Desse modo, esses fatores, entre outros, proporcionaram uma base sólida para os Tigres Asiáticos se tornarem *centros financeiros globais*. Essa abordagem estratégica com adaptação às mudanças econômico-financeiras e tecnológicas contemporâneas desempenhou um papel significativo em seus sucessos financeiros.

Por exemplo, Singapura adotou uma *economia de mercado baseada no capitalismo financeiro e industrial*. Assim como acontece com os demais Tigres Asiáticos, os principais produtos de exportação são máquinas e equipamentos eletrônicos de última geração.

Singapura é um país extremamente pequeno – 716 km² (187º.) com 5,5 milhões habitantes, sendo 3,8 milhões na força de trabalho –, sem recursos naturais e sem espaço para a agricultura, mas possui uma economia sempre em crescimento. É uma *plataforma de exportação*, inclusive de petróleo importado – e lá refinado. É o 15º. maior exportador do mundo, acima do Brasil (22º.) nesse ranking.

Devido ao seu sistema político autoritário, só existe um sindicato em Singapura, ligado ao regime. O *direito de greve* está inscrito na Constituição, mas é impossível de o exercer, correndo os trabalhadores o risco de serem encarcerados...

É tal como na Coreia do Sul. Atualmente, os coreanos trabalham em média 52 horas semanais! Pouco dormem ou tiram férias...

Em um primeiro estágio de desenvolvimento, dedicou-se à manufatura com uso intenso de mão de obra barata para exportar aos mercados de países desenvolvidos. No fim da década de 1990, o país entrou em um novo estágio para se tornar um *centro financeiro global*.

Singapura deu muitos incentivos para escritórios de empresas multinacionais se instalarem no país. Permitiu o *livre fluxo de capital* e assinou Acordos de Livre Comércio com os Estados Unidos, a China, a Associação das Nações do Sudeste Asiático e a União Europeia.

Com uma população capacitada a falar chinês e inglês, devido ao investimento em capital humano, oferece *governança autoritária*, mas vista como *não corrupta*. Daí a política econômica possibilita um *ambiente de negócios previsível*.

Family offices é o nome do negócio de *cuidar da riqueza dos bilionários* em constante expansão em Singapura. O país concentra atualmente 200 deles, cada um responsável pela administração de uma média de 100 milhões de dólares. Esse ramo de atividade quintuplicou de tamanho entre 2017 e 2019, ou seja, apenas 2 anos!

Os principais motivos para essa ilha atrair as empresas administradoras de grandes fortunas são a baixa tributação, a estabilidade política e a facilidade em obter em obter status de residente.

Singapura é hoje um dos maiores investidores estrangeiros na China e, ao mesmo tempo, este país é seu maior destino de exportação. Este modelo de desenvolvimento colocou Singapura no patamar dos países emergentes, mas não no G-20.

Enfim, modelos e exemplos de *fatores de desenvolvimento* existem muitos na história econômica mundial. Porém, os listados nesta pesquisa têm de ser, como apresentados, *adequados ao espaço* (território, recursos naturais, população etc.), *destacadamente a localização*, e *ao tempo* (política, instituições, educação, ciência e tecnologia) *variável e circunstancial*.

Por exemplo, em contraste com os países asiáticos (inclusive os da Australásia ou Oceania), europeus e norte-americanos, os países da América do Sul e da África têm uma presença muito limitada em Cadeias Globais de Valor (CGV). Muitos deles têm estruturas produtivas baseadas apenas em setores de atividade tradicionais, como agricultura e extração de recursos naturais. As oportunidades de integração nas CGV exigem maior sofisticação tecnológica e capacidade produtiva.

A falta de infraestrutura de transporte, logística e comunicação, em alguns países, dificulta a participação nas CGV. A *conectividade* é essencial para a movimentação rápida de insumos e bens finais ao longo da cadeia de produção global.

Países sem educação e ciência não têm chance na construção de capacidade tecnológica e inovação. Pela carência de mão de obra qualificada, treinada e criativa, têm dificuldade em fornecer produtos e serviços com valor agregado suficiente para se integrarem nas CGV.

As barreiras comerciais protecionistas, a burocracia fiscal excessiva e as regulamentações restritivas dificultam a entrada de empresas locais nas CGV e a participação competitiva nos mercados internacionais.

Pior ainda é a instabilidade política e econômica em alguns países da América do Sul e da África. Obviamente, afetam negativamente o ambiente de negócios ao desencorajar os investimentos e a formação de parcerias público-privadas, necessárias para participar efetivamente nas CGV.

Em algumas áreas, a necessidade de *conformidade com padrões ambientais de sustentabilidade* criam obstáculos à participação nas CGV. Um exemplo conhecido se refere à não preservação da floresta amazônica.

O tamanho relativamente pequeno dos *mercados internos*, em alguns países da América do Sul e África, limita as oportunidades de produção em escala econômica com elevada produtividade. O sucesso na participação em CGV requer uma abordagem abrangente e colaborativa entre governos, empresas e outros *stakeholders*, isto é, *partes interessadas* como nós, os simples habitantes à espera de melhor bem-estar social.

Enquanto isso, nós, trabalhadores brasileiros, necessitamos de mais (e melhor) educação para aumentar o *fluxo de renda* recebido e reservar parte à acumulação do *estoque de reservas financeiras*. Será necessária à aposentadoria, aos cuidados com saúde e/ou aos herdeiros.

Mostrei aqui, neste relatório de pesquisa, a nossa *especificidade*, dadas as necessidades das Finanças Públicas diante da

demanda social e da oposição política à expansão da carga tributária, progressivamente, ser o *carregamento (direto ou indireto através de fundos) de títulos de dívida pública*. Isto quando não optamos por depósitos a prazo, propiciando *funding* de empréstimos bancários.

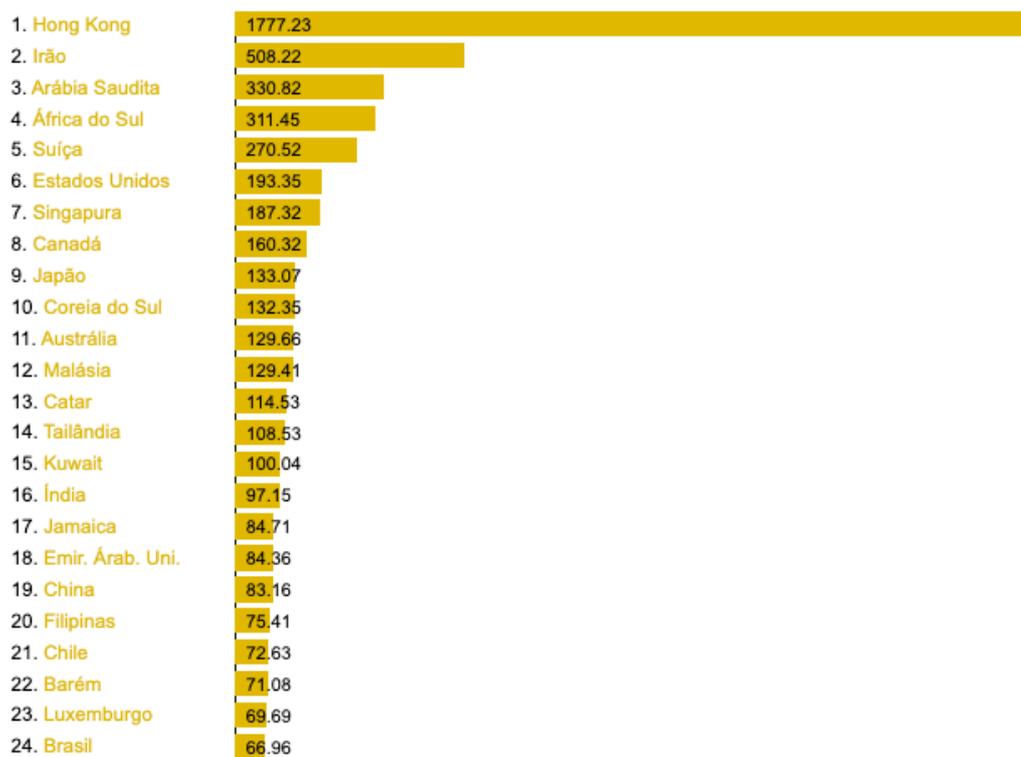
Ambos os investimentos financeiros resultam da oportunidade de usufruir da *renda fixa com o maior juro real do mundo*. Deve-se à “paranoia do Banco Central do Brasil”, justificada pela memória inflacionária de três décadas atrás!

Os juros abusivos criam uma *estagdesigualdade*: estagnação do *fluxo de renda* e ampliação do processo cumulativo de concentração do *estoque de riqueza financeira*. Quanto aos ganhos com ações, a maior porção fica com os investidores estrangeiros, em uma *economia progressivamente desnacionalizada*, aliás, como a do resto do mundo.

Anexo Estatístico

Capitalização na Bolsa de Valores como percentagem do PIB:
média de 98,28% em 2020.

Definição: Market capitalization (also known as market value) is the share price times the number of shares outstanding (including their several classes) for listed domestic companies. Investment funds, unit trusts, and companies whose only business goal is to hold shares of other listed companies are excluded. Data are end of year values.



Fonte: Banco Mundial

https://pt.theglobaleconomy.com/rankings/Stock_market_capitalization/

COMPANHIAS MAIS VALIOSAS DOS ESTADOS UNIDOS EM 2023:

MICROSOFT - US\$ 3,043 TRILHÕES

APPLE - US\$ 2,843 TRILHÕES

NVIDIA (chips de IA H100) - US\$ 1,825 TRILHÃO

ALPHABET(Google) - US\$ 1,821 TRILHÃO

AMAZON - US\$ 1,776 TRILHÃO

LISTA DAS DEZ MAIORES EMPRESAS POR RECEITA DA FORTUNE GLOBAL 500 DE 2022:

1. Walmart (EUA)
2. Amazon.com (EUA)
3. State Grid (China)
4. China National Petroleum (China)
5. Sinopec (China)
6. Saudi Aramco (Arábia Saudita)
7. Apple (EUA)
8. Volkswagen (Alemanha)
9. China State Construction Engineering (China)
10. CVS Health (EUA)

Veja a lista completa em: <https://fortune.com/global500/2022>

As corporações incluídas na lista anual das maiores empresas não-financeiras do mundo pela *Fortune Global 500*, em 2022, proporcionando receitas agregadas recorde de US\$ 41 bilhões. As mudanças tecnológicas e os avanços científicos ameaçam os líderes estabelecidos e elevam novos vencedores, mas a Walmart permanece em primeiro lugar pelo décimo ano consecutivo, enquanto a Saudi Aramco aumentou suas receitas em 51% e ocupa o segundo lugar, acima do sexto lugar no ano anterior. As empresas da lista de 2022 empregavam 69,6 milhões de pessoas em todo o mundo e estavam sediadas em 229 cidades e 33 países e regiões em todo o mundo.

Classificação The Top 10 - 2023

- 1 [Walmart](#)
- 2 [Saudi Aramco](#)
- 3 [State Grid](#)
- 4 [Amazon](#)
- 5 [China National Petroleum](#)
- 6 [Sinopec Group](#)
- 7 [ExxonMobil](#)
- 8 [Apple](#)
- 9 [Shell](#)
- 10 [UnitedHealth Group](#)

Na lista das *Fortune Global 500* de 2023, aparece um total de 142 empresas chinesas. A China ocupa o primeiro lugar em termos de número de empresas listadas. Dez anos atrás, apenas 95 empresas chinesas constavam da lista. O número total de empresas chinesas na lista superou os Estados Unidos pelo quinto ano consecutivo.

Abaixo lista as maiores empresas do Brasil em *receita, lucro líquido e ativos*, segundo a revista americana de negócios *Forbes 2000 Global*.

#	Forbes Global 2000	Nome	Receita (em bilhões de US\$)	Lucro (em bilhões de US\$)	Ativos (em bilhões de US\$)	Valor de Mercado (em bilhões de US\$)	Setor de Atividade
1	58	Petrobras	124,17	36,47	184,9	63,03	Petróleo e gás
2	98	Itaú Unibanco	53,17	5,75	441,4	51,28	Bancário
3	139	Vale	41,43	15,98	87,72	61,72	Mineração
4	171	Banco do Brasil	53,98	5,76	380,27	24,85	Bancário
5	173	Bradesco	56,26	3,49	357,45	31,60	Bancário
6	372	BTG Pactual	15,49	1,52	85,35	50,77	Bancário
7	563	JBS	72,58	2,99	39,42	8,16	Alimentação
8	774	Suzano	9,96	3,55	26,7	10,95	Papel e celulose
9	928	Eletrobras	6,79	705 milhões	51,18	17,28	Energia
10	980	Gerdau	15,7	2,27	14,94	8,73	Siderurgia
11	1015	Marfrig	25,29	804 milhões	25,78	894 milhões	Alimentação
12	1026	Itaúsa	1,64	2,65	18,3	17,07	Investimentos
13	1223	WEG	5,97	886 milhões	5,7	33,13	Eletrônicos
14	1296	Raizen	47,31	18,7	19,9	6,81	Energia
15	1398	Metalúrgica Gerdau	15,7	751 milhões	15,14	2,39	Siderurgia
16	1436	B3	1,76	818 milhões	9,21	13,84	Finanças
17	1574	Vibra Energia	35,13	297 milhões	7,92	3,09	Alimentação
18	1602	Braskem	35,13	-65 milhões	16,68	3,81	Petroquímico
19	1668	CPFL Energia	18,69	987 milhões	13,47	7,22	Energia
20	1679	Grupo Ultra	27,67	312 milhões	6,69	3,61	Distribuição de combustíveis
21	1974	Cosan	7,69	228 milhões	25,47	5,55	Energia

A lista em seguida mostra as 9 empresas brasileiras na *Fortune Global 500*, a qual classifica as quinhentas maiores empresas do mundo por receita anual. Os números abaixo são para o ano de 2022. Também estão listados o lucro líquido, o número de funcionários em todo o mundo e o setor de atividade de cada empresa. Entre as nove, quatro são do sistema bancário e as demais mapeiam a importância de suas atividades.

Cla	Fortune 500	Nome	Indústria	Receita	Lucros	Funcionários
				(milhões de dólares)	(milhões de dólares)	
1	71	Petrobras	Óleo e gás	124,474	36,623	45,149
2	177	JBS S.A.	Produção de alimentos	72,626	2,995	151,200
3	207	Banco Itaú Unibanco	Bancário	63,884	5,755	101,094
4	251	Banco do Brasil	Bancário	55,870	5,353	85,953
5	273	Banco Bradesco	Bancário	51,587	4,066	81,222
6	301	Raízen	Energia	47,721	474	44,738
7	332	Vale	Mineração	44,287	18,788	64,516
8	406	Caixa Econômica Federal	Finança	37,066	1,894	86,959
9	429	Vibra Energia	Óleo e gás	35,155	298	7,777

Fontes de Referência

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Home. Estatísticas. Tabelas Especiais*. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

CONWAY, Ed. *Material World: A Substantial Story Of Our Past And Future*. WH Allen/Penguin Random House, 2023.

FORBES. <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/04/quem-sao-os-51-brasileiros-em-2023-com-mais-de-us-1-bilhao/>

INSTITUTO ASSAF. <https://www.institutoassaf.com.br/rendimentos-financeiros/>

KOYAMA, Mark e RUBIN, Jared. *How the World Became Rich: The Historical Origins of Economic Growth*. Polity Press, 2022.

LEE, Kai-Fu e QIUFAN, Chen. *2041: Como a inteligência artificial vai mudar sua vida nas próximas décadas*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

OUTEIRO, Matheus e LEAL, Matheus. *Estudando a mobilidade no topo da pirâmide: uma análise a partir das listas da Forbes*. Plataforma do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), outubro de 2023. <https://imdsbrasil.org/notas-tecnicas/estudando-a-mobilidade-no-topo-da-piramide-uma-analise-a-partir-das-listas-da-forbes>

TheGlobalEconomy.com. Business and economic data for 200 countries. *Abertura ao Comércio Internacional*. https://pt.theglobaleconomy.com/rankings/trade_openness/

<https://veja.abril.com.br/mundo/singapura-onde-os-ricacos-sao-bem-vindos>

WEBER, Isabella M. *Como a China Escapou da Terapia de Choque: O Debate da Reforma de Mercado*. São Paulo: Editora Boitempo, original de 2021. 472 páginas.

Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – Inteligência Artificial em Finanças – mar 2024

Fernando Nogueira da Costa – Crítica da Economia Sem Finanças – fev 2024

Fernando Nogueira da Costa – Bancos e Banquetas – Edição Reduzida – 2024

Fernando Nogueira da Costa – Capitalismo Financeiro Tardio – Edição Atualizada – 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Economia Brasileira Contemporânea* – jan 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Conhecimento é Dívida* – jan 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Armadilha do Identitarismo: Uma Resenha* – dez 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Brasil Urbano: Estratégia de Sobrevivência em Serviços* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Economia e Política Argentina* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Análise de Complexidade via Consistência entre Fluxos e Estoques* – out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Keynes, Filósofo Social* set 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Financistas Comparados: Hyman Minsky e Ray Dalio*. setembro 2023.

Fernando Nogueira da Costa – *Aprendizagem Humana com Aprendizagem de Máquina para Abordagem Sistêmica Financeira*. julho 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Finanças*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Capitalismo Financeiro Tardio*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Ciclos Históricos Longas Ondas e Tendências Demográficas*. mar 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Livro Negro do Desumano*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Grande Reversão Demográfica*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira*. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist – Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu mais de 10 milhões visitas.